



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Cleide Bezerra Ribeiro

**A expressão da concessividade no gênero notícia: uma estratégia
argumentativa**

Fortaleza

2014

Cleide Bezerra Ribeiro

**A expressão da concessividade no gênero notícia: uma estratégia
argumentativa**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Linguística do Centro de Humanidades da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial para o Doutorado em Linguística. Área de
concentração: Linguística Aplicada

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Célia Clementino
Moura

Fortaleza

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas


-
- R368e Ribeiro, Cleide Bezerra.
 A expressão da concessividade no gênero notícia: uma estratégia argumentativa / Cleide Bezerra Ribeiro. – 2014.
 161 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2014.
 Área de Concentração: Linguística aplicada.
 Orientação: Profa. Dra. Ana Célia Clementino Moura.
- 1.Reportagens e repórteres – Fortaleza(CE). 2.Reportagens e repórteres – São Paulo(SP).
 3.Análise crítica do discurso. 4.O Povo(Jornal). 5.Folha de S. Paulo(Jornal). I.Título.

Cleide Bezerra Ribeiro

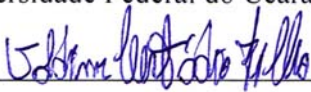
**A expressão da concessividade no gênero notícia: uma estratégia
argumentativa**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Linguística do Centro de Humanidades da
Universidade Federal do Ceará, como requisito
parcial para o Doutorado em Linguística. Área de
concentração: Linguística Aplicada

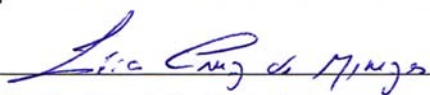
Aprovada em: 21/02/2014



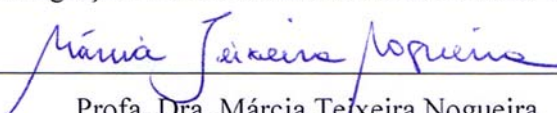
Profª Drª Ana Célia Clementino Moura (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)



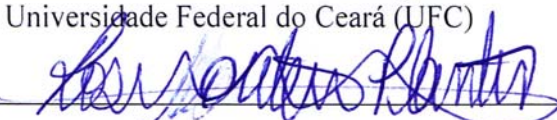
Prof. Dr. Valdinar Custódio Filho
Universidade da integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Profª. Dra. Léia Cruz de Menezes
Universidade da integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)



Profª. Dra. Márcia Teixeira Nogueira
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Profª. Dra. Rosemeire Selma Monteiro-Plantin
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho àqueles a quem dou
e de quem recebo amor:
meus filhos Artur e João Paulo,
meu marido e companheiro Carlos,
minha família, meu esteio.

AGRADECIMENTO

É muito mais fácil chegarmos ao nosso destino quando nos apoiamos na confiança e na solidariedade de outras pessoas. Nesse momento, depois de tantos percalços, é hora de agradecer a todos aqueles que me ajudaram a conter as lágrimas e contribuíram de forma decisiva para que eu chegasse até aqui:

A Deus, no qual tudo posso, por não me deixar fraquejar nos momentos difíceis e por ter me dado a vida de novo.

Em especial, à professora Ana Célia, que, num misto de orientadora e amiga, me fez acreditar que seria possível, pela mão amiga e pelo carinho de sempre.

Aos meus filhos Artur e João Paulo, ambos motivo de muito orgulho, por compreenderem a minha ausência mesmo na presença.

Ao meu amor Carlos, por todo seu carinho, pela força e, especialmente, pela dedicação.

À Carolina, que com seu jeito meigo nos conquistou, pela colaboração inestimável.

À minha mãe Maria, símbolo de doação, pelas orações que sempre me protegeram.

A meu pai Pedro, há algum tempo falecido e que, por isso, a cada conquista, desencadeia uma dor chamada saudade; por sempre se fazer presente em minha vida.

Ao meu irmão Clebson, pela disponibilidade de sempre.

Ao meu irmão Cleuton, pela ajuda incondicional.

Ao meu irmão Guto, que, com sua voz, canta e me encanta.

À amiga Helena, por partilhar as angústias, pelos momentos de estudo e, principalmente, por nunca permitir que eu desanimasse, pelas palavras certas nas horas certas.

À amiga Magna, que sempre me fez acreditar que seria possível.

À minha tia Francisca, minha segunda mãe, pelas orações e pelo carinho.

A toda minha família, que sempre acreditou em mim.

A todos do PPGL, em especial a Eduardo, pela presteza e pela disponibilidade de sempre.

Aos professores membros da banca, pelas contribuições levantadas.

“O sentido nunca
é dado antecipadamente.
Ele é construído pela ação
linguajeira do homem
em situação de troca social.
É, pois, a imbricação das
condições extradiscursivas e
das realizações intradiscursivas
que produz sentido.”
(Patrick Charaudeau)

RESUMO

O presente trabalho analisa a expressão da concessividade no discurso do enunciador da notícia. Consideramos o valor semântico-argumentativo da concessão, vista não no sentido retórico de “consentimento”, mas na acepção de contraste, de oposição, interpretada argumentativamente. A partir dessa ideia, consideramos que a concessividade resulta de um jogo opositivo entre o argumento do enunciador e aquilo que este pressupõe como objeção por parte do enunciatário. Em nossa análise, buscamos o valor de concessão não apenas veiculado pelas prototípicas orações concessivas, mas pelo uso de muitos outros recursos linguísticos. Para realizar nossa investigação, buscamos fundamentação teórico-metodológica no modelo dialogal proposto por Plantin (1996 e 2008), para quem a atividade argumentativa deve ser abordada como uma forma de interação que se caracteriza pela presença de um discurso e de um contradiscurso, organizados como resposta a uma pergunta (questão) argumentativa; e no funcionalismo linguístico, o qual considera as construções concessivas importantes opções linguísticas usadas pelo falante para tentar influir no outro e fazer com que este compartilhe do ponto de vista defendido. Em nossa investigação, utilizamos 20 amostras textuais de notícias publicadas em jornal sobre um mesmo tema. Dessas amostras, 10 textos são de um jornal de circulação local (JCL), jornal *O Povo*, e 10 são de um jornal de circulação nacional (JCN), jornal *Folha de São Paulo*. Em nossa análise, identificamos que o enunciador da notícia usa variados meios linguísticos para expressar o valor de concessão e que essa escolha está relacionada aos seus propósitos comunicativos. Os resultados obtidos evidenciaram que a expressão da concessividade é uma estratégia usada pelo enunciador para o desenvolvimento de um discurso argumentativo, no qual ele se projeta ora como Proponente, ora como Oponente, ora como Terceiro, adiantando em seu discurso a suposta divergência do outro.

PALAVRAS-CHAVE: Argumentação. Concessividade. Notícia.

ABSTRACT

This work analyzes the expression of concessiveness in the discourse of the news enunciator. We considered the semantic-argumentative value of the concession, seen not in the rhetorical sense of "consenting", but in the sense of contrast, opposition, argumentatively interpreted. From this idea, we found out that concessiveness results of an oppositional game between the enunciator argument and what it implies as an objection by the enunciatee. In our analysis, we sought the concessiveness value not only conveyed by the prototypical concessive clauses, but through the use of many other linguistic resources. To carry our research on, we sought for theoretical methodological foundation in the dialogical model proposed by Plantin (1996 and 2008), for whom the argumentative activity should be approached as a form of interaction characterized by the presence of a discourse and a counter discourse, organized as answer to an argumentative question (query), and in linguistic functionalism, which considers concessive constructions as important language options used by the speaker to try to influence the other one and cause him/her to share the point of view defended. In our research, we used 20 textual samples of news published in newspapers on the same subject. Among these samples, 10 texts are from a local newspaper (JCL), *O Povo* newspaper, and 10 other are from a national newspaper (JCN), *Folha de São Paulo*. In our analysis, we identified that the news enunciator uses various linguistic means to express the value of the concession and that this choice he/she makes is related to their own communicative purposes. The results showed us that the expression of concessiveness is a strategy used by the enunciator to develop an argumentative speech, in which it designs itself times as proposer, times as an opponent, and times as a third person, forwarding in its speech the other's supposed divergence.

Key Words: Argumentation. Concessiveness. News.

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1 – Esquema de concessivas em termos lógicos	36
Quadro 2 – Tipos de texto	72
Quadro 3 – Esquema típico de sequência argumentativa.....	74
Quadro 4 – Gêneros e tipos textuais	76
Quadro 5 – Transformações da notícia situadas na história jornalística.....	78
Quadro 6 – Comparativo da diversidade de meios linguísticos usados pelo enunciador da notícia para evidenciar a concessividade	115
Gráfico 1 - Diversidade de meios linguísticos usados pelo enunciador da notícia para evidenciar a concessividade	89
Gráfico 2 - Diversidade de meios linguísticos usados pelo enunciador da notícia para evidenciar a concessividade em percentual.....	90
Gráfico 3 – Comparativo do número de ocorrências em cada jornal	113
Gráfico 4 – Comparativo da diversidade de meios linguísticos usados pelo enunciador da notícia para evidenciar a concessividade	114
Figura 1 – Modelo de interação verbal	30
Figura 2 – Articulação de cláusulas	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O TRATAMENTO TRADICIONAL DADO À CONCESSÃO.....	19
2.1 A dicotomia subordinação x coordenação.....	20
2.2 A chamada “oração subordinada adverbial”.....	21
2.3 As chamadas “orações concessivas” na gramática tradicional.....	25
Síntese do capítulo.....	27
3 O TRATAMENTO FUNCIONALISTA DADO À CONCESSÃO	28
3.1 Pressupostos teóricos funcionalistas	28
3.2 A perspectiva funcionalista para o estudo das construções concessivas	31
3.3 A proposição relacional inferida.....	37
3.3.1 <i>A relação da noção de concessão com outros matizes semânticos</i>	40
3.3.2 <i>A subcategorização das construções concessivas</i>	43
3.4 Funções textual-discursivas na articulação das orações	45
3.5 O relevo discursivo	47
Síntese do capítulo.....	49
4 POSTULADOS DA ARGUMENTAÇÃO.....	51
4.1 Um breve histórico	51
4.2 A perspectiva dialogal de argumentação.....	55
4.3 Argumentação e concessão.....	60
Síntese do capítulo.....	66
5 O GÊNERO NOTÍCIA.....	67
5.1 A perspectiva de gêneros discursivos.....	67
5.2 A distinção entre gêneros e tipos textuais.....	70
5.3 A notícia nos compêndios jornalísticos.....	77
5.4 A notícia sob a ótica da Linguística	80
Síntese do capítulo.....	82
6 METODOLOGIA	83
6.1 Caracterização do <i>corpus</i>	83
6.2 Constituição e delimitação do <i>corpus</i>	84
6.3 Procedimentos metodológicos e tratamento dos dados.....	85

7 A EXPRESSÃO DA CONCESSIVIDADE NO GÊNERO NOTÍCIA (ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS)	88
7.1 Aspectos sintático-semânticos	88
7.1.1 Caracterização da expressão da concessividade no gênero notícia	88
7.1.1.1 A ordem das construções com valor concessivo	97
7.1.2 A proposição relacional inferida	99
7.2 Aspectos textual-discursivos	105
7.2.1 Funções textual-discursivas das construções concessivas na notícia	105
7.3 O papel da expressão da concessividade no discurso do enunciador da notícia	108
7.4 O uso da expressão da concessividade em cada jornal	113
8 CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS	120
ANEXOS	127

1 INTRODUÇÃO

Os estudos linguísticos têm dado especial relevância à função social da linguagem, principalmente à maneira como o falante, através de seu discurso, interage com o outro. Essa forma de encarar a língua como um instrumento de interação social tem proporcionado especial interesse dos pesquisadores no desenvolvimento de estudos que versem sobre a argumentação, a qual tem sido vista de forma diversa no decorrer do tempo.

Inicialmente, a argumentação foi encarada como componente dos sistemas lógico, retórico e dialético. No final do século XIX, com a retórica cientificamente invalidada como método e a lógica assumindo o caráter formal, a argumentação foi “profundamente deslegitimada” (PLANTIN, 2008). Nos anos 1950, os estudos sobre esse tema passaram por um notável desenvolvimento no que diz respeito à construção de um pensamento autônomo da argumentação.

A partir desses trabalhos, a noção de argumentação sofreu grande transformação ao longo do tempo, sobretudo com os estudos desenvolvidos a partir de 1970, que, influenciados pelos trabalhos os quais refletem sobre a questão da interação, passaram a considerar o caráter dialogal da atividade argumentativa. São especialmente os pressupostos surgidos a partir desses estudos que nos interessam para o presente trabalho.

Muitos estudiosos, como Stephen Toulmin (1979), Oswald Ducrot (1973), Jean Clod Anscombe e Oswald Ducrot (1985), Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2005), Christian Plantin (1996 e 2008), entre outros, trouxeram grande contribuição tanto para o desenvolvimento do conceito de argumentação quanto para os trabalhos realizados nessa área.

Com base nos estudos já divulgados e com o intuito de preencher algumas lacunas deixadas por eles, para a investigação que desenvolvemos, delimitamos como objeto de pesquisa o papel da expressão da concessividade no discurso do enunciador da notícia. A nossa hipótese básica é que o uso de construções das quais emerja a concessividade evidencia o desenvolvimento de um discurso argumentativo mesmo num gênero que não se propõe essencialmente argumentativo.

Estamos denominando “construções concessivas” os meios linguísticos usados pelo enunciador da notícia dos quais emerja o valor de concessão. Buscamos, nesse contexto, o valor semântico-argumentativo da concessão, vista não no sentido retórico de “consentimento”, mas na acepção de contraste, de oposição, interpretada argumentativamente. A concessividade é decorrente dessa ideia e resulta de um jogo opositivo entre o argumento

do enunciador e aquilo que este pressupõe como objeção por parte do enunciatário. Acreditamos que, nesse jogo de discursos, o enunciador conduz para o ponto de vista por ele defendido no texto. Consideramos que a concessividade não é veiculada apenas pelas prototípicas orações concessivas, mas pelo uso de muitos outros recursos linguísticos.

Adotamos o termo concessividade, também adotado por Rosário (2012), porque consideramos ser esse termo mais abrangente para nos referir às várias formas de o enunciador abrir espaço para um provável contradiscurso. Essa noção de concessividade nos possibilita uma análise mais ampla que abarque qualquer construção na qual o enunciador abra espaço para as possíveis objeções do interlocutor a fim de fazer com que este compartilhe das ideias defendidas no texto.

Para realizar nossa investigação, buscamos fundamentação teórico-metodológica no modelo dialogal proposto por Plantin (1996 e 2008) e no funcionalismo linguístico. Essa escolha justifica-se basicamente por dois motivos esclarecidos a seguir.

O primeiro deles se dá pelo fato de adotarmos uma perspectiva interacionista de argumentação, por isso concordarmos com Plantin (1996 e 2008), para quem a atividade argumentativa deve ser abordada como uma forma de interação que se caracteriza pela presença de um discurso e de um contradiscurso, que se organizam como resposta a uma pergunta (questão) argumentativa.

Com base nesse pressuposto, podemos dizer que a argumentação está presente em manifestações da linguagem em que ocorre esse encontro de discursos co-construídos pelos interlocutores; por isso, acreditamos que, em textos considerados não tipicamente argumentativos, como é o caso da notícia, o qual direciona o raciocínio do leitor, o enunciador desenvolve um discurso de justificativa que o leva a argumentar. Essa concepção reforça a relevância de um trabalho que investigue a argumentação num gênero que não seja tipicamente argumentativo, como é o caso da notícia.

O segundo se dá pelo fato de considerarmos a concessão uma forte estratégia argumentativa, já que, segundo Meyer (2008), argumentar não consiste apenas em justificar uma tese, mas também em considerar as teses contrárias. As construções concessivas, de acordo com a perspectiva funcional, representam importantes opções linguísticas usadas pelo falante para tentar influir no outro e fazer com que este compartilhe do ponto de vista defendido. Isso reforça a relevância de investigarmos o papel das construções das quais emerge o valor de concessão no gênero notícia.

É justamente o caráter dialógico dessas construções, o qual envolve o “jogo argumentativo”, que nos faz acreditar que elas constituem uma opção linguística relevante

para a construção da argumentação. Acreditamos que, ao expressar a concessividade na notícia, a partir de diferentes construções linguísticas, o enunciador reforça o teor argumentativo do seu enunciado.

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizamos 20 amostras textuais de notícias publicadas em jornal sobre um mesmo tema. Dessas amostras, 10 textos são de um jornal de circulação local (JCL), jornal *O povo*, e 10 são de um jornal de circulação nacional (JCN), jornal *Folha de São Paulo*. A seleção do *corpus* será mais bem descrita e justificada na metodologia.

A argumentação tem sido foco de muitos trabalhos na literatura linguística em diferentes linhas de pesquisa, sobretudo em trabalhos que lidam com teorias discursivas.

Sob a perspectiva do Funcionalismo Linguístico, que analisa as estruturas linguísticas considerando o contexto de uso, trabalhos que abordam a questão da argumentação têm se desenvolvido. Menezes (2011), por exemplo, analisou o papel das expressões linguísticas modalizadoras deônticas para atrair a adesão do auditório a pontos de vista defendidos em discursos políticos. Já Lucena-Silva (2007) analisou os efeitos de sentido produzidos pela evidencialidade na construção da argumentação em discursos políticos proferidos na Assembleia Legislativa do Ceará.

Sob a perspectiva da enunciação, muitos trabalhos têm se desenvolvido na área da Semântica da Enunciação. Barbisan (2006) fez uma compilação de vários trabalhos situados na área da Teoria da Argumentação na Língua, a qual parte do pressuposto de que a língua é essencialmente argumentativa. Alguns desses trabalhos ocupam-se de questões relativas ao uso e ao funcionamento do sistema linguístico no discurso. É o caso de Maurer (2006), que verifica o valor argumentativo do aposto na construção da argumentação no discurso; Olioni (2006), que investiga o uso dos modificadores como reforço à argumentação, e Barbisan (2006), que analisa um sentido para o adjetivo no discurso.

Outros autores tratam de questões textuais, como Ryppl (2006), que propõe uma abordagem argumentativa da substituição lexical no discurso; Becker (2006), que mostra a existência de relação argumentativa entre narração e descrição; Toldo (2006), cujo objeto de estudo é a publicidade como forma de argumentação, e Andersen (2006), que, com base na abordagem polifônica de Ducrot (1973, 1990 e 2001), busca indícios da presença do *tu* no discurso do *eu*.

Outros, ainda, buscam apresentar uma metodologia para a apreensão do sentido global do discurso, a partir de conceitos da Teoria dos Blocos Semânticos (TBL), como é o caso de Azevedo (2006), que propôs um redimensionamento de alguns conceitos da TBL para uma

possível aplicação metodológica à descrição semântico-argumentativa do discurso; Freitas (2006), que utiliza conceitos dessa teoria para observar como se produz o movimento argumentativo ao longo do discurso, e Graeff (2006), que apresenta uma proposta para a construção de resumos, a partir dos conceitos e princípios da Teoria da Polifonia e da Teoria dos Blocos Semânticos.

Esses estudos sob a perspectiva da enunciação têm como base os pressupostos da Teoria da Argumentação na Língua, seja usando conceitos do segundo momento, da Teoria Polifônica, seja usando conceitos do momento atual de investigação, a noção de Blocos Semânticos. Essa teoria tem bases estruturalistas, pois se fundamenta na noção de relação entre língua e fala, mas também é considerada uma teoria da enunciação, na medida em que estuda a linguagem em uso.

Nossa pesquisa diferencia-se desses trabalhos pautados na Teoria da Argumentação na Língua, cujas bases se voltam principalmente para aspectos semânticos ao considerar as capacidades projetivas dos enunciados sem a consideração do contexto, já que intentamos analisar a argumentação no discurso, considerando a situação de interação entre os interlocutores, na qual ambos os participantes gozam de iniciativa discursiva.

É exatamente por esse motivo que nos embasamos em Plantin (2008), para quem a atividade argumentativa, que é uma atividade dialógica, é desencadeada quando se põe em dúvida um ponto de vista. Essa situação interacional obriga o interlocutor a argumentar, ou seja, o enunciador, percebendo a possibilidade de uma objeção do enunciatário, desenvolve um discurso de justificativa que possa persuadi-lo. Nessa perspectiva um aspecto fundamental da argumentação é a articulação de dois discursos contraditórios (PLANTIN, 2008).

Defendendo essa ideia de que a argumentação se dá quando no discurso se manifesta um contradiscurso, Plantin (1996 e 2008) destaca que a argumentação é uma situação tripolar, de três actantes: Proponente, Oponente e Terceiro. Nessa situação, a interação se dá através do discurso do Proponente, o contradiscurso do Oponente e a mediação de um discurso do Terceiro. É a partir dessa concepção do autor que investigamos os papéis actanciais exercidos pelo enunciador ao evidenciar a concessão associados à construção da argumentatividade no gênero notícia.

Nosso interesse pelo estudo da argumentação e das construções concessivas já vem se desenvolvendo há algum tempo. Em nossa dissertação (BEZERRA, 2006)¹, estudamos o uso das orações concessivas na construção da argumentação em artigos de opinião e editoriais.

¹ Até 2006 adotávamos o nome de solteira “Bezerra”, a partir de 2007, adotamos o nome de casada “Ribeiro”.

Nesse estudo, o foco de nossa análise era a contribuição das orações concessivas para a argumentatividade presente nos gêneros essencialmente argumentativos.

Com os estudos realizados para aquela investigação, percebemos que a argumentação se manifesta na situação dialógica a qual se estabelece na situação comunicativa. Nesse espaço, o enunciador, através de suas escolhas linguísticas, tenta influenciar o interlocutor. Percebemos, então, que as orações concessivas representam escolhas linguísticas importantes que servem para contrapor argumentos orientados para conclusões contrárias.

Ora, se a concessão funciona como estratégia argumentativa, em qualquer gênero textual em que se use esse tipo de construção, emerge uma orientação argumentativa por parte do enunciador. Por isso consideramos importante investigar a contribuição dessas construções para a argumentatividade em gêneros não considerados essencialmente argumentativos, que é o caso da notícia de jornal.

Além disso, entendemos que a concessividade pode ser construída por meio de diversos recursos linguísticos e não necessariamente da oração adverbial concessiva. Acreditamos que, a depender do gênero textual, o enunciador usa formas diversas de expressar a concessividade. Para identificarmos essas diversas formas, buscamos fundamentação teórica no funcionalismo linguístico, que tem trazido grandes contribuições para a análise das construções concessivas, visto que, diferentemente do ponto de vista tradicional, apresenta uma proposta que transcende o nível sentencial e busca, no contexto discursivo, a motivação para os fatos da língua.

Muitos trabalhos a respeito da concessão, sob o ponto de vista funcionalista, têm se desenvolvido. Decat (1995), por exemplo, examinou as proposições relacionais que emergem da articulação das orações adverbiais e as funções discursivas a que essas orações se prestam; Zamproneo (1998) e Neves (1999) observaram o caráter dialógico e argumentativo das hipotaxes adverbiais concessivas ao analisarem os aspectos sintáticos, lógico-semânticos e pragmático-discursivos dessas construções; e Decat (2001) analisou a relação entre proposição relacional e função textual-discursiva das orações adverbiais concessivas e a organização sequencial dessas orações com a porção do discurso com que se articulam.

Essas pesquisas (exceto a de Zamproneo (1998), que também estuda construções menores que a oração) investigam as construções concessivas configuradas nas orações adverbiais, essa é uma lacuna que nossa pesquisa objetiva preencher, já que concordamos com Meyer (2008), para quem o valor de concessão pode ser expresso por meio de vários recursos linguísticos, como advérbios ou locuções adverbiais, verbos, conjunções ou locuções conjuntivas, locuções prepositivas e palavras que ele chama de “sinônimos de oposição”.

Esses recursos linguísticos serão mais bem esclarecidos na metodologia. Como não encontramos nenhum trabalho que sistematize o uso desses recursos linguísticos em um gênero específico, consideramos que essa será uma importante contribuição de nossa pesquisa. Consideramos, além dessa variedade sugerida pelo autor, na análise dos dados do nosso *corpus*, construções nas quais, mesmo sem haver um conector, se perceba a emergência do valor de concessão.

Alguns estudos, apresentando uma abordagem discursiva, têm considerado que o valor de concessão se estende a estruturas com conectivos tradicionalmente tidos como adversativos. Arêas (*s/d*), a partir de uma perspectiva semântica, analisou o fenômeno concessivo-adversativo num artigo publicado no Jornal do Brasil. Gouvêa (2001) estudou o processo concessivo e sua relação com os conectores concessivos e adversativos a partir da Teoria da Argumentação na Língua. Vaz (*s/d*), ao correlacionar a abordagem funcionalista com a semântico-argumentativa, analisou a concessão como uma estratégia argumentativa em editoriais de jornal. Margarido (2010), fundamentando-se no funcionalismo linguístico, estabeleceu uma comparação entre as orações adverbiais e as adversativas, investigando as motivações de uso de uma e de outra. Rosário (2012), também a partir da perspectiva funcionalista, analisou as propriedades morfosintáticas e funcionais das construções concessivas. Abarcando estruturas não prototipicamente concessivas, apresentou características que aproximam as orações adversativas e as orações condicionais das construções concessivas.

Embora se baseando em perspectivas diferentes, esses trabalhos apresentam algo em comum: todos se detêm à consideração de estruturas concessivas e adversativas usadas em gêneros tipicamente argumentativos. Essa é uma lacuna que a presente pesquisa tenta preencher, visto que, conforme já mencionamos, investigamos a expressão da concessividade num gênero que não se propõe argumentativo.

Numa análise funcionalista, tem papel predominante a função que a forma linguística desempenha no ato comunicativo. Esse pressuposto é fundamental para a presente pesquisa, que intenta analisar as condições discursivas em que as construções concessivas são usadas nas notícias, focalizando o papel que estas desempenham na construção do discurso do enunciador desse gênero, tendo em vista os diferentes papéis argumentativos por ele assumidos.

Por tudo que foi discutido, acreditamos que estabelecer uma interface entre os pressupostos funcionalistas e o modelo dialogal apresentado por Plantin (1996 e 2008) trouxe significativa contribuição para o estudo que aqui se apresenta.

Vale justificar ainda a escolha do gênero notícia. Os textos jornalísticos têm sido objeto de muitos trabalhos, com uma grande diversidade de enfoque a partir de diferentes fundamentações teóricas. Dentre os textos jornalísticos, a notícia se constitui objeto de pesquisa profícuo, por se tratar de um gênero que se propõe informativo e objetivo, mas que se tem comprovado, em muitos trabalhos, ser essa objetividade apenas aparente.

De acordo com Lustosa (1996), a notícia é a versão de um fenômeno social, não a tradução objetiva, imparcial e descomprometida de um fato. Ele observa uma discrepância entre o discurso dos profissionais da imprensa, que se dizem imparciais, e o resultado final do trabalho do jornalista que, ao produzir a notícia, escolhe o melhor “ângulo” para descrever os fatos. Percebemos, a partir do exposto pelo autor, que, se os fatos narrados na notícia são selecionados a partir de escolha particular, isso já demonstra uma intencionalidade por parte do enunciador do texto, o qual se utiliza de estratégias no intuito de atrair a atenção do outro.

Cunha (2002), ao estudar o funcionamento dialógico no gênero notícia, a partir da perspectiva bakhtiniana, mostra que as marcas do dialogismo evidenciam a posição e os pontos de vista do enunciador no discurso. Meyer (2008) afirma que um texto explicativo, uma definição de dicionário, uma descrição, uma narrativa, pela simples seleção de detalhes, pelo direcionamento, podem tornar-se argumentativos. Se isso se torna evidente nesses textos propostos por Meyer (2008), é muito maior a probabilidade de que ocorra com a notícia, que apresenta marcas do dialogismo, como evidenciou Cunha (2002).

É importante destacar que Cunha², certamente por fundamentar-se em Bakhtin (1997), não analisa o dialogismo na perspectiva da argumentação. Essa concepção diferencia a perspectiva da autora da adotada para a pesquisa que empreendemos. Consideramos o dialogismo proposto por Plantin (1996 e 2008), para quem a argumentação é dialógica porque se define pelo desenvolvimento e pelo confronto de pontos de vista em contradição. Ao investigarmos como o enunciador da notícia organiza o seu discurso de modo a persuadir o interlocutor, intentamos contribuir para o aprimoramento de pesquisas que desenvolvam o modelo dialogal, proposto por Plantin³, em gêneros específicos.

Pelo exposto até aqui, acreditamos na contribuição de nosso trabalho para a Linguística Aplicada, visto que os resultados desta pesquisa poderão contribuir para o desenvolvimento do estudo da argumentação e dos gêneros textuais. Além disso, poderá contribuir para os estudos funcionalistas, já que, concordando com Dik (1989), acreditamos que o uso das estruturas linguísticas manifesta a relação entre o falante, o ouvinte e os seus

² *Op. cit.*

³ *Op. cit.*

papéis na situação interacional – o que corrobora a relevância de se estudar o papel da expressão da concessividade em gêneros específicos.

Vale ressaltar que trabalhos como este, mesmo que indiretamente, podem contribuir para o ensino de língua materna, viabilizando reflexões para um ensino de língua produtivo e, conseqüentemente, para a formação de leitores capazes de se pronunciar com criticidade e de produtores capazes de se posicionar criticamente. Além disso, mesmo o ensino não sendo o foco do nosso trabalho, concordamos com Oliveira e Coelho (2003), para quem o aparato teórico do funcionalismo é perfeitamente aplicável para o que propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino de língua materna nos níveis fundamental e médio. Segundo os autores, “trata-se de uma mediação entre teorização linguística e prática pedagógica, uma das concepções epistemológicas da linguística aplicada” (OLIVEIRA E COELHO, 2003, p. 89).

Este trabalho, além da introdução, apresenta sete capítulos, organizados na seguinte ordem. No capítulo “O tratamento tradicional dado à concessão”, mostramos como as construções concessivas têm sido tratadas a partir da perspectiva tradicional. No capítulo “O tratamento funcionalista dado à concessão”, apresentamos as bases do funcionalismo linguístico e a perspectiva funcionalista para o estudo das construções concessivas. No capítulo “Postulados da argumentação”, apresentamos um breve histórico dos postulados da argumentação, a seguir, destacamos a perspectiva dialogal da argumentação no modelo proposto por Plantin (1996 e 2008), tratamos da relação entre argumentação e concessão e do papel argumentativo das construções concessivas. No capítulo “O gênero notícia”, apresentamos a perspectiva de gêneros discursivos que têm sido referência para muitos autores; a reflexão de alguns autores da comunicação sobre as características desse gênero e a visão de alguns linguistas a respeito da seleção dos fatos na notícia. Depois, no capítulo “Metodologia”, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados para a presente pesquisa. Em seguida, no capítulo “A expressão da concessividade no gênero notícia”, apresentamos a análise de nossos dados e os resultados obtidos. Por fim, apresentamos as conclusões a que chegamos após o estudo empreendido.

2 O TRATAMENTO TRADICIONAL DADO À CONCESSÃO

“...observar os usos linguísticos é rejeitar o tratamento ingênuo e fácil que homogeneiza os itens da língua, desconhecendo que o funcionamento de algumas classes de itens pode explicar-se nos limites da oração, por exemplo, mas o de outras só pode resolver-se no funcionamento discursivo-textual...” (M. H. de Moura Neves)

A visão funcionalista da linguagem opõe-se à visão tradicional, que analisa os fatos da língua desconsiderando o contexto discursivo. Segundo os funcionalistas, o tratamento tradicional das construções concessivas não considera as ocorrências reais de uso da língua e se prende apenas ao nível da sentença, por isso não consegue explicar de forma satisfatória o fenômeno concessivo.

Consideramos, portanto, importante iniciarmos nossas discussões sobre o estudo da concessão a partir da concepção tradicional, estabelecendo um cotejo entre essa visão e a perspectiva funcionalista a qual adotamos. Além disso, consideramos que essa ponderação acaba contribuindo para reflexões a respeito do ensino de língua materna que tem se pautado na perspectiva tradicional.

Carvalho (2004) também considera relevante refletir sobre o tratamento tradicional dado à concessão, para a autora,

A inclusão do tratamento concedido a esses processos pela abordagem tradicional [...] se faz necessária uma vez que as propostas de descrição e tipologização de sentenças complexas que têm sido apresentadas na literatura linguística, independentemente das correntes teóricas em que se inserem, fazem, de algum modo, referência a essa abordagem: ou a questionam, demonstrando suas incoerências, e/ou ampliam os seus conceitos (CARVALHO, 2004, p. 10).

2.1 A dicotomia subordinação x coordenação

De uma forma geral, a definição de concessão na gramática tradicional é encontrada nos capítulos que tratam das orações adverbiais e das conjunções subordinativas.

De acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), as orações classificam-se em *absoluta, coordenada, principal e subordinada*. Considera-se composto aquele período em que há mais de uma oração e classifica-se, cada uma delas, em coordenada, quando é independente; e subordinada, quando é dependente.

A orientação da NGB é adotada pela maioria das gramáticas, portanto, as relações de coordenação e subordinação são vistas de maneira dicotômica como se pode perceber no seguinte trecho da gramática de Lima (1972):

A comunicação de um pensamento em sua integridade, pela sucessão de orações gramaticalmente independentes - eis o que constitui o período composto por coordenação (LIMA, 1972, p. 260).

No período composto por subordinação, há uma oração principal, que traz presa a si, como dependente, outra ou outras. Dependentes, porque cada uma tem seu papel como um dos termos da oração principal (LIMA, 1972, p. 261).

Uma visão dicotômica na classificação das orações também é adotada por Bechara (1999), porém apresentando uma nomenclatura diferente. Para ele, o período composto por subordinação constitui uma oração complexa, e o período composto por coordenação constitui grupos oracionais. Como os outros autores, ele também usa como diferencial entre coordenação e subordinação a relação de independência e dependência entre as orações. Dos autores consultados (Bechara (1999), Cegalla (1989), Cunha (1985) e Lima (1972)), Bechara é o único a identificar a relação de subordinação com hipotaxe e a de coordenação, com parataxe.

Segundo o gramático, a hipotaxe consiste na possibilidade de uma unidade correspondente a um estrato superior poder funcionar num estrato inferior, ou em estratos inferiores. De acordo com Bechara, é o caso, por exemplo, de uma oração passar a funcionar como “membro” de outra oração, o que se dá na relação de subordinação. A parataxe consiste na propriedade mediante a qual duas ou mais unidades de um mesmo estrato funcional podem combinar-se nesse mesmo nível para constituir, no mesmo estrato, uma nova unidade. Portanto, o que caracteriza a parataxe é a circunstância de que unidades combinadas são equivalentes do ponto de vista gramatical, isto é, uma não determina a outra, de modo que a

unidade resultante da combinação é também gramaticalmente equivalente às unidades combinadas; isso se dá na relação de coordenação.

Percebe-se que a definição de hipotaxe apresentada por Bechara (1999) aproxima-se de uma perspectiva estruturalista e, portanto, difere da visão dos funcionalistas, para quem a hipotaxe consiste em uma relação de dependência em que não há encaixamento, ou seja, o que ocorre é uma combinação, ou articulação, de orações que reflete, segundo Mattiessen & Thompson (1988), a organização do discurso. Na perspectiva funcional, o que Bechara chama “subordinação” consiste em encaixamento, já que, nesse caso, há uma relação de integração entre as orações.

2.2 A chamada “oração subordinada adverbial”

Segundo a perspectiva tradicional, as orações adverbiais estão entre as subordinadas. Os gramáticos mais renomados explicam o porquê do rótulo “adverbial” e se referem a certas propriedades desse tipo de oração, baseando-se no conectivo subordinativo que as introduz, por vezes, remetendo a critérios semânticos. Vejamos a definição apresentada por Cunha (1985):

[as orações subordinadas adverbiais] funcionam como adjunto adverbial de outras orações e vêm, normalmente, introduzidas por uma das conjunções subordinativas (com exclusão das integrantes). Segundo a conjunção ou locução conjuntiva que as estabelece, classificam-se em: causais, concessivas, condicionais, finais, temporais, consecutivas, comparativas, conformativas e proporcionais (CUNHA, 1985, p. 589-593).

Na definição apresentada pelo autor percebe-se o apelo para a forma quando ele chama a atenção para o fato de as orações subordinadas adverbiais serem introduzidas por conjunção e para a semântica quando estabelece uma relação entre a conjunção e a classificação dessas orações.

Lima (1972) chama a atenção para a forma ao apresentar a seguinte definição:

Assim se denominam porque, equivalentes a um advérbio, figuram como adjunto adverbial da oração a que se subordinam. Quando desenvolvidas, começam por conjunção subordinativa (...); Quando reduzidas, aceitam – muitas delas – as formas infinitiva, gerundial e participial (LIMA, 1972, p. 274).

É comum, em todas as gramáticas examinadas: Bechara (1999), Cegalla (1989), Cunha (1985) e Lima (1972), os autores associarem a classificação das orações ao uso da conjunção subordinativa. Portanto, é temporal a oração adverbial que for introduzida por uma conjunção temporal; é condicional aquela introduzida por uma conjunção condicional, e assim por diante.

Bechara⁴, porém, que, como já mencionamos anteriormente, adota uma nomenclatura diferente, divide o que ele chama “orações complexas de transposição adverbial” em dois grupos: as subordinadas adverbiais propriamente ditas, que, segundo ele, exercem função própria de advérbio, funcionando como adjunto ou determinante circunstancial não-argumental do núcleo verbal (nesse caso, as que exprimem noção de tempo, lugar, modo, causa, concessão, condição e fim) e as subordinadas adverbiais comparativas e consecutivas, que “guardam certa analogia com as adjetivas, porque dependem de um antecedente, de natureza quantificadora ou de unidade quantificada e só mantêm relação direta com o núcleo verbal da oração junto com seu antecedente” (BECHARA, 1999, p. 473).

O autor consegue perceber um problema presente na definição tradicional da oração adverbial. Se ela “funciona como adjunto adverbial de outra”, como explicar as orações comparativas e consecutivas que não funcionam como adjunto adverbial?

Outro problema é que, como se pode perceber, a abordagem tradicional de gramática costuma orientar a análise do chamado “período composto” apenas no sentido de ensinar os alunos a segmentar e a classificar as orações.

Dessa forma, o processo textual-discursivo da articulação de orações recebe, nas escolas, um tratamento que não vai além do nível sentencial. Os professores, baseados nos compêndios gramaticais, costumam orientar os alunos a memorizar listas de conectivos com a respectiva noção semântica a eles associada para que, a partir desse conhecimento, classifiquem as orações adverbiais como *causais*, *condicionais*, *concessivas*, *temporais*, *etc.*

Detectamos esse problema em um trabalho anterior (BEZERRA, 2004) em que investigamos o tratamento da articulação hipotática adverbial no Ensino Médio. Nesse estudo, identificamos que a maioria dos professores investigados ainda se pautava na taxonomia para o ensino das orações adverbiais.

Segundo estudiosos funcionalistas, tais como Decat (2001), uma análise que vise à classificação das orações com base apenas no conector que a encabeça não é suficiente, porque uma mesma proposição relacional pode ser inferida por conectivos diferentes ou,

⁴ *Op. cit.*

ainda, várias proposições relacionais podem ser inferidas pelo mesmo conector. Bechara (1999) já admite essa possibilidade quando afirma que

As orações condicionais não só exprimem condição, mas ainda podem encerrar as idéias de hipótese, eventualidade, concessão, tempo sem que muitas vezes se tracem demarcações rigorosas entre esses vários campos do pensamento (BECHARA, 1999, p. 498).

Cegalla (1989) e Bechara (1999) acrescentam, à classificação tradicional das orações adverbiais, as modais e as locativas. Esses autores consideram que são adverbiais modais as orações introduzidas pela locução “sem que”, tal como se encontra em (01), e orações adverbiais locativas, que equivalem a um adjunto adverbial de lugar e são iniciadas pelo advérbio “onde”, como em (02). Os autores salientam que essas orações não estão consignadas na NGB, o que, para Cegalla⁵, constitui uma omissão. E acrescenta: “Existem ainda outros tipos de orações adverbiais”, como em (03), que o autor analisa como adverbial de companhia (CEGALLA⁶).

(01) Entrou na sala **sem que nos cumprimentasse**.⁷

(02) **Onde me espetam**, fico.

(03) Irei **com quem quiser me acompanhar**.

O resultado da pesquisa realizada por Decat (2001), que destacou a existência de estruturas que manifestam relações não constantes da listagem dos casos clássicos da Gramática Tradicional e que, nem por isso, deixam de expressar ‘realce’ ou algum dentre os vários tipos de circunstância, reforça essa observação dos autores.

Lima (1972) e Cegalla (1989) fazem a distinção entre as orações coordenadas explicativas e as subordinadas adverbiais causais:

As conjunções *que* e *porque* ora têm valor coordenativo (conjunções explicativas), ora têm valor subordinativo (conjunções causais). (...)

⁵ *Op. cit.*

⁶ *Id.* p. 368

⁷ Os exemplos 1 a 3 são de Cegalla (1989).

A oração coordenada de *que* e *porque*, como, aliás, qualquer oração coordenada, é feita para introduzir uma ideia nova, dentro de uma sequência do tipo A + A. (...)
 A oração subordinada de *que* e *porque* é parte da outra oração, na qual funciona como adjunto adverbial – dentro de um esquema do tipo *determinado* + *determinante*, ou por outras palavras: *principal* + *dependente*. (...) (LIMA, 1972).

As orações coordenadas explicativas não devem ser confundidas com as subordinadas adverbiais causais: estas exprimem a causa de um fato, aquelas dão o motivo, a explicação da declaração anterior (CEGALLA, 1989, p. 342).

Bechara (1999), diferentemente de todos os autores estudados, não apresenta essa distinção. Para ele, as orações coordenadas estão ligadas por conectores chamados *conjunções coordenativas*, que apenas marcam o tipo de relação semântica que o falante manifesta entre os conteúdos de pensamento designado em cada uma das orações sintaticamente independentes. Segundo o autor, são três as relações semânticas marcadas pelas conjunções coordenativas ou conectores: aditiva, adversativa e alternativa.

O autor identifica, portanto, ao contrário da tradição, nas orações coordenadas explicativas e nas orações coordenadas conclusivas, uma relação semanticamente adverbial. Essa intuição do gramático coaduna com a perspectiva funcionalista que trata das relações entre termos e orações não apenas sob o ponto de vista sintático, mas leva em consideração os aspectos textual-semânticos e textual-discursivos.

Bechara⁸ salienta que a tradição gramatical, levada pelo aspecto de certa proximidade de equivalência semântica, tem incluído, entre as conjunções coordenativas, certos advérbios que estabelecem relações inter-oracionais ou intertextuais. São eles: *pois*, *logo*, *portanto*, *entretanto*, *contudo*, *todavia*, *não obstante*. Dessa forma, segundo a tradição, haveria as conjunções explicativas (*pois*, *porquanto*, *etc*) e conclusivas (*pois [posposto]*, *logo*, *portanto*, *então*, *assim*, *por conseguinte*, *etc*), sem contar com *contudo*, *entretanto*, *todavia*, que se alinham junto com as adversativas. Segundo o autor, não incluir tais palavras entre as conjunções coordenativas é perceber que tais advérbios marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenativas, apesar de alguns manterem com elas certa aproximação ou mesmo identidade semântica.

Observamos que as intuições do gramático apontam para a existência de fronteiras típicas de um processo de gramaticalização pelo funcionamento do advérbio, que é uma categoria maior, como conector, uma categoria menor, portanto mais gramatical. Segundo Hopper (1991), “a gramaticalização é um processo gradual entre o “menos” e o “mais”

⁸ *Op. cit.*

gramaticalizado e não, necessariamente, entre o que está "fora" ou "dentro" da gramática" (HOPPER, 1991, p. 32).

Na maioria das gramáticas, é possível perceber que predomina uma abordagem taxionômica, de classificação discreta das orações adverbiais. Ainda assim, cumpre valorizar as intuições de alguns gramáticos tradicionais que, mesmo não adotando pressupostos, métodos e técnicas da ciência linguística, são observadores atentos do funcionamento da língua.

Outra observação interessante é que, nas gramáticas em análise, percebemos que os exemplos, em sua maioria, encontram-se descontextualizados, isto é, sem relação com o texto em que ocorrem. Além disso, no ensino de gramática, na maioria das vezes pautado nesses manuais, parece ainda predominar uma preocupação terminológica e tipológica, que enfatiza o desempenho na tarefa de classificação das orações, mediante a memorização dos conectivos, em detrimento da análise dos aspectos textuais e discursivos. É exatamente por isso que o ensino tradicional das orações tem recebido fortes críticas dos linguistas funcionalistas, sobretudo, por não considerar ocorrências reais de uso da língua e por restringir-se, apenas, ao nível sentencial.

É importante salientar que, como analisamos, alguns autores sinalizam a tentativa de preencher as lacunas deixadas pela visão tradicional da língua, indicando, apesar de não adotarem pressupostos funcionalistas, que se faz necessário observar o uso da língua.

2.3 As chamadas “orações concessivas” na gramática tradicional

As orações concessivas, por estarem entre as adverbiais, são vistas pela Gramática Tradicional como subordinadas. Segundo Cunha (1985), as orações subordinadas adverbiais classificam-se de acordo com a locução conjuntiva que as encabeça; assim, é concessiva se a conjunção que a introduz é subordinativa concessiva. Percebemos, mais uma vez, que a definição apresentada pelos gramáticos baseia-se no conectivo o qual inicia a oração. Esse tipo de explicação não esclarece ao aluno como ele deve classificar as orações, visto que os autores, na verdade, apresentam uma explicação circular.

Como já mostramos, Bechara (1999) divide a oração adverbial em dois grupos: as subordinadas adverbiais propriamente ditas, que exercem função própria de advérbio, dentre elas as concessivas; e as subordinadas adverbiais comparativas e consecutivas. Para o autor, as orações são concessivas “quando a subordinada exprime que um obstáculo – real ou

suposto – não impedirá ou modificará, de modo algum, a declaração da oração principal” (BECHARA, 1999, p. 496).

Percebemos que o autor não limita a sua definição à presença do conectivo na oração concessiva. Na verdade, sua definição leva em consideração a relação estabelecida entre as orações. Como o citado autor, Cegalla (1989) apresenta uma definição pautada na relação semântica estabelecida entre as orações. Ambos os autores apresentam, diferentemente da maioria dos gramáticos que só consideram concessivas orações introduzidas por um número fixo de conjunções ou locuções conjuntivas (*embora, ainda que, mesmo que, apesar de etc.*), exemplos com outras conjunções. É o que vemos no exemplo abaixo usado por Cegalla:

(04) **Se o via derrubado, rosto no pó**, nem por isso o respeitava menos. (Ondina Ferreira)

O autor apresenta, para o exemplo, a correlação entre **se** e **embora** (**Embora** o visse...). Com isso, percebemos que, de maneira geral, os gramáticos buscam explicar as análises a partir de equivalências. É o que fazem, por exemplo, quando vão definir as orações adverbiais como sendo aquelas que equivalem a um advérbio.

Bechara (1999) considera que “conteúdos de valor concessivo podem vir justapostos, iniciados por unidades alternativas”. Cegalla⁹, embora não apresente nenhum comentário a esse respeito, também apresenta exemplos desse tipo. É o que percebemos em (05) exemplo de Bechara e (06) exemplo de Cegalla:

(05) **Quer estudes, quer não**, aprenderás facilmente a lição.

(06) **Chovesse ou fizesse sol**, o major não faltava.

Percebe-se, com os exemplos, que o foco de Cegalla¹⁰ é a relação disjuntiva entre “chovesse” e “fizesse sol”. Já Bechara¹¹ foca a relação entre o segmento alternativo e a oração nuclear. O autor acrescenta que essas orações denotam que a possibilidade de ações opostas

⁹ *Op. cit.*

¹⁰ *Id.*

¹¹ *Op. cit.*

ou diferentes não impede a declaração principal; além disso, o verbo dessas orações está sempre no subjuntivo.

Como podemos notar, a partir do exposto, alguns autores já percebem falhas nas definições apresentadas pela tradição gramatical, já que estas não conseguem ser suficientes para explicar o uso da língua.

Síntese do capítulo

Neste capítulo, intitulado *O tratamento tradicional dado à concessão*, apresentamos a perspectiva tradicional para o estudo da concessão, estabelecendo um cotejo entre essa perspectiva e a visão funcionalista adotada para este trabalho.

Na primeira seção, expomos a concepção de alguns gramáticos, os quais apresentam uma visão dicotômica para a classificação das orações, adotando, em sua maioria, a nomenclatura subordinação e coordenação.

Na segunda seção, apresentamos o rótulo dado às orações adverbiais por alguns gramáticos e estabelecemos um cotejo entre essa visão, que se prende ao nível sentencial, desconsiderando, portanto, o contexto discursivo em que as construções se inserem; e o funcionalismo linguístico, que analisa os fatos da língua a partir do contexto discursivo.

Na terceira seção, apresentamos a visão tradicional para o estudo das orações concessivas. Percebemos que muitos gramáticos baseiam sua definição no conectivo que encabeça a oração e limitam o estudo da concessão à prototípica oração adverbial concessiva. Por outro lado, alguns autores sinalizam para a necessidade de considerar a relação semântica entre as orações. Refletir sobre a posição dos gramáticos a respeito da concessão é importante para nossa pesquisa, visto que tornou possível avaliarmos as contribuições, bem como as limitações destes no tratamento dado à concessão. A partir da consulta a diferentes gramáticos, foi possível perceber que, na visão tradicional, de modo geral, os gramáticos não refletem sobre os aspectos funcionais e discursivos das construções concessivas.

Acreditamos na importância de iniciarmos a nossa reflexão a partir da abordagem tradicional, que é criticada pela visão funcionalista adotada neste trabalho.

Feitas as considerações sobre a visão tradicional das orações adverbiais, apresentaremos, a seguir, a visão funcionalista para a análise das orações.

3 O TRATAMENTO FUNCIONALISTA DADO À CONCESSÃO

“...colocar como objeto de investigação a língua em uso é ter presente que o uso da linguagem e a produção de texto se fazem na interação.” (M. H. de Moura Neves)

O funcionalismo linguístico tem trazido grande contribuição para o estudo da descrição linguística em geral e para o estudo da concessão em particular, visto que, ao se opor à visão tradicional, considera o contexto discursivo em que a expressão linguística está sendo usada.

Dessa forma, possibilita uma análise além do nível da sentença, contribuindo para o nosso propósito de mostrar que a concessividade pode ser construída de diferentes maneiras dentro do texto e que essas diferentes formas de construí-la servem ao propósito argumentativo do enunciador.

Neste capítulo, apresentamos a contribuição da visão funcionalista para o estudo da concessão.

3.1 Pressupostos teóricos funcionalistas

Como nos voltamos para a investigação da contribuição da expressão da concessividade para o reforço argumentativo em textos concretos, buscamos, para a presente pesquisa, fundamentação teórico-metodológica no funcionalismo linguístico, que se caracteriza por conceber a língua como instrumento de interação. Nesse sentido, assumimos, como Givón (1995), que o sistema linguístico não pode ser analisado como um objeto autônomo, mas sim como uma estrutura que está sujeita à pressão das diversas situações comunicativas.

A função mediadora que a forma linguística desempenha no ato comunicativo tem papel predominante numa análise de base funcionalista como a que aqui se anuncia, pois objetivamos, em nossa investigação, ir além da estrutura gramatical, buscando, no contexto discursivo, a motivação para os fatos da língua. Para os estudiosos, é dever do funcionalista analisar a base funcional que constitui o sistema linguístico e o qualifica como instrumento de

interação. De acordo com Neves (1997), a análise funcional tem como questão básica verificar o modo como os falantes se comunicam eficientemente, ou seja, o que se examina é a competência comunicativa dos falantes. Nesse paradigma, concebe-se que há uma relação entre o caráter instrumental, funcional do uso da língua e o caráter sistemático da estrutura linguística, a gramática.

Segundo Dik (1989), a descrição linguística se manifesta de acordo com a relação entre o falante, o ouvinte e os seus papéis na situação interacional. Por isso, o principal interesse do linguista funcionalista está nos processos relacionados ao êxito dos falantes ao se comunicarem por meio das expressões linguísticas, visto que estas funcionam como mediação entre a intenção do falante e a interpretação do destinatário. Cabe, então, ao funcionalista descrever as expressões linguísticas considerando as funções que elas atualizam em determinado contexto de uso.

Para Neves (1997), isso implica considerar as estruturas das expressões linguísticas como configurações de funções, sendo, cada uma delas, vista como um diferente modo de significação na oração. Isso implica dizer que a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua, ou seja, essa estrutura é motivada pela situação comunicativa.

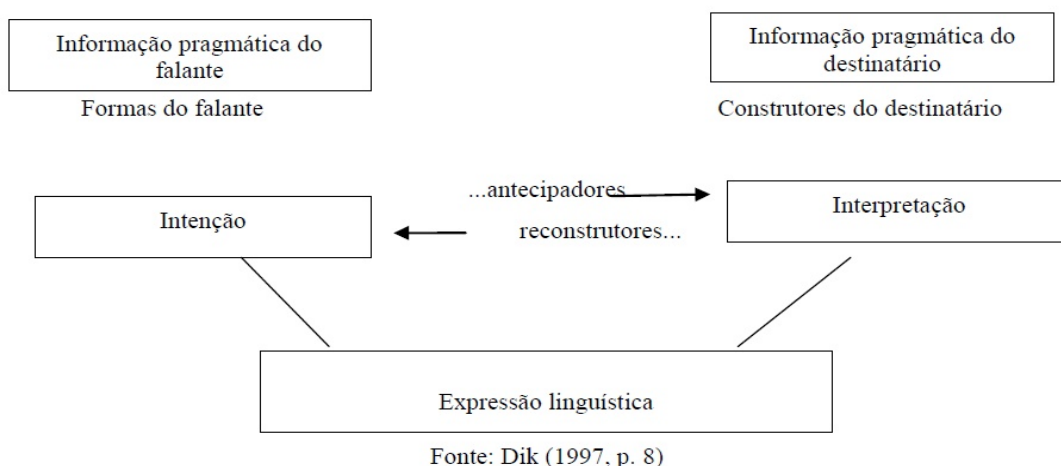
Halliday (1973) afirma que o termo *função* é utilizado, no funcionalismo, para se referir ao *papel* desempenhado pela linguagem na vida dos indivíduos, servindo aos variados tipos universais de demanda. Para o autor, as várias funções da linguagem estão refletidas na estrutura linguística. Portanto, a análise dessa estrutura é reveladora das funções a que a língua se presta.

Percebe-se, a partir do exposto pelo autor, que, na análise funcionalista, o que tem papel predominante é a função que a forma linguística desempenha no ato comunicativo. Esse pressuposto é fundamental para a presente pesquisa, que analisa as condições discursivas em que as construções das quais emerge concessividade são usadas nas notícias, focalizando o papel que estas desempenham na construção da argumentação desse gênero.

Outro pressuposto importante que caracteriza o funcionalismo linguístico é a proposta de integração entre os domínios da sintaxe, da semântica e da pragmática. A sintaxe é vista como instrumental em relação à semântica e a semântica como instrumental em relação à pragmática. Isso porque, na análise funcionalista, esses componentes são interligados, pois os elementos sintáticos existem para codificação das opções semânticas e pragmáticas. Dessa forma, a pragmática encontra-se integrada à gramática e constitui o componente que comanda as descrições nos domínios sintático e semântico (DIK, 1989; 1997).

Segundo Dik (1989), uma teoria gramatical que tem como objetivo compreender a natureza da linguagem deve integrar, em seus estudos, os traços linguísticos formais, semânticos e pragmáticos. Essa gramática deve integrar-se na teoria pragmática mais ampla de interação verbal. O autor propõe o seguinte modelo de interação verbal:

Figura 1 – Modelo de interação verbal



Nesse modelo de interação proposto por Dik¹², o falante organiza suas expressões linguísticas de acordo com a sua estimativa de qual seja a informação pragmática do destinatário no momento da interação. O objetivo do falante, ao dizer algo, nesse caso, é provocar uma modificação na informação pragmática do destinatário. Para isso, precisa elaborar um plano mental, formulando sua intenção de forma a levar o destinatário a aderir a essa modificação. Nesse sentido, o falante tentará antecipar a interpretação do ouvinte que, a partir de sua informação pragmática, interpreta a expressão linguística do falante na tentativa de reconstruir a intenção deste. Essa interpretação pode levar o interlocutor a modificar sua informação pragmática satisfazendo, assim, a intenção comunicativa do falante.

Por tudo isso, diferentemente da gramática tradicional, que se prende apenas ao nível sentencial, a gramática funcional considera o uso das expressões linguísticas na interação verbal, o que pressupõe uma certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo linguístico. Isso se dá porque a abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso.

¹² *Op. cit.*

Segundo Mackenzie (1992), a relação entre a instrumentalidade do uso da língua, o funcional, e a sistematicidade da estrutura da língua, a gramática, é não-arbitrária. Portanto, para se proceder à descrição sintática, cabe investigar as circunstâncias discursivas que envolvem as estruturas linguísticas e seus contextos específicos de uso.

3.2 A perspectiva funcionalista para o estudo das construções concessivas

Se na visão tradicional as orações são classificadas de acordo com a dicotomia que opõe coordenação e subordinação, na perspectiva funcional, essa dicotomia é rejeitada por não dar conta da análise das ocorrências reais do processo de articulação de orações, o que pode ser atestado pela tentativa de estabelecer as distinções como dependência gramatical, mas não dependência lógica ou psicológica.

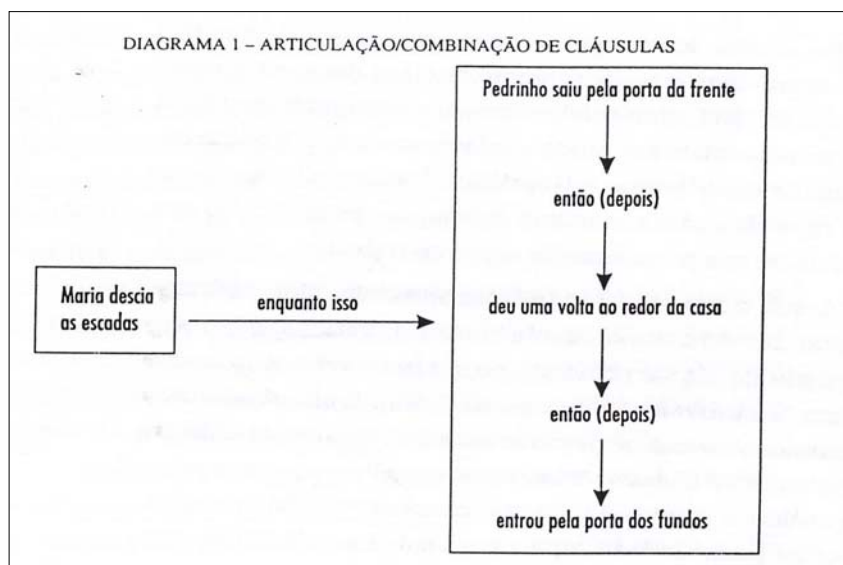
Halliday (1985) e Matthiessen e Thompson (1988), por exemplo, rejeitam os termos coordenação e subordinação. Esses funcionalistas identificam, pelo menos para o que as gramáticas tradicionais analisam como “subordinação”, dois tipos de categorias não-discretas: o **encaixamento** e a **articulação hipotática** de orações. Enquanto as orações adverbiais são classificadas como subordinadas pela Gramática Tradicional, na perspectiva funcionalista, que é a adotada na presente pesquisa, estas orações constituem uma relação de hipotaxe que está entre a parataxe (coordenação), em que há uma relação de independência, e o encaixamento (subordinação), em que há máxima dependência. Como se percebe, há uma escala que vai da não-dependência à máxima dependência, e a hipotaxe adverbial está no meio dessa escala.

Decat (2001), baseada em Matthiessen e Thompson (1988), mostra que na oração dita “adverbial”, o escopo nem sempre abrange uma única cláusula, mas todo um conjunto de cláusulas articuladas. A autora apresenta o seguinte exemplo:

(07) **Enquanto Maria descia as escadas**, Pedrinho saiu pela porta da frente, deu uma volta ao redor da casa e entrou pela porta dos fundos.

Segundo a autora, nesse exemplo, a relação temporal se estabelece não apenas com uma cláusula, mas com uma combinação de cláusulas. Ela ilustra com o diagrama a seguir:

Figura 2 – Articulação de cláusulas



Fonte: Decat (2001) p. 107

De acordo com Halliday (1985), para a análise das relações entre palavras, sintagmas e orações, distinguem-se, no plano sintático, o **encaixamento** (integração) e o sistema de interdependência ou “tático”, que responde pelas relações sintáticas de **hipotaxe** e de **parataxe**.

O **encaixamento** é um mecanismo por meio do qual uma oração ou sintagma funciona como constituinte dentro da estrutura de um grupo que, por sua vez, é um constituinte de uma oração. Uma oração encaixada não compõe diretamente a frase, já que sua relação com a oração nuclear é indireta, intermediada pelo grupo ao qual está ligada. Diferentemente do encaixamento, a **parataxe** e a **hipotaxe** são relações entre orações. A **parataxe** é a relação entre dois elementos de estatuto igual; e a **hipotaxe** é a relação entre elementos de estatutos diferentes, em que um elemento modifica o outro, sendo um dependente e o outro, o seu dominante.

No plano lógico-semântico, identificam-se as relações de **expansão**, em que a oração dependente expande a oração dominante por meio de **extensão**, **elaboração** e **realce**; e de **projeção**, em que um elemento é projetado por outro que o apresenta como uma locução, uma ideia, ou um fato.

A **elaboração** é um tipo de expansão no qual uma oração elabora o significado de outra, especificando-a ou descrevendo-a. A **extensão** é um tipo de expansão no qual uma oração amplia o significado de outra através de um acréscimo, de uma substituição ou de uma

alternativa. O **realce** é um tipo de expansão no qual uma oração realça, salienta o significado de outra, qualificando-a com referência a *tempo, modo, lugar, causa ou condição*.

Para Halliday (1985), as relações lógico-semânticas (elaboração, extensão e realce) podem ser associadas ao sistema tático (parataxe e hipotaxe) e também ao encaixamento. Dessa forma, a combinação elaboração + parataxe incluem as orações coordenadas assindéticas ou mesmo as orações justapostas; a combinação elaboração + hipotaxe incluem as orações adjetivas não-restritivas (explicativas); a combinação elaboração + encaixamento incluem orações adjetivas restritivas; e a combinação hipotaxe + realce dá origem a construção que a Gramática Tradicional chama de “oração adverbial”. O autor exemplifica como caso de hipotaxe de realce, o seguinte enunciado:

(08) Ele mora aqui **embora esteja no trabalho**.¹³

Com base em Halliday¹⁴, Decat (2001) afirma que a hipotaxe de realce é o fenômeno de articulação de orações que se combinam para modificar, ou expandir, de alguma forma, a informação contida em outra oração, ou porção do discurso, o que é manifestado pelas relações circunstanciais. Essa combinação de hipotaxe com realce que resulta nas tradicionais orações adverbiais é denominada em nossa pesquisa construção concessiva prototípica.

Ao tratarem as relações entre as orações sob o ponto de vista da organização discursiva, Matthiessen e Thompson (1988) também consideram a existência de tipos diferentes de interdependência entre as orações, reforçando a distinção entre encaixamento e articulação de orações. Assim, postulam a diferenciação entre o **encaixamento**, quando uma oração integra a estrutura de outra cuja dependência tem a ver com os fatos da língua, sendo determinada pela escolha do item lexical com o qual a oração está em constituição no desempenho de um papel gramatical; e a **articulação** em que há dependência, mas não há integração entre as orações, já que estas representam opções organizacionais para o usuário da língua na construção de seu discurso.

O encaixamento, segundo os autores, inclui as orações tradicionalmente chamadas substantivas e as adjetivas restritivas; e a articulação de orações incluem as tradicionalmente chamadas orações adverbiais, as participiais e as adjetivas não-restritivas. Como Halliday, os autores distinguem dois níveis de combinação de orações: a parataxe (tradicionalmente, a coordenação, a aposição, a citação) e a hipotaxe (tradicionalmente, as orações adverbiais).

¹³He lives there while he's on the job.

¹⁴ *Op. cit.*

Constata-se que, para esses autores, o uso de orações adverbiais constitui caso de articulação de orações e não de encaixamento. É exatamente na articulação hipotática que os citados autores concentram sua análise. Dessa forma, o tratamento funcionalista das relações entre orações se distingue do tratamento tradicional por considerar elementos que transcendem o nível sentencial. Busca-se, portanto, nessa análise, identificar relações textual-discursivas que só podem ser consideradas no contexto maior de uso das estruturas oracionais. Essa postura dos autores a respeito da articulação de orações embasa o presente trabalho justamente porque o que se pretende investigar é o contexto discursivo em que as construções concessivas se inserem e qual o papel destas na construção da argumentação em gêneros argumentativos.

Matthiessen e Thompson (1988), partindo do pressuposto de que o discurso é coerente, visto que os usuários de uma língua optam pelo tipo de relação de organização entre as partes do texto que mais lhes convêm para atingir os objetivos pretendidos, postulam que a gramática da articulação das orações reflete a organização do discurso. Assim, objetivando descrever um fator responsável pela coerência de textos, os autores identificam dois tipos de relações retóricas que envolvem as orações não-encaixadas:

- a) as de lista (parataxe) – quando não há nenhuma interdependência estrutural entre as orações, ou seja, em um par relacionado, nenhum membro é auxiliar de outro (ex. Pedro estuda e José trabalha) e
- b) as de núcleo-satélite (hipotaxe) – quando um membro do par auxilia o outro, acrescentando algum tipo de circunstância, isto é, o par que funciona como satélite salienta o significado da oração que funciona como núcleo, qualificando-a em referência a *tempo, modo, lugar, motivo, condição*, etc (ex. Pedro estuda, porque José trabalha).

Nessa proposta, a articulação hipotática adverbial consiste em uma relação de núcleo-satélite, em que a oração adverbial é um satélite da informação núcleo. Os autores apresentam o seguinte exemplo de satélite concessivo:

(09) O seu convite para vir passar esse clima frio é tentador, **embora eu esteja esperando o resultado dos exames médicos** e nos próximos três meses estarei com o dedo imobilizado.¹⁵

¹⁵ 1. Your kind invitation to come and enjoy cooler climes is so tempting
2. but I have been waiting to learn the outcome of medical diagnosis

Para esses autores, essas relações retóricas se estabelecem pelo julgamento que o falante faz, ao produzir seu texto, a respeito do estatuto de informações veiculadas. Algumas porções do texto são tomadas como centrais; outras, como complementares ou auxiliares. O falante espera que o receptor, no processo de compreensão, restabeleça essa hierarquia que se reflete na organização gramatical. Nessa relação que ocorre a partir da interação entre os usuários da língua, nem sempre o segmento analisado como núcleo coincidirá com a oração tradicionalmente classificada como “principal”, pois o núcleo pode ser uma porção textual formada por mais de uma oração com que a hipotaxe adverbial se articula.

Se na visão tradicional as orações concessivas são vistas como dependentes no mesmo grau que as substantivas e as adjetivas restritivas, na visão funcionalista, elas são vistas como uma relação de hipotaxe que é usada pelo falante para expandir uma outra oração, realçando seu significado e qualificando-a com referência à concessão. Nessa perspectiva, a oração concessiva tem uma relação de dependência com a nuclear bem menor do que a que ocorre nas orações encaixadas (substantivas e adjetivas restritivas).

Percebemos que, de acordo com a perspectiva dos estudiosos funcionalistas, as concessivas são construções intermediárias, em termos de integração sintática, ocorrem como satélites e servem para realçar ou caracterizar circunstancialmente a base a que estão ligadas.

As orações concessivas, de acordo com a perspectiva funcional, representam importantes opções linguísticas usadas pelo falante para tentar influir no outro e fazer com que este compartilhe o ponto de vista defendido. Esse caráter dialógico das construções concessivas nos faz acreditar que elas constituem uma opção linguística relevante para a construção da argumentação no gênero notícia.

Neves (1999) descreve o caráter lógico-semântico das construções concessivas em que **p** é a oração subordinada e **q** a oração nuclear. Citando Mira Mateus *et alli* (1983), a autora mostra que uma oração é desse tipo quando **p** não constitui razão suficiente para **não q**. Entre as orações, a relação que se estabelece é de frustração da implicação pressuposta, que pode ser uma implicação causal ou uma implicação condicional. Nesse caso, segundo Neves, a causalidade pressuposta na oração concessiva é negada na oração nuclear **q**; e a condição pressuposta em **p** não é suficiente para evitar **q**. A autora ainda acrescenta que são as noções de natureza lógico-semântica que relacionam as construções concessivas à causalidade e à condicionalidade, enquanto a natureza argumentativa as aproxima das construções adversativas. A autora salienta que

3. and the next 3 months will be spent having the main thumb joints replaced with plastic ones.

Um estudo das construções concessivas sob o ponto de vista lógico não conseguirá dar conta da complexidade dessa relação. É necessário, principalmente, levar-se em conta a natureza essencialmente argumentativa de uma construção concessiva, que, mais do que relacionar estados de coisas, põe em contraste argumentos do discurso (NEVES, 1999, p. 558).

Para a autora, na construção concessiva, o falante pressupõe a objeção do ouvinte e declara que tal objeção não impedirá nem modificará o propósito expresso na oração nuclear. São, portanto, dois argumentos que conduzem a conclusões contrárias. Ela sugere o seguinte esquema:

Quadro 1: Esquema de concessivas em termos lógicos

Oração concessiva (p)	\rightarrow	<i>r</i>
Oração principal (q)	=	<i>~r</i>
Oração principal (q)	=	argumento mais forte para <i>~r</i> do que <i>p</i> é para <i>r</i>

Fonte: Neves (1999, p. 558)

No esquema proposto, a oração concessiva (p) argumenta em favor da conclusão (r); a oração principal (q), por sua vez, argumenta a favor de não-r.

A autora esclarece o esquema com a ocorrência a seguir:

(10) uma coisa que eu como também... **embora** o pessoal aqui em casa não coma muito... são miúdos de boi...¹⁶

Segundo a autora, imaginando-se um contexto de dúvida entre fazer ou não um prato com miúdos de boi, tem-se:

p: o pessoal em casa não come miúdos de boi

ARGUMENTA em favor de **r:** não fazer o prato

q: eu como miúdos de boi

ARGUMENTA em favor de **~r:** fazer o prato com miúdos de boi

Resultado final: **q** é argumento mais forte (para fazer o prato) do que **p** (para não fazer o prato)

¹⁶ Cf. Neves (1999), p. 559.

3.3 A proposição relacional inferida

A maneira como as orações se articulam, a relação de sentido que delas decorre, para Mann e Thompson (1983 e 1985) e Thompson e Mann (1987), é um reflexo da organização discursiva geral, pois entre elas estariam as mesmas relações presentes no discurso como um todo. Para esses autores, as proposições relacionais são as inferências (significado) que emergem da articulação de orações.

Assumindo a orientação teórica desses autores e partindo do pressuposto de que a hipotaxe é um fenômeno de articulação de orações usado pelo falante como opção para a estruturação de seu discurso, Decat (1995) examinou as proposições relacionais que emergem da articulação de orações adverbiais com outras porções do discurso e as funções discursivas a que essas orações se prestam.

Segundo a autora, seu estudo revelou que tanto o tipo de relação que emerge entre as orações quanto a posição e a forma destas são influenciados por três fatores: o gênero de discurso, que define a natureza das relações emergentes entre as orações, havendo predominância de certos tipos conforme se trate de narrativo ou dissertativo; a modalidade, que está relacionada à ocorrência de conexões implícitas ou explícitas (com uma marca formal, como o conectivo); e a variação individual, que se mostrou produtiva na medida em que a escolha, a partir de um repertório de possibilidades impostas pelo gênero ou, até mesmo, pela modalidade, feita pelo falante influi no quadro geral da caracterização do gênero discursivo. Isso reforça a ideia de que a análise da construção concessiva, com base discursiva, é imprescindível para se entender a estrutura coesiva do discurso, ponto que consideramos relevante no estudo que empreendemos.

Vale salientar que, nesse trabalho realizado por Decat¹⁷, a análise se deu a partir dos tipos textuais narrativo e dissertativo; além disso, a análise realizada pela autora não analisa o papel argumentativo das hipotaxes adverbiais. Em nossa pesquisa, propomos uma análise que apresente o papel argumentativo da expressão da concessividade em um gênero textual específico, ponto que diferencia nossa perspectiva de análise da apresentada pela autora. Como Decat (1995), acreditamos que as características próprias do gênero notícia propiciam que enunciador construa a concessividade de uma maneira peculiar, ultrapassando os limites da prototípica oração concessiva. A ideia de proposição relacional inferida defendida pela autora torna-se, portanto, imprescindível para o nosso trabalho.

¹⁷ *Op. cit.*

Concordamos com Decat (2001) para quem uma análise com base, exclusivamente, no conectivo que encabeça a oração adverbial é inadequada, pois a relação semântica que emerge desse tipo de oração não é explicitada pelo conectivo, mas reflete a relação que emerge da combinação de orações. Como a autora, acreditamos que “importa o tipo de proposição relacional que emerge da articulação de cláusulas, e não a marca lexical dessa relação” (DECAT, 2001). Dados de sua pesquisa demonstram que uma oração introduzida por um conectivo pode manter, com a porção maior do discurso, mais de uma relação proposicional. A conjunção *quando*, por exemplo, além da relação temporal, como normalmente é identificada na classificação tradicional, pode manter com a porção maior do discurso uma segunda relação. É o que se observa em:

(11)... claro que eu levava uns travesseirinhos **quando não tinha LEIt o ônibus LEIt o...**
essas coisas.¹⁸

Em (11), além da relação temporal, percebe-se que, da articulação da oração adverbial com a porção maior do discurso, emerge a proposição relacional inferida de “condição”, o que não ocorre em:

(12) então **quando eu fui falar** eu já tinha... já tava empregado.

No caso de (12), a inferência é exclusivamente temporal, mas não é o que sempre ocorre com essa conjunção, fato que é desconsiderado pela visão tradicional de gramática. Neves (2010) também aponta para o uso temporal-concessivo do *quando*, afirmando que:

Outras construções com *quando* permitem, ainda, uma leitura concessiva. [...] Como ocorre em geral nas construções concessivas, o evento da principal apresenta-se como contrário à expectativa criada pelo evento da temporal, e o efeito dialógico-argumentativo é o de oferecimento de objeção como se vê nessa ocorrência: A imprensa é lucrativa, quando deveria ser apenas autossuficiente (NEVES, 2010, p. 137-138).

Essa possibilidade de mais de uma relação semântica emergir da articulação adverbial ocorre também com outros conectores, como aponta Decat (2001). É o que observamos em (13):

¹⁸ Os exemplos de 11 a 17 são de Decat (2001). O *corpus* utilizado pela autora foi formado por discursos narrativo e dissertativo nas modalidades oral e escrita.

(13) E, **na medida em que eu preenchia [...] as condições favoráveis ao referido crime: mulher branca, morando sozinha em um apto. situado em um “bairro de pretos”** – como dizem –, vivi a situação descrita a seguir.

Observa-se que, em (13), além da relação de proporção, infere-se a proposição relacional de “causa” ou “motivo” na articulação da oração adverbial em destaque.

Em (14), vê-se outro exemplo:

(14) Além disso, **se a oração inicial demonstrou constituir um ambiente desfavorável a SAE** e vimos que o iniciar um novo período corresponde a mudanças menos significativas que o iniciar um novo parágrafo...

Além da relação condicional, a oração adverbial em destaque mantém, com a porção maior do discurso, uma relação de causa/motivo.

Segundo a autora, em todos esses casos a decisão sobre qual das inferências é predominante (*tempo, causa, condição*) só será possível se levado em consideração o contexto discursivo e a função discursiva da oração hipotática adverbial.

Outro aspecto importante mostrado pela autora é que nem sempre a oração adverbial é introduzida por um conectivo conjuntivo, como é o caso das orações que a NGB chama de *reduzidas*. Nesse caso, mais uma vez, ela salienta a importância do contexto discursivo para decidir a proposição relacional. É o que se pode perceber em (15):

(15) **Ao exigir que se trocasse o privilégio pela oportunidade** (decorrência direta da liberdade) centrava suas crenças no indivíduo.

Nessa ocorrência, Decat (2001) mostra que a equivalência do tipo “quando exigia que se trocasse...” não seria muito convincente, visto que, mais do que *tempo*, dessa ocorrência emerge a proposição relacional de *motivo*.

As gramáticas tradicionais e os livros didáticos, nos quais o ensino de língua comumente se pauta, costumam dirigir a análise desse tipo de ocorrência fazendo correspondência com orações desenvolvidas. Porém, é importante salientar que nem sempre é possível achar uma equivalência de significado da construção. Além disso, a tentativa de

encontrar uma equivalência pode levar a enganos de interpretação sobre a relação adverbial mantida pela oração reduzida, como a autora mostrou nesse caso.

Decat¹⁹, ao analisar orações concessivas, mostrou a possibilidade de concessiva com inferência de *condição*, como em (16), e de concessiva com inferência de *exclusão*, como em (17).

(16) **mesmo que fosse num bairro de branco** cê não poderia morar sozinha.

(17) mas aí ela levantava esses parâmetros sem::... nenhuma justificativa né? **sem dizer ó eu to com uma hipótese assim assim...**

Acreditamos que a noção de proposição relacional defendida pelos autores aqui explicitados poderá trazer contribuições para a análise que empreenderemos, já que pretendemos mostrar que a relação de concessão pode emergir de porções do discurso que não estejam ligadas por conexões explícitas.

3.3.1 A relação da noção de concessão com outros matizes semânticos

A ideia de que a noção de concessão, do ponto de vista semântico-funcional, está muito próxima de outras noções, como *oposição*, *adição* e *condição*, é apontada por diversos autores. Trabalhos funcionalistas têm mostrado a possibilidade de mais de uma inferência para a relação que emerge das orações.

No caso das construções concessivas, Decat (2001), como já demonstramos, apresenta orações como as de tempo (introduzidas por *quando*) das quais emerge também o valor de concessão. Leitão (2009), ao analisar os aspectos sintático-semânticos e textual-discursivos da oração relativa explicativa em textos escritos do português contemporâneo, mostrou que da oração relativa explicativa pode emergir o valor de concessão. Rosário (2012) mostrou exemplos de construções que demonstram uma forte relação entre o valor de concessão e o valor de condição. Zamproneo (1998) mostrou que a expressão da concessividade mantém estreita relação com a noção de temporalidade. Como nosso estudo visa contribuir para ampliar o estudo da concessão sob a perspectiva funcionalista, assumimos, como os citados autores, que a noção de concessividade pode emergir de diferentes construções linguísticas.

¹⁹ *Op. cit.*

Neves (2000) apresenta um estudo comparativo entre as orações concessivas e as adversativas, considerando-as ambas “contrastivas”, portanto essencialmente argumentativas.

A autora afirma que:

As construções concessivas têm sido enquadradas, juntamente com as adversativas, entre as conexões contrastivas, cujo significado básico é “contrário à expectativa”, um significado que se origina não apenas no conteúdo do que está sendo dito, mas, ainda, do processo comunicativo e da relação falante-ouvinte. Em muitos dos enunciados concessivos, pode-se tornar evidente essa noção fazendo-se uma comparação com enunciados adversativos paralelos (NEVES, 2000, p. 864-865).

Ela aponta que, como valor semântico, elas compartilham, em certos casos, valores de *contraste, restrição e negação de inferência*.

Observemos, então, exemplos apresentados pela autora.

(18) Vou **bem**. **Mas** você vai **mal**. (Neves, 2000, p. 758)

(19) ... a verdade é que tanto no sexo feminino quanto no masculino há sempre uma **produção significativa embora pequena** mas de hormônio do sexo oposto ... (Neves, 1999, p. 577)

Para a autora, em (18) *bem* se opõe a *mal* e em (19) *produção significativa* se opõe a *produção pequena*, portanto, em ambos os casos, as construções compartilham valor de contraste.

(20) Dr. Fifinho ficou só, embalado pelo ronronar do aparelho de ar condicionado. **Mas** foi por pouco tempo. (Neves, 2000, p. 761)

(21) **Embora seja só de nome** a gente já ouviu falar nessa taxionomia. (Neves, 1999, p. 577)

A autora mostra que em (20) a oração com *mas* restringe o que vem expresso na oração anterior, já em (21) a oração com *embora* restringe o conteúdo da oração posposta, por isso, em ambos os casos, há valor semântico de restrição.

(22) Cingiu-se, assim, o meu governo a um plano, certamente amplo, **mas** perfeitamente exequível. (Neves, 2000, p. 762)

(23) ... normalmente eu não estou assim muito por dentro dos preços dos alimentos ... **embora** eu ouça minha tia às vezes falar que está tudo muito caro (Neves, 1999, p. 554)

Os exemplos compartilham negação de inferência, já que, em (22), é possível inferir que o fato de o plano ser amplo dificulta sua exequibilidade, mas isso é negado no segmento adversativo; em (23), aquilo que se infere na oração concessiva (estou por dentro dos preços) é negado na oração nuclear (eu não estou por dentro dos preços). É interessante salientar que, no caso da negação de inferência, ocorre uma inversão: nas adversativas, a negação está na própria porção adversativa; nas concessivas, a negação está na oração nuclear.

Neves (2006), a partir de uma análise semântica dos enunciados e de considerações de fatores discursivos, define o significado básico do co-ordenador²⁰ *mas*. Para a autora:

...em todo enunciado em que ocorre o elemento *mas*, há algo de oposição (que vai de um mínimo, a condição de simples desigualdade, a um máximo, a anulação) e algo de admissão (que vai de um mínimo, o simples reconhecimento ou registro de existência, a um máximo, a concessão) (NEVES, 2006, p. 250).

A partir do exposto, é possível perceber que a autora aponta para a relação existente entre as construções adversativas e as concessivas. É exatamente essa a perspectiva de as construções adversativas, como as concessivas, representarem a admissão de um possível contradiscurso que é adotada em nossa pesquisa.

Para o funcionalismo²¹, uma estrutura é “marcada” quando estruturalmente é mais complexa, seu uso é mais frequente e apresenta complexidade cognitiva. Rosário (2012) salienta que as concessivas são marcadas em relação às adversativas, porque são estruturalmente mais complexas, já que são relações de hipotaxe; são menos frequentes, como têm mostrado muitas pesquisas e apresentam maior complexidade cognitiva, visto que envolvem relações de contra-expectativa e objeção bastante complexas.

²⁰ Cf. Neves (2006) p. 248

²¹ Cf. Givón (1990)

Com os estudos aqui apresentados, é possível perceber que eles já apontam para a ideia de o valor de concessão poder emergir de outras estruturas além da prototípica oração concessiva, o que só pode ser percebido a partir de uma análise que não se prenda apenas ao caráter sintático. Consideramos, pois, que essas investigações vêm possibilitando a construção de um terreno fértil para se investir em pesquisas que redimensionem o estudo da concessão. É exatamente essa perspectiva de proposição relacional inferida que será considerada em nossa análise.

Entendemos que a concessividade emerge de construções linguísticas usadas pelo enunciador para abrir espaço para um pressuposto contradiscurso. Adotamos o termo concessividade para nos referir a toda construção linguística na qual o enunciador abra espaço para o contradiscurso. Consideramos ser esse o termo mais abrangente para nos referir às diferentes maneiras usadas pelo enunciador da notícia para abrir espaço para uma possível objeção por parte do enunciatário, desenvolvendo um discurso argumentativo.

3.3.2 A subcategorização das construções concessivas

Alguns linguistas como Lopes (*s/d*) e Mira Mateus *et alli* (1983), a partir de uma concepção mais moderna que integra mecanismos de natureza lógico-semântica e pragmática, têm classificado as orações concessivas em factuais/reais, eventuais/potenciais e contrafactuais/irreais. Segundo Mira Mateus²², o evento concessivo prototípico é o da junção contrastiva (contrajunção), que pode ser classificada em factual, hipotética e contrafactual.

As orações concessivas **factuais** são aquelas em que o estado de coisas expresso pela oração concessiva não impede a realização do estado de coisas expresso na oração nuclear. Neves (1999) identifica orações concessivas factuais em ocorrências como a que se encontra em (24).

(24) contei também o número de estudantes ... quarenta e um ...e:eu tenho quase certeza **embora** não tenha a lista

As orações concessivas **eventuais** são aquelas em que o eventual estado de coisas expresso pela oração concessiva não impediria a realização da oração nuclear. Isso quer dizer

²² *Op cit*

que o fato expresso na oração concessiva é um fato possível, que pode ou não se realizar, e independente disso, não impede que o estado de coisas expresso pela oração nuclear ocorra. Segundo Neves (1999), autores como Quirk *et alii* (1978) e Renzi e Salvi (1991) denominam orações como essas *condicionais concessivas*.

No *corpus* analisado pela autora, ela identifica a seguinte ocorrência como concessiva eventual:

(25) nós temos as reuniões ... muito mais participação, porque, **mesmo que** alguns professores faltem porque tenham outros ... outros afazeres no ambulatório, mas sempre tem um bom número de reuniões

As construções concessivas **contrafactuais** são aquelas em que um estado de coisas é apresentado na oração concessiva como irreal, ou seja, ele é um estado de coisas que nunca aconteceu ou nunca poderá acontecer. O falante imagina algo que não corresponde ao “mundo real”, no qual o fato expresso na oração nuclear se realiza mesmo que o fato expresso na oração concessiva (que, na verdade, não se realiza) também ocorresse. O exemplo abaixo, da fala coloquial, ilustra uma ocorrência desse tipo.

(26) **Nem que a vaca tussa**, eu farei o que ela pede.

Em seu *corpus*, Neves²³ não encontrou nenhuma ocorrência desse tipo de concessiva. Esse fato era esperado, visto que o *corpus* por ela analisado é da modalidade escrita.

O estudo desenvolvido pela autora oferece relevante contribuição para nossa pesquisa, já que temos como foco a argumentação e pretendemos avaliar a multifuncionalidade da natureza lógico-semântica e pragmático-discursiva das construções das quais emerge concessividade na relação com os propósitos comunicativos do enunciador do gênero notícia.

3.4 Funções textual-discursivas na articulação das orações

A partir da visão funcionalista compreende-se que a linguagem dispõe de recursos para que o falante possa apresentar a distinção entre o que é central e o que é periférico no seu

²³ *Op. cit.*

discurso. Assumimos que o uso de construções das quais emerge concessividade reflete a maneira como o enunciador organiza o seu discurso a partir das necessidades que pressupõe de seu interlocutor. Desse modo, as relações inferidas a partir do contexto denotam uma opção argumentativa e se configuram como recursos dos quais o usuário dispõe para a organização do seu discurso.

Segundo Givón (1979), dentre esses recursos, tem-se o mecanismo de contraste *Figura-Fundo*, que corresponde ao que é central e ao que é periférico, para que a comunicação se processe de forma satisfatória. Ou seja, para que os interlocutores possam partilhar a mesma perspectiva, o emissor orienta o receptor a respeito do grau de centralidade e de perifricidade dos enunciados que constituem o discurso.

Como a oração adverbial reflete a organização do discurso, ou seja, a intenção comunicativa do falante, é importante analisar a posição que essa oração ocupa em relação à oração nuclear. Essa posição está intimamente ligada ao planejamento do discurso, o que significa que o falante decide, de acordo com sua intenção comunicativa, a posição que a hipotaxe adverbial vai ocupar em relação à informação núcleo.

Nesse sentido, é necessário que se analisem as funções textual-discursivas a que as hipotaxes adverbiais se prestam. As funções são textuais porque emergem da organização das informações do texto e são discursivas porque têm a ver com o propósito comunicativo, já que o falante deixa transparecer uma determinada intenção na forma como organiza as informações contidas nas orações.

A oração adverbial, de acordo com Decat (2001), costuma ser usada como *fundo*, a moldura, a informação necessária à compreensão do que é relatado no núcleo. Nas ocorrências apresentadas pela autora, as orações constituindo *fundo* apareceram tanto em posição final quanto em posição inicial. O exemplo (27) mostra a construção concessiva, funcionando como *fundo*, posposta ao núcleo.

(27) Estava brincando num lote vago ao lado de minha casa, catando algumas flores amarelas que nasciam ali **sem que ninguém as plantasse**.²⁴

Em (27), é interessante observar que, mesmo com a proposição relacional de *concessão* (que normalmente leva à anteposição), a oração concessiva ocorre no final por sua função primeira de emoldurar a informação que precedeu.

²⁴ Os exemplos 27 a 29 são de Decat (2001).

O tipo de proposição relacional e a função discursiva determinam a organização sequencial das orações adverbiais, que, dependendo da intenção comunicativa do falante, podem estar antepostas ou pospostas à porção de discurso com que se articulam. Desse modo, a oração adverbial pode organizar-se de forma a constituir realce, especificando, emoldurando a informação dada, ou servindo de conexão discursiva. Perceber essa relação, portanto, só será possível mediante uma análise que vá além do nível sentencial.

Além do funcionamento da oração adverbial como *fundo*, Decat (2001) analisou em seu *corpus* orações que serviam de *guia* para o ouvinte, orientando-o para o que seria dito a seguir. Podemos perceber isso a seguir:

(28) **Ao voltar de um trabalho no Rio** resolvo procurar meu ginecologista, pois estava com a menstruação atrasada e não me sentia bem.

A hipotaxe adverbial, como já dissemos, é uma relação de núcleo-satélite em que a oração adverbial é o satélite que “realça” aquilo que é expresso no núcleo. A posição que o satélite vai ocupar, antes ou depois do núcleo, segundo Decat²⁵, decorre de dois fatores: a sequência de eventos e a função discursiva. A proposição relacional inferida é um dos fatores determinantes para o posicionamento do satélite, ora anteposto, ora posposto ao núcleo.

Muitas vezes, a posposição da oração decorre da necessidade de realçar/emoldurar a informação expressa no núcleo, constituindo um “adendo” por parte do falante. Nessa perspectiva, a posposição pode ser vista como um comentário de avaliação por parte do falante em relação ao que foi expresso no núcleo.

Na anteposição, a oração adverbial tem a função de tópico que serve de ponto de partida para a estruturação da informação expressa no núcleo. Nesse sentido, orações que indicam *tempo*, *condição*, *concessão*, *motivo* tendem a aparecer antepostas, no intuito de orientar o receptor para a informação que virá em seguida. É o que se pode perceber no exemplo (29):

(29) **Se este movimento de reafirmação for considerado como uma reação em defesa do já conseguido**, é possível contextualizar esses dois eventos.

²⁵ *Op. cit.*

A oração adverbial, de acordo com Decat (2001), que se caracteriza por exercer a função de *fundo*, pode, ou não, ser alvo de destaque, dependendo da intenção do falante, e passar a funcionar como tópico. Para a autora, o *fundo* dará conta de sua função referencial e avaliativa, e a topicalização manifestará a sua função discursiva.

Como podemos perceber, o estudo realizado pela autora se detém às orações adverbiais de uma maneira geral e às prototipicamente concessivas. Essa é uma questão que nossa pesquisa pretende ampliar, visto que analisamos as funções textual-discursivas nas construções das quais emerge o valor de concessão representada por diferentes estruturas linguísticas. Nesse sentido, buscamos entender a motivação para a escolha de diferentes recursos linguísticos por parte do enunciador, para ponderar possíveis contradiscursos.

A partir dessa perspectiva, somente uma análise que considere a intenção do falante e as estratégias por ele utilizadas na interação poderá dar conta das diferentes funções exercidas pelas construções concessivas no gênero notícia. As funções textual-discursivas constituem, portanto, categoria de análise relevante para que possamos entender o papel que a expressão da concessividade desempenha no desenvolvimento da argumentação na notícia.

3.5 O relevo discursivo

O fluxo de informação diz respeito à organização da frase. De acordo com a perspectiva funcionalista, a organização discursiva dispõe de mecanismos capazes de marcar a relevância relativa dos diferentes eventos e entidades que se seguem no discurso.

Nessa perspectiva, a forma como o falante ordena os elementos na frase revela a intenção dele no sentido de controlar o fluxo de atenção do ouvinte. Há uma ordem linear dos sintagmas nominais da frase, que é determinada pelo fluxo de informação. Essa sequência pode ser alterada de acordo com aquilo que o falante considera adequado para obter a atenção do ouvinte.

Considerando as especificidades do gênero notícia apontadas por Van Dijk (1992), para quem as estruturas temáticas no discurso noticioso têm uma estrutura de relevância, acreditamos que a forma como o enunciador desse gênero organiza a frase no sentido de dar relevo para determinadas informações, sobretudo ao expressar a concessividade, revela-se como um recurso argumentativo.

Para Travaglia (1999), relevo é o fenômeno usado pelo falante para dar destaque a determinados elementos do texto, ou para fazer um rebaixamento (ocultamento) de determinados elementos do texto em relação a outros. Segundo o autor,

No primeiro caso, temos o relevo positivo, pelo qual, dentro do desenvolvimento do tópico discursivo, os falantes fazem relevo de determinados conteúdos ou aspectos do que dizem (partes da sequência linguística), dando um destaque especial a certas entidades e informações ou a um conjunto de elementos do texto ou a um tipo de elemento dentro do texto, que ficam então, de alguma forma, em um plano mais elevado que os demais elementos do texto (TRAVAGLIA, 1999, p. 78).

É esse tipo de relevo usado para dar destaque, denominado pelo autor “proeminência”, que nos interessa para a presente pesquisa.

De acordo com Travaglia²⁶, o relevo pode se aplicar a elementos locais do texto, mas também poder ser mais abrangente e atingir determinado tipo de elemento em relação a outros. O autor salienta a dimensão interacional do relevo, visto que a organização do texto, que conduz a atenção do interlocutor, revela as avaliações feitas pelo enunciador, o que demonstra o caráter argumentativo do relevo.

O citado autor chama a atenção para o fato de o relevo, independente do tipo de recurso utilizado, ter sempre o caráter pragmático, visto que “resulta da interação entre os falantes numa dada situação de comunicação em que adquire um determinado valor e não outro em decorrência de sua função específica dentro de um texto específico usado como meio de interação em uma situação específica” (TRAVAGLIA²⁷).

O autor apresenta o seguinte exemplo:

(30) ...porque a sociologia do direito por exemplo ela não estuda somente...ela estuda a lei mas **NÃO** somente a lei **TAMBÉM** a lei... em relação: ou em adequação com a própria realidade... social... então João... se... não é? Na próxima avaliação... eu pergunto... ou eu **AFIRMO**... eu posso afirmar também... sociologia de direito é igual a sociologia... jurídica... correto... ou errado... justifique sua resposta vamos supor...

Para o autor, ao dar relevo a **NÃO** e **TAMBÉM**, a professora marca que a lei é apenas uma das coisas estudadas pela sociologia do direito. Nesse caso temos um relevo de natureza ideacional/cognitiva com a função de reforço argumentativo. Já com a proeminência dada a **AFIRMO**, a professora parece querer marcar a alternativa de questão que lhe parece melhor elaboração para uma questão sobre o assunto em foco, ou seja, a proeminência indica aos alunos o que mais provavelmente ocorrerá. Nesse caso, **AFIRMO** contrasta com “pergunta”, o relevo, portanto, tem a função de marcar contraste.

²⁶ *Op. cit.*

²⁷ *Id.* p. 127

Essa perspectiva de relevo adotada pelo autor torna-se relevante para nossa pesquisa, já que pretendemos investigar como o enunciador usa as construções concessivas no sentido de conduzir a atenção do enunciatário para o ponto de vista defendido no texto.

Síntese do capítulo

Neste capítulo, intitulado *O tratamento funcionalista dado à concessão*, tratamos da contribuição dos postulados funcionalistas como aparato teórico-metodológico para o estudo que aqui se apresenta.

Na primeira seção, apresentamos as principais características da perspectiva funcional para o estudo da linguagem. Destacamos que, nesse enfoque, a expressão linguística é vista em seu contexto de uso, como um meio para que os usuários da língua se comuniquem de maneira eficiente. Nesse contexto, o falante, ao dizer algo, organiza suas expressões linguísticas visando provocar uma modificação na informação pragmática do destinatário.

Na segunda seção, vimos a proposta funcionalista para o estudo das construções concessivas. Salientamos os principais aspectos que diferenciam a visão funcionalista da visão tradicional, os quais trazem colaboração para este estudo, que visa integrar os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos ao propósito comunicativo do enunciador da notícia no sentido desenvolver um discurso argumentativo.

Na terceira seção, salientamos a proposta de Decat (2001) para o estudo das construções concessivas. A autora propõe que a forma como o discurso é organizado reflete a intenção comunicativa do falante, por isso é importante, em uma análise funcionalista, verificar as funções textual-discursivas a que as hipotaxes adverbiais se prestam. Como vimos, o estudo realizado pela autora traz contribuições para esta pesquisa, que elegeu as funções textual-discursivas como categoria de análise.

Na quarta seção, apresentamos as reflexões de alguns autores sobre o valor semântico que emerge da articulação das orações. Vimos que as proposições relacionais estão relacionadas às inferências que emergem da combinação de orações. A partir dessas perspectivas, diversos autores apontam para a ideia de que a noção de concessão está próxima de outras noções, como oposição, adição, condição. Esse pressuposto é essencial para nossa pesquisa, já que consideramos que o enunciador da notícia evidencia o valor de concessão a partir de diferentes meios linguísticos e que essa forma de construir a concessão reflete uma estratégia argumentativa.

Na quinta seção, apresentamos a proposta de Travaglia (1999) para a consideração do papel argumentativo do relevo discursivo na construção do sentido do texto.

Os pressupostos funcionalistas apresentados neste capítulo mostram-se uma valorosa contribuição para o presente estudo, visto que possibilita uma análise que considere, de um modo integrado, os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos associados à expressão da concessividade na construção da argumentação no gênero notícia.

Mostradas as propostas funcionalistas para o estudo dos fenômenos da língua, que embasam a nossa pesquisa, apresentaremos, a seguir, a perspectiva para o estudo da argumentação e a proposta de Plantin (1996 e 2008), na qual nos pautamos.

4. POSTULADOS DA ARGUMENTAÇÃO

“Um discurso argumentativo [...] sempre se reporta a um contra-discurso efetivo ou virtual [...]. Defender uma tese ou uma conclusão implica sempre em defender outra contra-tese ou conclusão”. (Moeschler)

A concepção de argumentação tem passado por diversas transformações. Nesse sentido, reflexão sobre como os indivíduos constroem a argumentação num dado momento de interação tem sido tema bastante recorrente entre os linguistas. Um ponto que nos chama a atenção é a relevância que muitos estudiosos têm dado para a questão interacionista que envolve a atividade argumentativa.

Nessa perspectiva, a argumentação se inicia quando há a presunção de que existe uma posição que diverge da posição daquele que argumenta. Compreender a dinâmica comunicativa que ocorre numa argumentação, portanto, é considerar esse contexto de “tensão” entre discursos.

Neste capítulo, apresentamos a visão plantiniana de argumentação, na qual nos embasamos. Antes disso, façamos um breve percurso histórico dos estudos da argumentação.

4.1 Um breve histórico dos estudos da argumentação

Do ponto de vista clássico, a argumentação está vinculada à lógica, como “a arte de pensar corretamente”; à retórica, como “a arte de bem falar”; à dialética, como “a arte de bem dialogar”. Esse foi o ponto de vista reinante de Aristóteles até o fim do século XIX.

No final do século XIX, diante das descobertas positivistas, a Retórica e, por sua vez, a argumentação perderam o prestígio. Como uma disciplina não científica, a retórica foi excluída do currículo da universidade. Consequentemente, argumentação e retórica ficaram restritas ao campo do Direito e da Teologia.

Nos anos 1950, os estudos sobre esse tema passam por um notável desenvolvimento no que diz respeito à construção de um pensamento autônomo da argumentação. Em meados do século XX, em 1958, na tentativa de trazer a tradição da argumentação e da retórica aos estudos filosóficos, duas obras são publicadas: *Os usos do argumento*, de Toulmin, e *A nova retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (depois republicada sob o título de *Tratado da*

Argumentação nas edições em inglês e como *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica* na última edição, no Brasil).

Toulmin (2006) introduz uma questão que leva à separação da Lógica em Formal e Informal. Ele, então, propõe um novo modelo, o da jurisprudência, como a tradição em Direito, já que nela a argumentação e a retórica se estabeleceram e não foram contaminadas pela obscuridão positivista construída no modelo da teoria lógica tradicional.

Para o autor,

Uma das principais funções da jurisprudência é garantir que se conserve o que é essencial no processo legal: os *procedimentos* pelos quais as alegações devem ser apresentadas em juízo, discutidas e estabelecidas, e as *categorias* segundo as quais se devem apresentar, discutir e estabelecer as alegações. Nossa investigação visa a um objetivo semelhante: temos de caracterizar o que se pode chamar de o processo racional – os procedimentos e as categorias mediante os quais se podem discutir e decidir todas as causas’ (TOULMIN, 2006, p. 10).

Ele acrescenta que “o paralelo entre a lógica e as práticas do Direito tem mais uma vantagem: ajuda a manter no centro do quadro a função *crítica* da razão” (TOULMIN, 2006, p. 11). O modelo proposto pelo citado autor define o discurso como uma célula composta por seis elementos, assim descritos por Plantin (2008):

- Uma *Conclusão* (5) é afirmada com base em um *Dado* (1);
- Esse passo argumentativo é autorizado por uma *Lei de passagem* (2), ela mesma apoiada em um *Suporte* (3);
- Ele [o discurso] é matizado pela introdução de um *Modalizador* (4), que pode ser desenvolvido em uma *Restrição* (6).

Toulmin²⁸ apresenta o exemplo que segue como um discurso argumentativo elementar completo:

(31) (1) Harry nasceu nas Bermudas; ora, (2) as pessoas que nasceram nas Bermudas são geralmente cidadãs britânicas, em virtude (3) de leis e de decretos sobre a nacionalidade britânica; logo (4) provavelmente (5) Harry é cidadão britânico; a menos que (6) seus pais sejam estrangeiros, ou que ele tenha mudado de nacionalidade.

²⁸ *Op. cit.*

Para Plantin (2008), a proposta de Toulmin caracteriza-se por representar “um modelo de argumentação monológico, constelação de enunciados ligados em um sistema e que dão ao discurso uma forma de racionalidade” (PLANTIN, 2008, p. 25). Ele acrescenta:

Contudo, podemos considerar que o modalizador representa o vestígio de um possível contradiscurso, correspondente à concessão. Ele introduz um elemento dialógico no modelo (PLANTIN, 2008, p. 28).

Se Toulmin (2006) apresenta um instrumento analítico para o estudo da argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), em seu *Tratado*, descrevem técnicas argumentativas utilizadas pelas pessoas quando intentam a aprovação de outras para seus pontos de vista. Os autores iniciam o *Tratado* nos justificando que sua obra constitui “uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos” pelo fato de se consagrar à argumentação e de se vincular à tradição da retórica e da dialética gregas (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 1).

No *Tratado*, Perelman e Olbrechts-Tyteca²⁹ ultrapassam os limites da retórica antiga concentrando suas análises da técnica argumentativa em textos escritos. Os autores justificam a adoção do texto escrito acrescentando que:

Todo discurso se dirige a um auditório, sendo muito frequente esquecer que se dá o mesmo com todo escrito. Enquanto o discurso é concebido em função direta do auditório, a ausência material de leitores pode levar o escritor a crer que está sozinho no mundo, conquanto, na verdade, seu texto seja sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 7).

O objeto da teoria da argumentação é assim definido pelos autores: “o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que propomos ao seu assentimento” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA³⁰).

Para Plantin (2008), “essa definição levanta o problema do estatuto da linguagem e da persuasão” (PLANTIN, 2008, p. 46). Ele acrescenta:

A menção a *técnicas discursivas* faz explicitamente da argumentação um ramo da análise do discurso, mas, na prática, o *Tratado da argumentação* preocupa-se pouco com a linguagem e, às vezes, assimila a perspectiva argumentativa à perspectiva psicológica; na busca pela *adesão dos espíritos*, a mediação linguística tende a desaparecer [grifos do autor] (PLANTIN, 2008, p. 46).

²⁹ *Op. cit.*

³⁰ *Id.* p. 4

Na visão de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a argumentação visa provocar “adesão dos espíritos” caracterizando-se como um ato de persuasão. Para os autores, convencer e persuadir constituem atos diferentes. O ato de convencer se dirige unicamente à razão, mediante um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas, sendo, assim, capaz de atingir um “auditório universal”. Por outro lado, o ato de persuadir procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor(es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis, dirigindo-se a um “auditório particular”, podendo conduzir a inferências que podem levar o auditório à adesão aos argumentos apresentados. Nesse caso a persuasão não prescinde a razão e pode vir por meio do convencimento.

A noção nova derivada do *Tratado*, a de auditório universal, caracterizada por seu unanimismo, é vista por Plantin (2008) como uma noção não dialética, visto que a racionalidade assegurada ao discurso é universalizante e não crítica. Ele acrescenta que a contribuição essencial do *Tratado* é seu inventário das formas argumentativas, com a descrição empírica de “mais de oitenta tipos de argumentos de observações esclarecedoras sobre a função argumentação de mais de sessenta e cinco figuras” (PLANTIN, 2008, p. 48).

A partir dos anos 1970, as pesquisas sobre a argumentação começam a tomar um novo rumo. Na França, a argumentação reemergiu no campo do estruturalismo, da lógica linguística, do cognitivismo. Numa abordagem completamente diferente da que prevalecia nos anos 1950, afirmando-se que a argumentação está na língua, as obras de Ducrot (1972 e 1973) e Anscombre e Ducrot (1985) trouxeram uma renovação do conceito de argumentação possibilitando a organização de pesquisas, sobretudo em ciências da linguagem.

Ducrot (1990), opondo-se ao modelo de Toulmin, acrescenta uma concepção semântica à argumentação. Segundo a teoria da argumentação na língua, quando o indivíduo produz um enunciado, é possível, exclusivamente sobre essa base, predizer o que ele vai dizer em seguida. Nesse contexto, estudar a argumentação é estudar as capacidades projetivas dos enunciados, da expectativa criada por sua enunciação, considerando que “o valor argumentativo de uma palavra é, por definição, a orientação que essa palavra dá ao discurso” (DUCROT, 1990, p. 51). Essa concepção é chamada no modelo de *orientação argumentativa*.

Plantin (2009), a partir de sua proposta de modelo dialogal de argumentação, mostra que as teorias da argumentação até aqui apresentadas não são críticas. Os modelos apresentados por Toulmin (2006) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), por se colocarem como modelos positivos do discurso racional; e o de Ducrot (1990) por assimilar a argumentação ao processo geral de significação.

Para Plantin, assumir uma teoria crítica é considerar que a atividade argumentativa constitui uma interação polarizada a partir de uma oposição de discursos (discurso e contradiscurso) organizados em torno de uma Questão. Isso significa considerar numa situação de interação a bilateralidade de vozes, algo deixado à margem nas teorias da enunciação e nas teorias da recepção.

Nas pesquisas em língua inglesa, também a partir dos anos 1970, a tendência crítica e dialogal, que tem como eixo a crítica do discurso, a pesquisa das falácias, se impõe. Essa tendência, a partir dos anos 1980, passou a ser influenciada pelas pesquisas sobre a linguagem em contexto, a conversação e o diálogo natural. Os trabalhos advindos dessa perspectiva tornaram, segundo Plantin (2009), bem clara a necessidade de uma consideração sistemática das condições pragmáticas nas quais é exercido o raciocínio languageiro comum.

De uma maneira geral, os trabalhos a partir de então, adotando uma perspectiva pragmática da língua, assumem a concepção dialogal da argumentação. São especialmente os pressupostos surgidos a partir desses estudos que embasaram a pesquisa que desenvolvemos.

4.2 A perspectiva dialogal de argumentação

Ao considerar a argumentação como interação entre discursos que se opõem, Plantin (1996) diferencia sua visão da apresentada pelas teorias da enunciação, acrescentando uma perspectiva crítica. O autor altera a divisão perelmaniana “duvidar, decidir-se e convencer” para “propor, opor-se e duvidar”. A partir dessas considerações, propõe um modelo dialogal, no qual a atividade argumentativa, mais do que centrar-se na forma como o discurso produz influência ao dirigir-se a um auditório ou ao evocar várias vozes, focaliza-se na interação de dois discursos que se chocam, sendo desse modo, ao mesmo tempo, dialógica e dialogal. O termo “dialogal” abrange simultaneamente o dialógico e o dialogal.

Plantin (2008), afirma:

Falaremos de “modelo dialogal” da argumentação para cobrir, ao mesmo tempo, o dialogal propriamente dito, o polifônico e o intertextual, a fim de insistir em um aspecto fundamental da argumentação, o da articulação de dois discursos contraditórios (PLANTIN, 2008, p. 66).

Para Plantin (1996), a argumentação, nessa perspectiva, é uma situação tripolar de actantes, que ocupam os papéis argumentativos de Proponente, Oponente e Terceiro. Cada um desses polos corresponde a uma modalidade discursiva específica. O papel do Proponente é

ocupado quando o discurso do argumentador conota uma iniciativa discursiva propositiva a quem incumbe o ónus argumentativo. O papel do Oponente é ocupado quando o discurso do argumentador conota uma problematização do discurso do outro. O papel do Terceiro ou da Questão é assumido quando o discurso do argumentador toma um ponto de vista arbitral relativamente à problematicidade do assunto debatido, seja para retomar os termos da questão, seja para interrogar avaliações em função do consenso de circunscrição que define o que está em causa, seja ainda porque mantém a questão em aberto (atitude do céptico radical).

Plantin (1996) apresenta uma situação argumentativa em que:

- a) O locutor, chamado de Proponente, exprime um ponto de vista, uma **proposição**.

(32) – As framboesas serão raras este ano!³¹

- b) O interlocutor, chamado de Oponente, coloca em dúvida a proposição avançada pelo Proponente e lhe opõe um **contradiscurso**.

(33) – Olha que não! Por que é que dizes isso?

– Ah sim, isso. Como assim?

– Ai sim? Por quê?

– Eu acho que elas serão abundantes.

- c) Sendo confrontada com uma oposição, segundo o autor, a proposição é problematizada, colocada em questão, destacando-se o tema do debate, a **questão**.

(34) Será que as framboesas vão ser raras este ano?

Numa situação como essa, segundo Plantin³², o Proponente responderá *sim* a esta questão, enquanto o Oponente está mais orientado para o *não*.

Adotaremos essa perspectiva de interação proposta por Plantin³³ para analisar os papéis actanciais construídos pelo enunciador da notícia ao usar uma construção com valor de concessão. Consideramos que, no caso da notícia, um texto não dialogal propriamente dito, em que não há alternância de turno, por exemplo, o enunciador simula, na construção da

³¹ Os exemplos 32 a 34 são de Plantin (1996).

³² *Op. cit.*

³³ *Id.*

argumentação, os actantes no intuito de persuadir o enunciatário. Acreditamos que a perspectiva plantiniana, por considerar a questão do contradiscurso na argumentação, coaduna perfeitamente com a visão funcionalista para o estudo da concessão, contribuindo, portanto, para uma análise pragmático-discursiva do papel da expressão da concessividade no discurso do enunciador da notícia.

Pretendemos, com a nossa investigação, avançar na teoria deste estudioso que, ao lançar mão de uma análise comparada³⁴, analisa dois discursos publicamente divergentes, a argumentação muçulmana e a argumentação sunita. Em nosso estudo, intentamos analisar, a partir do modelo dialogal de Plantin (1996), dois discursos divergentes dentro de um mesmo texto. Acreditamos que essa divergência de discursos se evidencia quando o enunciador assume diferentes papéis actanciais dentro do texto da notícia.

Além de Plantin (1996 e 2008), outros autores dão relevância à consideração de um contradiscurso para a evolução da argumentação. É o caso de Meyer (2008), que também adota uma concepção dialogal da argumentação. Segundo ele, para convencer o outro, é necessário, além de defender a própria tese, considerar a tese do outro, utilizando-se de “técnicas de expressão especiais” (MEYER, 2008) para convencer sem dirigir seu discurso de modo coercitivo.

Consideramos que o uso de construções das quais emerge concessividade evidencia exatamente a concepção exposta por esses autores, já que dela emerge um jogo opositivo entre o argumento do enunciador e o do enunciatário. Por isso acreditamos na relevância de uma pesquisa que busque analisar o papel dessas construções em um gênero específico.

Segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a argumentação visa provocar “adesão dos espíritos” às teses apresentadas ao seu assentimento, caracterizando-se, portanto, como um ato de persuasão. Para isso é necessário pensar nos argumentos que podem influenciar o interlocutor, mostrar interesse pelo estado de espírito do outro. Os autores acrescentam que não basta falar ou escrever, é necessário ser ouvido ou lido.

Acrescentamos que, mais que isso, quando se argumenta, é preciso demonstrar respeito pela opinião do outro para que ele se sinta, de certo modo, valorizado. O uso da concessão acaba por ser um recurso para se lidar interativamente com o outro em busca de um acordo. Nesse sentido, o conhecimento pragmático é extremamente importante, já que, principalmente no caso do texto escrito, uma possível objeção por parte do interlocutor é apenas pressuposta

³⁴ Cf. Plantin (2009) “Ensaio de argumentação comparada: a argumentação teológico-jurídica no islã”, p. 127-144.

pelo enunciador, mas acreditamos que considerá-la é um elemento essencial para a progressão da interação.

Meyer (2008), adotando a concepção dialogal da argumentação, apresenta pressupostos importantes que vão ao encontro da noção de concessão. Segundo o autor, toda argumentação é uma tentativa de influenciar o interlocutor, visto que o objetivo primeiro da argumentação é convencer outra pessoa, ou seja, fazê-la mudar de opinião ou, pelo menos, tentar; é diálogo, na medida em que, além de defender a própria tese, o enunciador precisa levar em consideração a possível antítese do interlocutor; é justificação e explicação, pois não cabe ao enunciador impor suas ideias, por isso ele precisará multiplicar provas e utilizar técnicas de expressão especiais para convencer; não é retórica no sentido clássico do termo, visto que o enunciador não se dirige ao interlocutor de modo coercitivo.

Percebemos, então, a subjetividade da arte de argumentar ao levar em consideração os interlocutores, o que demonstra que, numa situação de interação, o enunciador tenta persuadir o interlocutor levando em consideração as divergências que este possa ter em relação ao ponto de vista apresentado por aquele.

Como os autores supracitados, Plantin (2008) também percebe a subjetividade da argumentação, porém apresenta uma posição crítica, quando coloca a atividade argumentativa como uma atividade dialógica desencadeada quando se põe em dúvida um ponto de vista. Nessa perspectiva, é essa situação interacional que obriga o interlocutor a argumentar, ou seja, por considerar o contradiscurso do interlocutor, o enunciador sente a necessidade de desenvolver um discurso de justificativa que possa persuadi-lo.

Segundo Plantin³⁵, na concepção dialógica da argumentação, a realidade fundamental é a da contradição. Ele acrescenta:

Pela concessão, o argumentador modifica sua posição diminuindo suas exigências ou concordando com o adversário em pontos controversos. Ele recua em nome do bom funcionamento das coisas. A concessão é um momento essencial da negociação, entendida como discussão sobre um desacordo aberto, tendendo ao estabelecimento de um acordo (PLANTIN, 2008, p. 85).

Com o exposto, percebe-se que, para o autor, a concessão representa um momento importante no discurso argumentativo. É por considerarmos essa concepção defendida por Plantin que resolvemos investigar a contribuição do uso das construções concessivas para a argumentação nos textos em estudo. Como já mencionamos, acreditamos que o uso da

³⁵ *Op. cit.*

concessão evidencia a busca do enunciador da notícia pela adesão do interlocutor à ideia defendida no enunciado, consequentemente, evidencia a materialização de um discurso argumentativo mesmo num gênero que não seja tipicamente argumentativo.

A definição plantiniana parece um sentido corrente de concessão como abertura para um consenso, um acordo. Como já mencionamos, na nossa concepção, o valor de concessão aponta para uma ideia contrastiva, decorrente da relação entre o argumento do enunciador e o argumento do enunciatário.

A concessão é tão importante para a argumentação que Meyer (2008) chega a defender que o uso dela no discurso argumentativo é mais que uma estratégia, é uma necessidade. Ao questionar o valor da concessão, o autor afirma que ela constitui uma marca de respeito indicativa de que, no campo da argumentação, nenhum elemento deve ser rejeitado na totalidade, inclusive a opinião do outro.

Percebemos que, ao contrário do que pode parecer, a concessão tem um efeito psicológico sobre o interlocutor, que tem a objeção respeitada, por isso se torna mais fácil convencê-lo, já que se sente valorizado.

A visão dos autores supracitados reforça nossa ideia de investigar a contribuição do uso das construções com valor de concessão para a argumentação no gênero notícia, já que pretendemos investigar como o enunciador utiliza esses recursos linguísticos para atuar sobre o interlocutor, com vistas a fazê-lo aceitar os argumentos contrários de uma forma menos penosa.

Segundo Plantin (2002), a interação argumentativa é “uma situação de confrontação discursiva no discurso da qual são construídas respostas antagonistas a uma questão” (PLANTIN, 2002, p. 230). Isso significa que a interação argumentativa é bilateral, ou seja, supõe a circulação linguageira nos dois sentidos. Ambos os interlocutores interferem na interação.

As investigações de Plantin, a partir do modelo dialogal, têm contribuído para um diálogo entre diferentes concepções e ajudado na questão da conceitualização da argumentação. Seu modelo trilógico apresenta uma abordagem da argumentação, na qual é fundamental a distinção entre os papéis argumentativos, os atores, bem como a visão de interação argumentativa. Esse modelo, constitui, sem dúvida, uma excelente base descritiva e analítica, sobretudo por trazer uma perspectiva crítica para os estudos da argumentação.

Dado esse caráter dialogal da atividade argumentativa, consideramos que a interação é uma atividade intersubjetiva da qual enunciador e enunciatário fazem parte. Nesse sentido, as questões pragmáticas partilhadas pelos interlocutores são imprescindíveis para que a interação

argumentativa se construa. Em nossa investigação, cujo objetivo é analisar as marcas deixadas pelo enunciador da notícia em seu discurso, a partir de diferentes construções linguísticas, das quais sobressaia a ideia de concessão, considerar essas questões pragmáticas é importante para se entender a escolha do enunciador por expressar a concessividade de uma determinada maneira.

Pelas discussões aqui suscitadas, consideramos que na notícia, definida nos manuais jornalísticos como texto básico do jornalismo, “cujo aspecto mais relevante é a informação” (LAGE, 2005), muitas vezes o autor leva o leitor a determinados raciocínios que, muito mais que informar, visa persuadi-lo. É nesse espaço que o uso das construções concessivas torna-se elemento essencial para que o enunciador possa organizar seu discurso de modo a considerar o possível contradiscurso do outro, desenvolvendo, assim, uma interação argumentativa.

Por tudo isso que expomos, acreditamos na relevância da pesquisa aqui proposta, visto que a atividade argumentativa é muito mais complexa do que parece ser. Adotamos a concepção dialogal da argumentação, acreditando que esse pressuposto, proposto por Plantin, abre novas perspectivas para o estudo da argumentação.

Vejamos a seguir a relação entre a argumentação e a concessão.

4.3 Argumentação e concessão

Como a concessão é vista na visão plantiniana como um momento essencial na construção da argumentação, é importante entendermos como o termo *concessão* tem sido definido pelos estudiosos linguistas e sua relação com o desenvolvimento do discurso argumentativo.

Discutir o conceito do termo *concessão* tem sido uma preocupação dos linguistas ao longo do tempo. Anscombe (1985) argumenta que há uma confusão entre o conceito de concessão utilizado pelos gramáticos e pelos linguistas e o conceito de concessão da língua ordinária, que deriva do verbo *conceder*. O autor mostra que os conectores concessivos não podem ser substituídos por expressões como **eu concordo**, **eu admito**; já que não têm nada de consentimento. Ainda mostra que essa substituição só é possível se for acrescentado à oração nuclear outro conector como: *mas*, *contudo*, *todavia*, *entretanto*. Assim, muitas vezes, as construções mesclam a marca concessiva com a marca adversativa.

Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008) também refletem sobre a impropriedade do termo *concessão*. Segundo as autoras:

Embora o termo concessiva remeta à ideia de concessão (evocado porque o locutor ‘aceita’ o que se diz na sentença concessiva e, nesse sentido, estaria fazendo uma ‘concessão’ ao interlocutor), nas chamadas construções concessivas não existe uma concessão propriamente dita. O que ocorre mais evidentemente é a negação explícita de uma relação usualmente reconhecida entre as duas sentenças. Mas a confusão entre o conceito não-técnico, cotidiano, de concessão e o uso metalinguístico de palavra está presente em muitos estudos tradicionais, que simplesmente transferem o rótulo da linguagem comum (‘fazer concessão a alguém’) para a análise linguística (NEVES, BRAGA E DALL’AGLIO-HATTNER, 2008, p. 973).

Percebe-se que as autoras apontam para a complexidade do fenômeno da concessão, chamando a atenção para o fato de o termo remeter à ideia de que o locutor faz uma “concessão” ao interlocutor no sentido de aceitar o que se diz na sentença concessiva, mas o que ocorre de fato é a negação explícita de uma relação usualmente reconhecida entre as duas sentenças.

Consideramos que não se trata de uma impropriedade no termo *concessão*, o que de fato ocorre é a vulgarização do termo, que se torna alvo de restrições por parte de muitos estudiosos por referir-se a um fenômeno bastante complexo.

Hermodsson (1994 *apud* Zamproneo, 1998) apresenta o termo *concessão* como originado do substantivo latino *concessio*, que significa “concessão”/ “cessão” (ceder). Segundo ele, o termo *concessivae* encontra-se na Grammatica Latina do holandês Gerardus Vossius (1625) e na Grammatica Philosophica do alemão Gaspar Scioppius (1628); portanto o termo surgiu no início do século XVII.

Hermodsson³⁶ faz algumas intervenções no emprego do termo *concessão* e propõe a substituição do termo *concessiva* por *não-causal*, estabelecendo uma relação entre as construções concessivas e as construções causais; já que a expressão *apesar de (obwohl)* dá a ideia de oposição em relação à causa prevista. Nesse ponto, o autor percebe a evidente ligação da concessão com a frustração de causalidades possíveis.

Neves (2002), a esse respeito, comenta que:

[...] numa evidente assimilação entre construções concessivas e construções causais sob a noção mais geral de causatividade, propõe Hermodsson [...] que o termo concessiva seja substituído por não-causal, entendendo que [...] a construção concessiva pode ser qualificada como uma negação da relação normal suposta entre as proposições citadas na premissa maior e na menor, uma negação, por assim dizer, de nível sintagmático. (NEVES, 2002, p. 546)

³⁶ *Op. cit.*

Harris (1988, *apud* Neves, 1999) também aponta a existência dessa ligação. Para ele, enquanto nas orações causais (que estão num extremo) a relação de causa entre a subordinada e a nuclear é afirmada, nas concessivas (que estão no outro extremo) o vínculo causal entre as orações envolvidas é negado. Outro aspecto negativo no emprego desse termo, apresentado pelo autor, é que, numa construção concessiva, o falante “consente” na oração introduzida pela conjunção, mas levanta uma objeção contra ela na oração nuclear. Por isso, uma construção concessiva não deve ser considerada como uma concessão ou consentimento.

Muitos autores têm discutido a relação contrastiva que emerge das construções concessivas. Neves (2010), ao discutir as relações entre concessão, condição e causa, afirma que:

É exatamente na frustração de condicionalidades e causalidades que vai se encontrar a essência da concessividade, no paradoxo de que o que vem expresso na oração principal da construção concessiva independe do que vem expresso (causalidade ou condicionalidade) na oração concessiva. No sentido mais geral, pois, uma pretensa causa (ou uma condição) é encontrada na oração concessiva, mas aquilo que dela se pode esperar é desconsiderado, ou, mais do que isso, é objetado na oração principal. (NEVES, 2010, p.138-139)

Halliday e Hasan (1976) consideram as construções concessivas uma relação adversativa assim como a que se encontra nas orações adversativas. Para eles, o significado básico dessa relação é a “contrariedade à expectativa”, que pode ser derivada do conteúdo do que se está falando ou da situação comunicativa entre falante e ouvinte.

Van Dijk (1980), ao priorizar o aspecto semântico, também coloca as orações concessivas e as adversativas num mesmo tipo de relação (“conexões contrastivas”). Segundo o autor, essas conexões se caracterizam por abrigarem eventos cujo curso e cujas propriedades contrariam as expectativas acerca daquilo que os “mundos” normais deixam transparecer. Dentro desse grupo de conexões estão os conectivos que expressam a relação de contraste entre fatos e que pertencem a diferentes categorias, como conjunções, advérbios e preposições.

Mira Mateus *et alii* (1983), como van Dijk, consideram que as construções adversativas e as concessivas expressam “contraste”, em sentido lato, e indicam, basicamente, cursos de eventos excepcionais ou situações inesperadas.

Neves (1999) discorda de van Dijk, pois, para ela, não se trata de relações entre “mundos”, já que a construção concessiva não pode ser equacionada sem que interfira na

relação falante-ouvinte, e sem que se evoquem noções como compartilhamento de conhecimentos, plausibilidade de argumentação e admissão de objeção.

Para Neves (2000), a análise das construções concessivas deve necessariamente levar em consideração esses fatores, por isso o ponto de vista pragmático se torna essencial para um estudo mais completo da natureza argumentativa dessas construções.

Como já mencionamos, em nossa pesquisa, consideramos que é exatamente a natureza contrastiva, a qual assemelha as construções concessivas às construções adversativas, que faz delas emergir um possível contradiscurso.

Neves (1999) aponta duas etapas para o pensamento concessivo: a elaboração da hipótese de uma objeção por parte do ouvinte e a refutação a essa objeção. Assim sendo, as construções concessivas representam uma refutação por parte do locutor que, pressupondo uma objeção por parte do interlocutor, usa a concessão para rebater essa objeção e reforçar o argumento defendido no texto. Percebemos uma nítida semelhança entre a definição de Neves³⁷ para o pensamento concessivo e a concepção dialógica de argumentação proposta por Plantin (1996 e 2008), por isso consideramos possível uma interface entre o funcionalismo e o modelo dialogal. Foi nessa perspectiva que analisamos a contribuição do uso das construções concessivas para a argumentatividade da notícia.

A pressuposição das possíveis teses contrárias do interlocutor tem sido defendida por muitos estudiosos da argumentação. Por esse motivo, muitos autores, até alguns tradicionalistas, têm refletido a esse respeito.

Bechara (1954) considera que o pensamento concessivo tem origem argumentativa. Segundo o autor,

A concessão deve ter nascido no momento em que as declarações do falante sentiram o peso da argumentação contrária do interlocutor.(...) A prática cotidiana habilitou o homem a pressupor, no correr de suas asserções, a objeção iminente. Enunciar o pensamento contando e obstruindo os obstáculos que o interlocutor ou interlocutores apresentariam era o propósito da ideia concessiva (Bechara, 1954, p. 9)

A partir da afirmação do autor, percebemos que a concessão nasce da pressuposição do enunciador em relação à possibilidade de uma objeção por parte do outro. Nesse sentido, as questões pragmáticas partilhadas pelos interlocutores se tornam imprescindíveis para o desenvolvimento de um discurso argumentativo.

³⁷ *Op. cit.*

É importante destacar que a argumentatividade ocorre quando não há um consenso, é justamente nesse contexto que se insere a concessividade, dada a necessidade de se considerar o argumento contrário para a defesa de um ponto de vista. Assumimos que a expressão da concessividade reflete a maneira como o enunciador organiza seu discurso para atingir os seus propósitos comunicativos, ou seja, o modo como o texto se organiza e a forma como a concessividade é expressa são determinados por objetivos comunicativos e pelas necessidades que se pressupõem dos interlocutores.

Koch (2002), adotando uma perspectiva pragmática, analisa o uso dos enunciados considerando o contexto. Ela afirma que “a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade” (KOCK, 2002, p. 17). A autora defende que o ato de argumentar constitui o ato linguístico fundamental, portanto que a argumentação está presente em todas as manifestações da linguagem.

Anscombe e Ducrot (1985) também defendem a ideia de que a língua é essencialmente argumentativa. De acordo com a teoria da argumentação desenvolvida por esses autores, a argumentação está inscrita na própria língua, ou seja, são os próprios elementos linguísticos que orientam a argumentação e não os fatos que podem ser representados pela língua. Segundo eles, há elementos na língua que servem para indicar a orientação argumentativa pretendida pelo emissor (locutor), os operadores argumentativos.

Nessa proposta, os operadores funcionam como pistas linguísticas dadas pelo emissor para que o receptor possa interpretar o argumento defendido no texto. Nas construções concessivas, os operadores, ou marcadores argumentativos, contrapõem argumentos orientados para argumentações contrárias. Essa relação é expressa por conectores como *embora*, *apesar de*, *ainda que*, *mesmo que*, etc., cujo conteúdo se opõe a algo explícito ou implícito. No caso das relações estabelecidas pelas construções concessivas, o que prevalece é a orientação argumentativa expressa pela parte do discurso não introduzida pelo conector. Isso ocorre porque o objetivo do emissor, para fortalecer seus argumentos, é conduzir o interlocutor a perceber que o valor que deve preponderar é aquele que não está na concessão; dessa forma, poderá convencer o outro com mais facilidade.

Vale salientar que, diferentemente de Anscombe e Ducrot³⁸, que adotam uma perspectiva estruturalista, em nossa análise, em que abordamos a argumentação como uma forma de interação caracterizada pela presença de um discurso e de um contradiscurso, consideramos que o valor de concessão resulta da intersubjetividade da interação no texto da

³⁸ *Op. cit.*

notícia e se materializa no discurso através de diferentes recursos linguísticos, como já mencionamos anteriormente.

Segundo Ducrot (1977), a refutação é um ato ilocutório o qual, como todo ato, é uma atividade destinada a transformar a realidade. Essa transformação é de natureza jurídica, pois todo ato ilocucional é um ato jurídico na medida em que coloca em jogo uma mudança nas relações legais entre os interlocutores. Desse modo, no ato ilocutório da refutação, também ocorre uma transformação dessa natureza, já que o enunciador é conduzido a argumentar, expondo as razões de sua refutação, e o interlocutor é levado a uma reação.

No caso da concessão, o ato da refutação fica evidente uma vez que, como já dissemos, o interlocutor é conduzido a perceber que o que prevalece na argumentação é o que está na porção do discurso com a qual a construção concessiva se relaciona, pois o obstáculo apresentado nessa construção não é suficiente para anular aquilo que é exposto pelo enunciador do texto. Assim, a “reação” do interlocutor, esperada pelo enunciador, é a adesão daquele à tese apresentada no texto.

Para Brandão (1998), a argumentação contém em si um movimento de negação, uma vez que nunca se argumenta sem o objetivo de modificar de algum modo o pensamento ou julgamento de alguém.

Como ficou evidente, no modelo dialogal, a situação argumentativa típica é definida pelo desenvolvimento e pelo confronto de pontos de vista em contradição, em resposta a uma mesma pergunta. Para Plantin (2008), o diálogo “externaliza” essas operações dando-lhes forma linguística e uma configuração microssocial. Percebemos, portanto, uma nítida relação entre a expressão da concessividade e o discurso argumentativo. Com o uso da concessão, o argumentador recua em nome do bom funcionamento das coisas. Ela é, portanto, nos termos de Plantin³⁹, um momento essencial da negociação, entendida como discussão sobre um desacordo aberto, tendendo ao estabelecimento de um acordo. No discurso concessivo, “o locutor reconhece certa validade a um discurso que sustenta um ponto de vista diferente do seu, ao mesmo tempo em que mantém suas conclusões” (PLANTIN⁴⁰). Essa é a concepção que adotamos em nossa pesquisa, visto que consideramos a concessividade uma estratégia argumentativa usada para conduzir a atenção do leitor do texto da notícia para o argumento contrário que está na informação de base e não na parte concessiva.

Numa concepção dialógica da argumentação defende-se a necessidade de os interlocutores envolvidos no jogo argumentativo levarem em consideração as teses contrárias.

³⁹ *Op. cit.*

⁴⁰ *Id.* p. 85

É exatamente esse o papel que consideramos essencial para as construções das quais emerge o valor de concessão, em que o locutor pressupõe uma objeção por parte do interlocutor, admite essa objeção inserindo-a em seu discurso, mas a invalida levando-o para uma conclusão contrária. Nesse sentido, argumentar é pressupor e antecipar no próprio discurso uma divergência do interlocutor.

Síntese do capítulo

Neste capítulo, intitulado *A perspectiva dialogal da argumentação*, apresentamos a concepção dialogal como uma nova perspectiva para o estudo da argumentação, a partir de uma visão crítica que considera a argumentação um fenômeno essencialmente interativo.

Na primeira seção, apresentamos um breve histórico dos estudos que foram transformando a concepção da argumentação, sobretudo a partir dos anos 1950 até chegar aos estudos que apresentam uma visão crítica de argumentação.

Na segunda seção, apresentamos a perspectiva do modelo dialogal proposto por Plantin (1996 e 2008). Vimos que o autor adota uma perspectiva interacionista para a argumentação, tornando clara a necessidade de se considerar as condições pragmáticas do discurso argumentativo.

No modelo plantiniano, a argumentação toma uma dimensão interativa, na qual o argumentador considera o contradiscurso do interlocutor assumindo diferentes papéis argumentativos. Essa perspectiva adotada pelo autor é relevante para este trabalho, já que consideramos que, na interação, as questões pragmáticas partilhadas pelos interlocutores são imprescindíveis.

Na terceira seção, mostramos as diferentes concepções para o termo concessão. Vimos que a noção de concessão está intimamente relacionada à argumentação nas diversas concepções apresentadas por vários autores, o que reforça a relevância de nossa investigação, que visa mostrar que a expressão da concessividade é uma estratégia argumentativa usada pelo enunciador do texto da notícia.

Vejamos a seguir o reflexo da perspectiva dos gêneros discursivos para a caracterização do gênero notícia.

5. O GÊNERO NOTÍCIA

“...é o gênero que orienta todo o uso da linguagem no âmbito de um determinado meio, pois é nele que se manifestam as tendências expressivas mais estáveis e mais organizadas da evolução de um meio, acumuladas ao longo de várias gerações de enunciadore.” (Mikhail Bakhtin)

Os gêneros textuais estão presentes em todas as circunstâncias de nossa vida, já que as ações humanas são correntemente mediadas pelo discurso. Acreditamos que é na interação, materializada em textos, que as essências pragmáticas se constroem. Os gêneros jornalísticos têm se mostrado objeto proficuo de pesquisa para muitos trabalhos no âmbito dos gêneros do discurso. Dentre esses gêneros, a notícia, considerada a essência do jornalismo, se mostra um gênero de características peculiares, visto que muitas pesquisas têm mostrado “marcas” no texto que evidenciam o posicionamento do enunciador. Dessa forma, o papel do gênero noticioso foi crucial na definição do nicho de nossa pesquisa, a qual visa mostrar que a expressão da concessividade evidencia a argumentação nesse gênero. Daí a importância de incluirmos este capítulo em nosso trabalho.

5.1 A perspectiva de gêneros discursivos

Durante muito tempo, o trabalho com o texto se pautou na tipologia tradicional: narração, descrição e dissertação. Mas as teorias mais recentes, sobretudo trabalhos desenvolvidos no âmbito da teoria da enunciação, da linguística textual e da análise do discurso, que têm se voltado para a relevância de se considerar a função social da linguagem, têm mostrado que essa classificação triádica não dá conta das diferentes práticas sociais representadas por meio da linguagem.

Com estudos apontando para essa perspectiva de tratar a linguagem, encontramos na literatura estudiosos que discutem a distinção entre as noções de gênero discursivo e tipo textual. Percebemos que a distinção entre essas noções não é simplesmente de ordem terminológica, mas de ordem conceitual, e se reflete no processo de análise como critério teórico-metodológico.

Bakhtin (1997) chama a atenção para a heterogeneidade dos gêneros do discurso, já que a variedade virtual da atividade humana é inesgotável. Para o autor, cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gênero do discurso que vai se ampliando à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.

Adotamos a definição bakhtiniana que concebe gêneros textuais como “tipos relativamente estáveis de enunciados”, associados a diversas atividades desenvolvidas, que se caracterizam pelos conteúdos e pelos meios linguísticos de que se utilizam. Assumimos, com Bakhtin⁴¹, um enfoque sócio-interacionista, que associa a diversidade do uso da linguagem à diversidade das práticas sociais dos diferentes grupos. O enfoque sócio-interacionista também se encontra em Bronckart (1999), para quem as ações de linguagem se materializam discursivamente dentro dos diferentes gêneros discursivos.

Por encararmos a língua como instrumento de interação social e pretendermos tratá-la em seus aspectos discursivos, adotando uma perspectiva pragmática para a linguagem, e não em seus aspectos formais, partimos da ideia defendida por Bakhtin (1997) e Bronckart (1999) de que a comunicação verbal só é possível a partir de um gênero textual.

Bakhtin⁴², ao definir gênero, o divide em dois tipos: primários e secundários. Gêneros primários, a conversação e a carta pessoal, “são constituídos em circunstâncias de comunicação verbal espontânea”; e gêneros secundários, o romance, o teatro, o discurso científico, entre outros, “aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita” (BAKHTIN, 1997, p. 28). Segundo o autor, o gênero se caracteriza a partir de três critérios: o conteúdo ou seleção de temas; o estilo ou a escolha de recursos linguísticos e a construção composicional.

Percebemos que a notícia impressa, gênero adotado nesta pesquisa, pode ser incluída na categoria dos gêneros secundários, proposta por Bakhtin⁴³. Ela se estabelece como gênero com propósitos específicos e conforme padrões linguísticos e culturais estabelecidos socialmente. Segundo Charaudeau (2010), na notícia, o sujeito informante (jornalista e instância midiática) “tratará a informação de acordo com certos *modos discursivos* em função dos *dispositivos*⁴⁴ pelos quais ele passa” (CHARAUDEAU, 2010, p. 129). O autor chama a atenção para o fato de toda situação de comunicação ter suas restrições instauradas pelos indivíduos, o que deve ser levado em consideração por todos que querem se comunicar. Nesse

⁴¹ *Op. cit.*

⁴² *Id.*

⁴³ *Id.*

⁴⁴ Segundo o autor, o *dispositivo* é um componente do contrato de comunicação sem o qual não há interpretação possível das mensagens. Cf. Charaudeau, 2010, pp. 104-106.

sentido, segundo o autor, a interação se realiza num quadro no qual todo locutor deve submeter-se a essas restrições e supor que seu interlocutor tem a capacidade de reconhecer tais restrições, do mesmo modo que o interlocutor deve supor que o locutor tem consciência dessas restrições.

Bakhtin (1997) também enfatiza a questão das relações intersubjetivas entre locutor e destinatário, chamando a atenção para a noção de audiência. Para ele, essa questão acaba determinando a diversidade dos gêneros do discurso. O intuito discursivo do locutor se realiza na escolha de um gênero do discurso e determina os modos de organização discursiva e a seleção dos recursos linguísticos a fim de provocar um efeito de sentido que poderá se refletir na atitude do destinatário. Nessa perspectiva, o locutor constrói seu discurso a partir da pressuposição sobre os conhecimentos que o seu destinatário possui a respeito do assunto, bem como as opiniões deste em relação ao que se apresenta no texto. Percebemos que as considerações do autor coadunam com a proposta do modelo de interação verbal de Dik (1989), apresentado no capítulo 3, no qual o autor salienta que o falante organiza suas expressões linguísticas com o objetivo de provocar uma modificação na informação pragmática do destinatário.

A visão bakhtiniana tem inspirado concepções mais recentes a considerar a noção de audiência um fator determinante para a dimensão social da linguagem. Segundo Biasi-Rodrigues (2002), por exemplo, a noção de audiência influencia diretamente nas escolhas que o falante faz em situação de produção. Para a autora,

O sentido de audiência exerce influência direta nas escolhas que o falante/escritor faz, quando em situações de produção: seja do tópico, da quantidade e do balanceamento das informações (mais ou menos explícitas), das estratégias de organização do texto em termos de seleção lexical e de relações semântico-sintáticas, seja do estilo e do registro mais adequados para criar textualidade e interagir com o provável ouvinte/leitor (BIASI-RODRIGUES, 2002, p. 51).

A concepção de audiência apresenta-se como imprescindível para a pesquisa empreendida neste trabalho, visto que analisamos num gênero específico, no caso a notícia, as estratégias empreendidas pelo enunciador como recurso para persuadir o enunciatário. Consideramos que é essa noção de audiência que leva o enunciador a fazer suas escolhas linguísticas para atrair a atenção do enunciatário para determinados aspectos do fato noticiado. Para construir a interação a partir do texto da notícia, o enunciador precisa organizá-lo considerando os parâmetros de organização textual relativos ao gênero escolhido, os conhecimentos e a opinião que pressupõe ter o enunciatário. Esses parâmetros partilhados

pelos usuários da língua, na maioria das vezes, são reconhecidos pelo enunciatório, a audiência potencial do texto.

Embora tenhamos consciência de que em qualquer gênero textual o enunciador necessita atrair a atenção do enunciatório, acreditamos que, no caso do gênero notícia, esse jogo argumentativo é muito mais forte, visto que, segundo Medina (1988), “a mensagem jornalística, como um produto de consumo da indústria cultural, desenvolveu uma componente verbal específica, que serve para chamar a atenção e conquistar o leitor” (MEDINA, 1988, p. 137).

5.2 A distinção entre gêneros e tipos textuais

Biber (1988) aponta para a importância da distinção entre gêneros e tipos textuais. Tipos se referem aos modos de organização do texto, sendo limitados; gêneros se referem aos chamados textos materializados, encontrados em nosso cotidiano, diferentemente dos tipos, são muitos e apresentam características sócio-comunicativas definidas por seu estilo, função, composição, conteúdo e canal.

De acordo com Silva (1999),

No geral, percebe-se que, dada a vertente tipológica a que se alinha, a categorização de textos, quanto ao tipo, constrói-se à luz de princípios que contemplam as dimensões do discurso: o interacional/ situacional (mais imediato e/ou mais amplo), passando pelo textual (macro-organização estrutural), alcançando o linguístico. Para exemplificar, apontam-se algumas dessas dimensões, definidoras da natureza dos princípios tipológicos, a saber:

- a) propriedades internas à constituição do texto que incidem sobre plano microestrutural;
- b) esquema global ou os modelos cognitivos/ esquemas formais, culturalmente adquiridos (chamadas superestruturas), em sua relação com a macroestrutura textual;
- c) tipos de sequências (macro) proposicionais;
- d) atitude enunciativa que o locutor assume em relação ao seu objeto do dizer e ao seu interlocutor - modos de organização discursivos;
- e) portadores (suportes) de texto em que se materializa o discurso;
- f) domínios institucionais ou formações discursivas em que se inscrevem os discursos (SILVA, 1999, p. 2).

A autora chama a atenção para a multiplicidade de princípios observados para o estabelecimento de tipologias textuais. Isso evidencia que “a noção de tipo textual figura-se como uma categoria multifacetada de análise por recobrir e designar fenômenos bastante diversos quanto à natureza e ao funcionamento do texto” (SILVA, 1999, p. 3).

Travaglia (2007a)⁴⁵ também atenta para a diversidade de teorias e abordagens, de parâmetros e critérios usados para estabelecer a distinção e a caracterização de diferentes categorias de textos, o que, segundo ele, tem gerado um “mal-estar classificatório”.

O autor apresenta parâmetros e critérios que, segundo ele, se mostram pertinentes para estabelecer “uma teoria tipológica geral de textos” (TRAVAGLIA, 2007b, p. 41). O autor agrupa esses critérios em cinco parâmetros distintos:

- a) o conteúdo temático;
- b) a estrutura composicional;
- c) os objetivos e funções sociocomunicativas;
- d) as características da superfície linguística, geralmente em correlação com outros parâmetros;
- e) as condições de produção.

Travaglia (2007a), na busca do que chamou de “elementos tipológicos fundamentais”, distingue três “elementos tipológicos” (tipo, gênero e espécie), para os quais ele propõe o termo “tipelementos”, que se caracterizam por parâmetros e critérios de natureza diferentes.

Segundo o autor, o primeiro tipelemento é o *tipo* de texto. Este é identificado e caracterizado “por instaurar no modo de interação, uma maneira de interlocução, segundo perspectivas que podem variar constituindo critérios para o estabelecimento de tipologias diferentes” (TRAVAGLIA, 2007a, p. 101).

Travaglia⁴⁶ apresenta um quadro (quadro 2, apresentado a seguir) no qual se pode perceber que essas perspectivas podem estar ligadas ao produtor do texto em relação ao objeto do dizer. Dependendo da perspectiva do produtor do texto dada pela imagem que ele faz do receptor⁴⁷, se este concorda ou não com a opinião dele, ele constrói seu discurso. O autor acrescenta que, se o produtor percebe que o receptor concorda com ele, constrói o “discurso de cumplicidade”; se acha que o receptor não concorda com ele, constrói o “discurso da transformação”.

Nessa mesma perspectiva, é possível perceber no texto a atitude comunicativa de comprometimento ou não por parte do produtor. Para o autor, cada uma dessas perspectivas gerará um tipo de texto, em função do tipo de interlocução que se pretende estabelecer.

⁴⁵ Segundo o autor, esse texto foi escrito em 2003, mas, por problemas diversos, só foi publicado em 2007.

⁴⁶ *Op. cit.*

⁴⁷ Mantivemos o termo “receptor” usado por Travaglia (2007). Cf. Travaglia (2007), p. 102.

Ele resume cada tipo conforme o que se apresenta no quadro 2.

Quadro 2 – Tipos de texto

	Descrição	Dissertação	Injunção	Narração
Perspectiva do enunciador/ produtor do texto	Enunciador na perspectiva do espaço em seu conhecer	Enunciador na perspectiva do conhecer, abstraído do tempo e do espaço	Enunciador na perspectiva do fazer posterior ao tempo da enunciação	Enunciador na perspectiva do fazer/acontecer inserido no tempo
Objetivo do enunciador	O que se quer é caracterizar, dizer como é	Busca-se o refletir, o explicar, o avaliar, o conceituar, expor idéias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações	Diz-se a ação requerida, desejada, diz-se o que e/ou como fazer; incita-se à realização de uma situação ⁶	O que se quer é contar, dizer os fatos os acontecimentos, entendidos como os episódios, a ação/o fato em sua ocorrência
Forma como se instaura o interlocutor	Como <i>voyeur</i> do espetáculo	Como ser pensante, que raciocina	Como aquele que realiza aquilo que se requer ou se determina que seja feito, aquilo que se deseja que seja feito ou aconteça	Como assistente, espectador não participante, que apenas toma conhecimento do episódio(s) ocorrido(s)
Tempo referencial ⁷	Simultaneidade das situações	Simultaneidade das situações	Indiferença à simultaneidade ou não das situações	Não simultaneidade das situações, portanto sucessão
Relação entre o tempo da enunciação e o referencial	O tempo da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior ao tempo referencial ⁸	O tempo da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior ao tempo referencial	O tempo referencial é sempre posterior ao da enunciação	O tempo da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior ao tempo referencial

Fonte: Travaglia (2007a, p. 103)

Ao definir gênero, Travaglia (2007a) chama a atenção para a função social exercida pelo texto. Para o autor, o *gênero* se caracteriza por exercer uma função sociocomunicativa específica, que é partilhada pelos usuários da língua. Isso significa que, em situação de

interação, o usuário sabe que gênero usar de acordo com a função social deste. O autor apresenta, por exemplo, o comunicado, o edital, a informação, a citação, com a função social de dar conhecimento de algo a alguém; a petição, o memorial, o requerimento, o abaixo assinado, com função social de pedir, solicitar. Segundo Travaglia⁴⁸, a notícia é um gênero que tem a função social de manter o interlocutor atualizado com os fatos acontecidos numa região, país ou no mundo e tem veículos próprios (jornal, rádio e televisão). O autor apresenta muitos outros exemplos, mas optamos por mostrar apenas o que nos parece suficiente para esclarecer a definição do autor.

Quanto ao terceiro tipelemento, *espécie*, segundo o autor, “se define e se caracteriza ‘apenas’ por aspectos formais de estrutura (inclusive superestrutura) e da superfície linguística e/ou por aspectos de conteúdo” (TRAVAGLIA, 2007b, p. 41). Segundo ele, a espécie pode se relacionar a tipo ou a gênero. Ele exemplifica a **história** e a **não-história**, como espécies pertencentes ao tipo narrativo; **objetiva** e **subjetiva**, **estática** e **dinâmica**, **comentadora** e **narradora** como espécies pertencentes ao tipo descritivo. Quanto ao gênero, o autor exemplifica **carta**, **telegrama**, **ofício**, **bilhete**, etc., como espécies do gênero correspondência; **os romances históricos**, **regionalistas**, **fantásticos**, etc., como espécies do gênero romance.

É importante destacar que as definições apresentadas pelo autor estão pautadas em aspectos formais e de conteúdo do texto. Suas definições nos parecem estar muito mais voltadas para a natureza do conteúdo dos textos.

Como Travaglia (2007a e 2007b), Adam (1991) e Marcuschi (1999) também discutem a distinção de tipo e gênero textual, mas tomando como base as ideias de Bakhtin (1997).

Para Adam (1991), os modos de organização cognitiva dos conteúdos em estruturas prototípicas de narração, descrição, argumentação, explicação e diálogo são sequências, e não gêneros, já que se relacionam ao aspecto estritamente linguístico da composição textual. Segundo o citado autor, as sequências são modelos abstratos, definíveis tanto pela natureza das macroproposições que comportam quanto pelas modalidades de articulação dessas macroproposições em uma estrutura autônoma; de que produtores e receptores de texto dispõem.

Com base na proposta de Bakhtin (1997) de que a sequência é um plano de organização textual presente na composição dos gêneros do discurso, Adam (1992) postula que existem na língua formas fundamentais da linguagem comum que podem estar disponíveis em uma infinidade de combinações e transformações. Desse modo, a sequência se

⁴⁸ *Op. cit.*

caracteriza pelo fato de que pode ser atualizada no texto mediante as exigências pragmáticas dos enunciados.

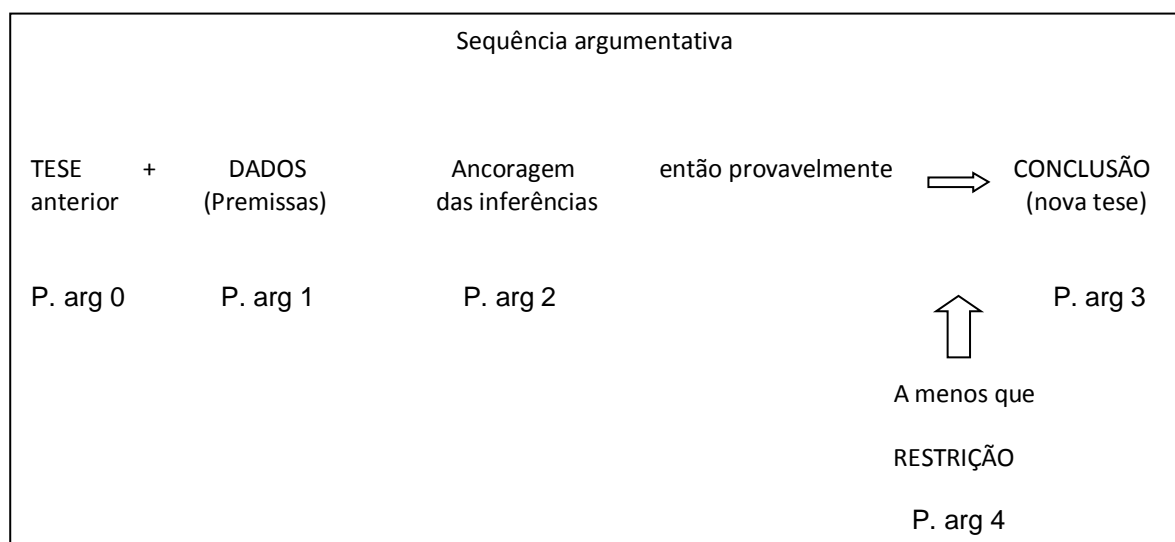
Segundo Adam (1992), a argumentação pode ser abordada considerando-se o nível da organização da textualidade (dimensão sequencial). Nesse caso, a argumentação é entendida como uma forma de composição elementar, em que os locutores possuem representações prototípicas referentes aos esquemas de argumentação. Segundo o autor, não se deve confundir a unidade composicional, que ele designa sequência argumentativa, com a argumentação em geral, que é cabível em qualquer texto.

O autor postula que os argumentos constituem premissas que visam a apoiar ou refutar uma proposição (conclusão). Como a argumentação visa sempre a um ouvinte ou a um público específico, as premissas escolhidas revelam a ideia que o locutor faz das suas representações (conhecimentos, crenças, ideologias) de seu interlocutor.

Nesse caso, percebe-se que um discurso argumentativo visa intervir diretamente sobre opiniões, atitudes ou comportamentos de um interlocutor ou auditório. Isso significa que argumentar é influir no outro, é buscar a adesão, o que se coaduna com a perspectiva de argumentação abordada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

O autor propõe que o protótipo da sequência argumentativa seja:

Quadro 3 – Esquema típico da sequência argumentativa



Fonte: Adam (1992, p. 118).

Na proposta de Adam (1992), a sequência argumentativa apresenta três partes básicas que compõem três macroproposições: *dados*, ancoragem das *inferências* e *conclusão*. Os argumentos 1, 2 e 3 (*dados*, ancoragem das *inferências* e *conclusão*) se apoiam na *tese*

anterior (P. arg. 0), no caso particular da refutação ocasionada por uma possível *restrição*, e a conclusão (nova tese) P. arg. 3 pode ser reformada e retomada ou não por uma conclusão que reitere no fim da sequência. A tese anterior não aparece necessariamente no texto. Ela é a informação que será defendida ou contestada. Os dados são as afirmações que concorrem para a conclusão. As inferências, por sua vez, são informações implícitas.

Assim, o esquema de base seria: um argumento (dado) e uma conclusão (nova tese), passando por uma regra de inferência. Um exemplo dado pelo autor é:

(35) A marquesa tem as mãos doces, mas eu não a amo.

Nesse exemplo, **A marquesa tem as mãos doces** é um argumento-dado para a conclusão **eu a amo**. Essa conclusão, segundo o autor, se dá através de uma inferência que ancora a passagem do dado à conclusão. No exemplo supracitado, ocorre uma restrição (refutação ou exceção) à conclusão a que se poderia chegar (A marquesa tem mãos doces logo eu a amo). Essa refutação é introduzida pelo operador argumentativo **mas** que tem valor concessivo.

Assim, o autor conclui que a relação entre dados e conclusões pode ser implícita ou explicitamente fundamentada (garantia ou suporte) ou contrariada (refutação ou exceção). Para Adam, o esquema de base da argumentação sempre põe em relação dados e conclusão. Porém, mesmo quando o argumento-dado conduzir provavelmente a uma determinada conclusão, sempre será possível uma contra-argumentação.

Essas considerações de Adam são relevantes, para a presente pesquisa, visto que o autor atribui à escolha de argumentos um papel essencial para a adesão do ouvinte. Encontramos, na expressão da concessividade, exatamente a função de apresentar-se como um provável contra-argumento que não é suficiente para impedir o ponto de vista defendido pelo enunciador da notícia.

Marcuschi (1999), tomando por base Biber (1988), também aborda a distinção entre gênero e tipo textuais. O autor apresenta a distinção resumida no quadro 4:

Quadro 4 – Gêneros e tipos textuais

TIPOS TEXTUAIS	GÊNEROS TEXTUAIS
1. constructos teóricos definidos por propriedades lingüísticas intrínsecas;	1. realizações lingüísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas;
2. constituem seqüências lingüísticas ou seqüências de enunciados e não são textos empíricos	2. constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
3. sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal;	3. sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função;
4. designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição	4. exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo virtual, aulas virtuais etc.

Fonte: Marcuschi (1999, p. 23)

De acordo com o autor, o agrupamento de textos segundo traços lingüísticos comuns (narração, argumentação, exposição, descrição e injunção) designa um *tipo textual*; já a realização desses tipos de textos em situações reais de comunicação é o que recebe a designação de *gênero textual* (telefonema, notícia, carta pessoal, reportagem, editorial, artigo de opinião etc.).

A noção de gêneros do discurso tem se refletido também na concepção adotada para o ensino de língua materna. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) estabelecem que o ensino de língua “deve se pautar em dois eixos: um, que enfoca uso da linguagem, por meio das práticas de escuta, leitura e produção de textos orais e escritos; outro que focaliza a reflexão sobre a língua e a linguagem”. Os PCN (1998) apontam, desse modo, para a relevância da abordagem dos gêneros discursivos como objeto de ensino.

A partir dessa concepção, a escola passou a enfatizar o trabalho dos mais variados gêneros do discurso, e os textos jornalísticos se tornaram cada vez mais presentes na sala de aula. Para Benassi (2009),

... a leitura do texto jornalístico é imprescindível para a formação do leitor, capaz de entender, integrar-se e atuar na realidade social em que está inserido, via a formação de opiniões e mediante o desenvolvimento da capacidade de reflexão, essencial para assegurar sua participação como cidadão do mundo (BENASSI, 2009, p. 1791).

Acreditamos ser o texto jornalístico um instrumento propiciador de um trabalho que viabilize a formação de um leitor crítico, capaz de refletir e assegurar sua participação como cidadão no mundo. Trabalhos como este que aqui se apresenta, além de contribuir para o trabalho com gênero, acabam, mesmo de maneira indireta, contribuindo também para reflexões sobre um ensino mais produtivo de leitura e de escrita, a partir da exploração de gêneros textuais.

Vejamos a seguir a notícia como gênero jornalístico.

5.3 A notícia nos compêndios jornalísticos

O gênero jornalístico se difere do gênero literário tal como afirma Lage (2004). Enquanto, na literatura, a forma é compreendida como portadora, em si, de formação estética, em jornalismo a ênfase desloca-se para os conteúdos, para o que é informado. Podemos considerar a notícia a essência do jornalismo, o qual transforma a informação em notícia mediante o uso de técnicas próprias. Isso exige do jornalista pressuposições a respeito do conhecimento mútuo das restrições de comunicação que são próprias do gênero notícia.

Para chegar ao que hoje representa na sociedade, a notícia passou por algumas transformações. Benassi (2007) destaca as transformações na maneira de se transmitir a notícia. A autora salienta que:

Dentre as mais primitivas destaca-se a “transmissão boca a boca”, que já foi muito utilizada ao longo da história da humanidade. Em muitos lugares, havia um circuito oficial de informação e de notícia. Na antiguidade, as informações oficiais eram passadas para a população, na maior parte das vezes por autoridades nobres. Na Idade Média, além dos nobres, pessoas ligadas à igreja também transmitiam notícias oficiais. Para distâncias mais longas, as autoridades ou líderes enviavam um mensageiro, alguém especializado em levar notícias a lugares distantes e dar outras informações. (BENASSI, 2007, p. 1794)

De acordo com Lage (2006), na Idade Média, as informações para a população eram colocadas como parte de decretos, proclamações, exortações e sermões de igreja. Lustosa (1996) salienta que, nesse período, não havia interesse, por parte da Igreja Católica, em divulgar o saber, em informar. Esse era o meio encontrado de manter a influência conquistada, de impor os dogmas e seu poder.

Segundo Melo (1998), os gêneros jornalísticos ficaram mais evidentes a partir do século XIX, quando a notícia consolidou-se como gênero jornalístico por excelência.

Apresentamos no quadro 5, que elaboramos com base em Moreira (2009), algumas transformações da notícia como gênero a partir desse período.

Quadro 5 – Transformações da notícia situadas na história jornalística

1808 a 1827- toda a matéria era constituída de comentários, opiniões, observações pessoais e enaltecimento de princípios morais;

1827 a 1889- prevaleciam os textos que narravam os fatos obedecendo à cronologia dos acontecimentos, com redução de opiniões e relevância da informação;

1889 a 1930- a notícia passou a ser adotada com o caráter essencialmente informativo, revestindo-se de um caráter de impessoalidade e imparcialidade;

1930 a 1969- a estrutura do texto sofre uma transformação com a utilização do *lead* como parte introdutória do gênero notícia (MEDINA, 1988; LUSTOSA, 1996; LAGE, 2000).

A notícia tornou-se, cada vez mais, um gênero que faz parte da vida cotidiana. No contexto jornalístico, como o objetivo da notícia é informar um grande número de pessoas, torna-se necessário definir que acontecimentos merecem “virar notícia”. Dessa forma, o critério da relevância torna-se essencial para a seleção dos acontecimentos.

Muitos autores chamam a atenção para o fato de a notícia não narrar propriamente os acontecimentos. Para Lustosa (1996), “notícia é a técnica de relatar um fato”, “é o relato de um fenômeno social, presumivelmente de interesse coletivo ou de um grupo expressivo de pessoas” (LUSTOSA, 1996, pp.17 e 19). Medina (2001) propõe que, no jornalismo, o gênero de base é a notícia, que ele denomina “o relato puro dos acontecimentos” (MEDINA, 2001, p. 48). Lage (2006) afirma que:

Do ponto de vista da estrutura, a notícia se define, no jornalismo moderno, como o relato de uma série de fatos, a partir de um fato mais importante ou interessante; e, de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante. Essa definição pode ser considerada por uma série de aspectos. Em primeiro lugar, indica que não se trata de exatamente de narrar os acontecimentos, mas de expô-los (LAGE, 2006, p.17).

Lage⁴⁹ percebe uma organização particular do gênero notícia. Ele chama a atenção para o fato de não se tratar propriamente de uma narrativa, já que os eventos não se organizam em sequência, mas de acordo com o grau de interesse ou importância. Para o autor, a partir dessa perspectiva, os eventos são selecionados, ordenados e nomeados. Acreditamos que a notícia, como gênero informativo, se constitui um relato principalmente pela função primeira que exerce de relatar o acontecimento e não de comentá-lo.

Percebemos que o autor aponta para certa subjetividade na construção do texto no sentido de atrair a atenção do leitor. É por percebermos essa relação intersubjetiva que buscamos encontrar as marcas deixadas pelo enunciador, no que diz respeito à concessividade, que evidenciem argumentatividade. Acreditamos que, ao usar construções das quais emerge o valor de concessão no texto da notícia, o enunciador conduz o raciocínio do leitor para o ponto de vista defendido no texto. Portanto essas construções seriam “pistas linguísticas” deixadas no texto que indicam o desenvolvimento de um discurso argumentativo, mesmo num texto que tem como função relatar um acontecimento.

Segundo Lustosa (1996), a notícia é a versão de um fenômeno social, não a tradução objetiva, imparcial e descomprometida de um fato. O autor acrescenta que, apesar do propósito e do compromisso de alguns jornalistas, a imparcialidade e a impessoalidade não ocorrem efetivamente no jornalismo.

Para o citado autor, “além da produção de informações que atendam ao interesse de saber sobre alguma coisa, a notícia descreve fatos que nos emocionam e que despertam nosso interesse”. O jornalista, além de representar o produtor de notícia por excelência, é “um mestre em genialidades” que, de uma maneira particular de descrição de um fato ou da realidade, oferece a informação parcial, tanto no sentido de transcrever parte do fenômeno social, como por impor uma visão pessoal, dentro das restrições e imposições do veículo de comunicação.

Ele observa, então, uma discrepância entre o discurso dos profissionais da imprensa, que se dizem imparciais, e o resultado final do trabalho do jornalista ao produzir a notícia, que escolhe o melhor “ângulo” para descrever os fatos.

O autor chama a atenção ainda para a relação entre a audiência e o conteúdo veiculado na notícia. Para ele, não é só o veículo que determina o ângulo da notícia, os consumidores também, já que eles partilham uma opção ideológica ou visão de mundo. Essa visão do autor

⁴⁹ *Op. cit.*

vai ao encontro da perspectiva de audiência defendida pelos teóricos que levam em consideração os gêneros discursivos.

5.4 A notícia sob a ótica da Linguística

Muitos linguistas têm discutido as características do gênero notícia. Segundo Dolz & Schneuwly (2004), textos desse gênero pertencem à ordem do relatar e têm modo próprio de organização. Como Lage (2006) e Lustosa (1996), os autores percebem uma organização particular desse gênero e o consideram da ordem do relatar.

Van Dijk (1992) também chama atenção para o modo de organização dos textos desse gênero, porém consideram-nos narrativos. Para o autor, as notícias são um gênero que têm uma estrutura global diferente das outras narrativas, ou seja, têm uma maneira diferente de organizar tópicos globais no texto. Nesse sentido, na maior parte dos casos, as estruturas temáticas no discurso noticioso obedecem a uma ordem, têm uma estrutura de relevância que indica ao leitor qual a informação ou o tópico mais importante.

Isso nos leva a considerar importante observar nesse gênero, como apresentamos no capítulo 3, de que maneira o enunciador organiza as informações não só no sentido de dar relevo/destaque a determinados elementos do texto com a expressão da concessividade, mas de apresentar uma ressalva, um adendo, uma avaliação, desenvolvendo um discurso argumentativo.

Charaudeau (2010) também discute a questão da seleção dos fatos noticiados. Para ele, o critério de seleção dos acontecimentos é de dois tipos: externos e internos. Os externos dizem respeito ao modo de aparição do acontecimento, que pode ser inesperado, programado ou suscitado por tal ou qual setor institucional. Os internos dizem respeito às escolhas operadas pelas instâncias midiáticas a partir de representações que estas constroem sobre o que pode interessar ou emocionar o público.

O autor chama a atenção para o fato de ambos os atores que representam a instância de produção e de recepção da comunicação midiática serem portadores de intencionalidade e construtores de sentido. Essa relação torna a “máquina de processar a informação” complexa, visto que o produtor do texto vive o paradoxo entre transmitir a informação de maneira objetiva e ter que atingir a massa. Nesse sentido, o tratamento dado aos acontecimentos depende da maneira pela qual a instância de produção constrói representações sobre o público.

Outro aspecto destacado pelo autor é a questão das restrições impostas pela situação de comunicação, que devem ser levadas em consideração na situação de interação. Ele salienta:

Não somente todo locutor deve submeter-se às suas restrições (a menos que queira transgredi-las, mas isso mostra que reconhece sua existência), mas também deve supor que seu interlocutor, ou destinatário, tem a capacidade de reconhecer essas mesmas restrições. O mesmo acontece com todo interlocutor, ou leitor de um texto, que deve supor que aquele que se dirige a ele tem consciência dessas restrições. Assim se constrói o que os filósofos da linguagem designam por “cointencionalidade”: toda troca linguageira se realiza num quadro de cointencionalidade cuja garantia são as restrições da situação de comunicação (CHARAUDEAU, 2010, p. 67-68).

Percebemos que o autor chama atenção para a questão da bilateralidade numa situação de interação, o que significa que ambos os interlocutores têm “poder” na troca interativa.

Com o exposto pelos autores supracitados, percebemos que os fatos informados na notícia são selecionados entre os mais sensacionais e emocionantes. Essa simples seleção já demonstra uma intencionalidade por parte do enunciador do texto e o obriga a construir o seu discurso no sentido de atrair o enunciador, que muitas vezes não se deixa atrair de maneira fácil. Nesse jogo argumentativo, do qual ambos os usuários (enunciador e enunciatário) participam, abrir espaço para o discurso do outro acaba sendo uma estratégia relevante para o argumento que se desenvolve. Acreditamos ser exatamente esse o papel das construções concessivas no texto da notícia, admitir o argumento do outro, mas conduzi-lo para um argumento contrário.

Cunha (2002) estudou o funcionamento dialógico no gênero notícia, considerando a perspectiva bakhtiniana. A autora mostrou que as marcas do dialogismo nesse gênero evidenciam a posição e os pontos de vista do enunciador no discurso e que o enunciador desse gênero, ao tornar presente no texto o discurso do outro, marca uma posição discursiva.

O trabalho de Cunha (2002) já aponta para as evidências do ponto de vista do enunciador no texto da notícia. Defendemos que essas marcas evidenciam argumentatividade mesmo num gênero que não se propõe argumentativo. Para isso nos embasamos, como já mencionamos, no modelo dialogal proposto por Plantin (1996 e 2008), para quem a argumentação se manifesta quando no discurso se manifesta um contradiscurso. É a partir dessa perspectiva plantiniana que consideramos o uso da concessividade como uma estratégia argumentativa, visto que, ao expressar a concessividade, o enunciador evidencia o dialogismo no gênero notícia, deixando transparecer um jogo argumentativo com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite no texto.

Síntese do capítulo

No quinto capítulo, intitulado *O gênero notícia*, apresentamos as reflexões de vários autores a respeito das características do gênero notícia e a relação dessas características com nossa pesquisa.

Partimos, na primeira seção, da perspectiva bakhtiniana de gêneros textuais/discursivos. Essa perspectiva tem sido referência para muitos autores que pretendem traçar quadros tipológicos sobre os gêneros. Nesse contexto, discutimos como a concepção de audiência inspirada em Bakhtin (1997) apresenta-se como imprescindível para nossa pesquisa, já que, ao usar a concessividade como estratégia argumentativa, o enunciador precisa levar em consideração um possível contra-argumento do enunciatário.

Na segunda seção, apresentamos como a notícia tem sido definida pelos autores da área da comunicação. Percebemos que, de uma maneira geral, eles chamam a atenção para o modo como os fatos são selecionados, a partir de uma visão particular, no intuito de atrair a atenção do maior número de pessoas possível. Desse modo, a imparcialidade e a impessoalidade não ocorrem de fato no jornalismo.

Na terceira seção, apresentamos a visão de alguns linguistas a respeito da seleção dos fatos no texto da notícia. Nesse contexto, enfatizamos a relação entre enunciador e enunciatário como construtores de sentido, o que interfere diretamente na forma como os acontecimentos são tratados na notícia. Essa perspectiva corrobora a concepção de argumentação que adotamos em nossa pesquisa, visto que, se ambos os usuários (enunciador e enunciatário) fazem parte da dinâmica da interação, adiantar em seu discurso o discurso do outro se torna uma forte estratégia argumentativa.

Por tudo que expomos neste capítulo, acreditamos que na notícia, gênero em que os fatos são selecionados no intuito de atrair a atenção do leitor, o enunciador deixa marcas em seu discurso que evidenciam seu ponto de vista, sobretudo no que diz respeito à expressão da concessividade. Ao considerar o contradiscurso da possível audiência do texto, o enunciador evidencia o desenvolvimento de uma interação argumentativa. Por isso consideramos ser esse gênero um espaço profícuo para o estudo empreendido, a partir do modelo dialogal proposto por Plantin (1996 e 2008) e da perspectiva funcionalista.

Feitas as considerações sobre o gênero notícia, a seguir, apresentaremos a metodologia adotada para o nosso trabalho.

6. METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentamos a metodologia adotada para a presente pesquisa. Vale salientar nossos objetivos propostos para a análise das construções concessivas, elaborados com base nos pressupostos do modelo dialogal da argumentação proposto por Plantin (1996 e 2008) e do funcionalismo linguístico.

1. Investigar o papel da expressão da concessividade no discurso do enunciador do gênero notícia.
2. Investigar os recursos linguísticos usados pelo enunciador da notícia para evidenciar a concessão, analisando os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos.
3. Analisar, a partir do modelo dialogal, os papéis actanciais do enunciador da notícia ao utilizar a concessão.
4. Relacionar o uso das construções concessivas, focalizando o caráter sintático, o semântico e o pragmático, ao propósito de persuasão do enunciador em relação ao enunciatário.

6.1 Caracterização do *corpus*

O *corpus* de nossa pesquisa constitui-se de notícias impressas, que versam sobre o vazamento de questões do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), publicadas em um jornal de circulação local (em Fortaleza, no Ceará), *O Povo*; e publicadas em um jornal de circulação nacional (em todo o Brasil), *Folha de São Paulo*. Escolhemos notícias sobre o vazamento de questões do Enem, por ter sido um acontecimento local com repercussão nacional.

É importante destacar que, modernamente, para garantir que os leitores encontrem as principais informações de modo fácil e rápido, a notícia impressa aparece com uma estrutura bem definida. Dessa estrutura, fazem parte o título/ manchete, o subtítulo/olho, o *lead* e o corpo.

De acordo com Medina (1988), o título, cujo papel essencial é o de anunciar o fato, resumindo ou insinuando o conteúdo, na notícia representa historicamente o primeiro apelo verbal a seu explorado, conscientemente desdobrado da mensagem. Percebemos, então, que o título tem a função de chamar a atenção do leitor para o que será informado no texto. Abaixo do título, pode aparecer um olho constituído de um enunciado breve que esclarece melhor o título, destacando o aspecto principal do que será noticiado.

O primeiro parágrafo do texto corresponde ao *lead*, que constitui o segundo apelo verbal do gênero notícia. Nessa parte do texto, apresenta-se o fato noticiado de forma resumida.

O corpo da notícia tem a função de desenvolver as informações que foram introduzidas no *lead*. Em notícias mais longas, quando se muda de assunto dentro do texto, são usados intertítulos ou entretítulos.

A linguagem usada no texto noticioso normalmente é simples, mas deve obedecer à norma culta. Mas, por trás dessa estrutura aparentemente simples, cabe ao jornalista escolher a melhor forma de capturar a atenção do leitor. Lage (2005) chama a atenção para o fato de a notícia destinar-se a um público diversificado, que pode escolher ou não o jornal. “Isso obriga o jornalista a ser atraente, o que significa ser facilmente compreensível e conformar-se a formas e ritmos, aspirações e fantasias de um público” (LAGE, 2005, p. 83).

O autor chama a atenção para o fato de, na notícia, como em qualquer atividade interacional, ambos os interlocutores participarem da interação. Isso significa que o produtor da notícia precisa levar em consideração a possível audiência do texto, antecipando-lhe os possíveis argumentos. É exatamente essa perspectiva que nos faz acreditar que, no gênero, em questão, o enunciator desenvolve uma interação argumentativa.

6.2 Constituição e delimitação do *corpus*

A escolha por um universo textual constitui um momento importante para o desenvolvimento de uma pesquisa como a nossa. Vale, então, justificar nossa escolha. Como já discutido na fundamentação teórica, na notícia, os fatos são selecionados com o intuito de atrair a atenção do leitor, por isso consideramos a possibilidade de haver marcas, no discurso do enunciator desse gênero, sobretudo no que dizem respeito à concessão, que evidenciem seu ponto de vista sobre os fatos. Acreditamos ser esse gênero textual um espaço profícuo para a investigação empreendida, visto objetivarmos mostrar que a argumentação está

presente mesmo num gênero não tipicamente argumentativo e que as construções concessivas funcionam como um reforço à argumentação empreendida pelo enunciador.

O *corpus*, apesar de coletado de um meio digital, constitui-se de textos publicados em jornal impresso. Trata-se de vinte amostras textuais, das quais dez notícias foram publicadas num jornal de circulação local (em Fortaleza, no Ceará), *O Povo*; e dez foram publicadas num jornal de circulação nacional (em todo o Brasil), *Folha de São Paulo*. O critério para delimitação do *corpus* foi selecionar notícias referentes ao mesmo tema, publicadas num jornal de circulação local e num jornal de circulação nacional. A quantidade de amostras textuais foi, portanto, determinada pela recorrência de notícias sobre o mesmo fato, num determinado período, a partir do momento em que o fato foi noticiado nos dois jornais, nas mesmas datas, até o desfecho do fato.

6.3 Procedimentos metodológicos e tratamento dos dados

Conforme especificamos nos objetivos e na discussão teórica, a presente investigação centra-se no papel argumentativo da expressão da concessividade em notícias publicadas em jornais de circulação local e de circulação nacional. Em nossa análise, consideramos o contexto em que as construções com valor concessivo se inserem.

O procedimento inicial foi a coleta do *corpus*, formado por textos de notícias produzidas por jornalistas profissionais. Selecionamos notícias impressas porque, dependendo do meio em que circulam as notícias, elas assumem configurações diferentes. As notícias publicadas em jornal impresso costumam ser mais elaboradas. A primeira parte do *corpus*, formada por textos publicados em jornal de circulação local, foi coletada a partir do acervo do banco de dados do jornal *O Povo* mediante contrato de cessão de matéria firmado com a citada empresa. A segunda parte, formada por textos publicados em jornal de circulação nacional, foi coletada, a partir da internet, no site do jornal *Folha de São Paulo*, o qual disponibiliza tanto publicações atuais, quanto publicações anteriores.

Na análise, procuramos manter constante diálogo com a fundamentação teórica deste trabalho. As ocorrências foram analisadas na perspectiva de descrever o uso das construções concessivas no *corpus*, considerando-se as categorias de análise relativas aos aspectos sintáticos, textual-semânticos e textual-discursivos, tal como sugere Nogueira (2005). Para tanto, foram levadas em consideração as discussões apresentadas na fundamentação teórica que nos levaram a crer que as construções concessivas refletem importante opção para a organização do discurso.

Consideramos, para a análise de cada construção usada para expressar a concessividade no *corpus*, as seguintes categorias de análise:

1. Aspectos sintático-semânticos

- a) Caracterização das construções concessivas: oração, conector de oposição, advérbios, locuções prepositivas, conector implícito, etc.
- b) Posição das construções
- c) Proposição relacional inferida

2. Aspectos textual-discursivos

- a) Funções textual-discursivas
- b) Papéis actanciais do enunciador
- c) Papel argumentativo da expressão da concessividade

No segundo momento, considerando a primeira categoria de análise, identificamos ocorrências de construções das quais emerge concessividade nos textos em análise. Para cada ocorrência, utilizamos entre parênteses uma sigla, que identifica o jornal (JCL se refere ao jornal local, *O Povo*, e JCN ao jornal de circulação nacional, *Folha de São Paulo*), seguida da data da publicação da notícia. Quando cada jornal publicou no mesmo dia mais de uma notícia sobre o fato, depois da data aparecem as letras A e B.

No terceiro momento, iniciamos a análise das ocorrências, com base nos pressupostos funcionalistas, com o intuito de descrever o uso dessas construções no *corpus*, considerando os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos relacionando-os ao propósito argumentativo do enunciador no texto. A seguir, verificamos o papel actancial por ele assumido quando faz uso da concessão, e, segundo o pressuposto plantiniano, como a argumentação se desenvolve a partir do uso de construções das quais emerge a concessividade. Para a análise dos dados levantados, consideramos o contexto discursivo em que essas construções se inserem.

Em constante diálogo com os pressupostos teóricos da argumentação apresentados para esta pesquisa, sobretudo por Plantin (1996) e (2008), a análise dos textos foi feita no intuito de verificar as estratégias usadas pelo enunciador como reforço à argumentação. Tendo em vista o contexto discursivo, investigamos a motivação para a escolha de diferentes recursos linguísticos para evidenciar a concessão, associando essa escolha ao papel argumentativo dessas construções concessivas no gênero notícia. Postulamos haver uma

correlação entre os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos e a argumentatividade presente no discurso do enunciador das notícias. Por fim, a título ilustrativo, mostramos gráficos comparativos do uso da expressão da concessividade na notícia veiculada em um jornal local com o da notícia veiculada em um jornal de circulação nacional.

Em nosso trabalho, como é possível perceber pelos procedimentos descritos, a análise dos dados terá um caráter, predominantemente, qualitativo, visto que temos o interesse principal de apresentar as discussões suscitadas pela análise. A análise quantitativa foi utilizada principalmente para ilustrar melhor os resultados obtidos.

7. A EXPRESSÃO DA CONCESSIVIDADE NO GÊNERO NOTÍCIA: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos uma análise do papel da expressão da concessividade na construção da argumentação em notícias publicadas em jornais. Para tanto, adotamos uma perspectiva interacionista de argumentação na qual argumentar é pressupor uma divergência por parte do interlocutor e, nesse sentido, adiantar no discurso essa suposta divergência do interlocutor, desenvolvendo um discurso argumentativo.

Embasamo-nos, como já mencionamos, no modelo dialogal proposto por Plantin (1996 e 2008), que define a argumentação como uma forma de interação caracterizada pela presença de um discurso e de um contradiscurso, que se organizam como resposta a uma pergunta argumentativa; e no funcionalismo linguístico, que estuda a língua em seu contexto de uso, integrando o componente pragmático à semântica e à sintaxe. Nesse paradigma, a língua é vista como instrumento de interação, considerando-se, portanto, uma necessidade de se investigar como os falantes fazem uso das estruturas linguísticas para se comunicarem.

Dessa forma, buscamos analisar, considerando o contexto discursivo, como o produtor do gênero notícia usa a noção de concessividade para conduzir o ponto de vista de seu interlocutor.

Por uma questão metodológica, dividimos a análise em dois momentos: na primeira parte, apresentamos a análise geral dos dados dos dois jornais, a partir das categorias apresentadas na metodologia, observando como, ao expressar a concessividade, o enunciador constrói a argumentação na notícia; na segunda parte, apresentamos uma comparação dos resultados obtidos em cada jornal.

7.1 Aspectos sintático-semânticos

7.1.1 Caracterização da expressão da concessividade no gênero notícia

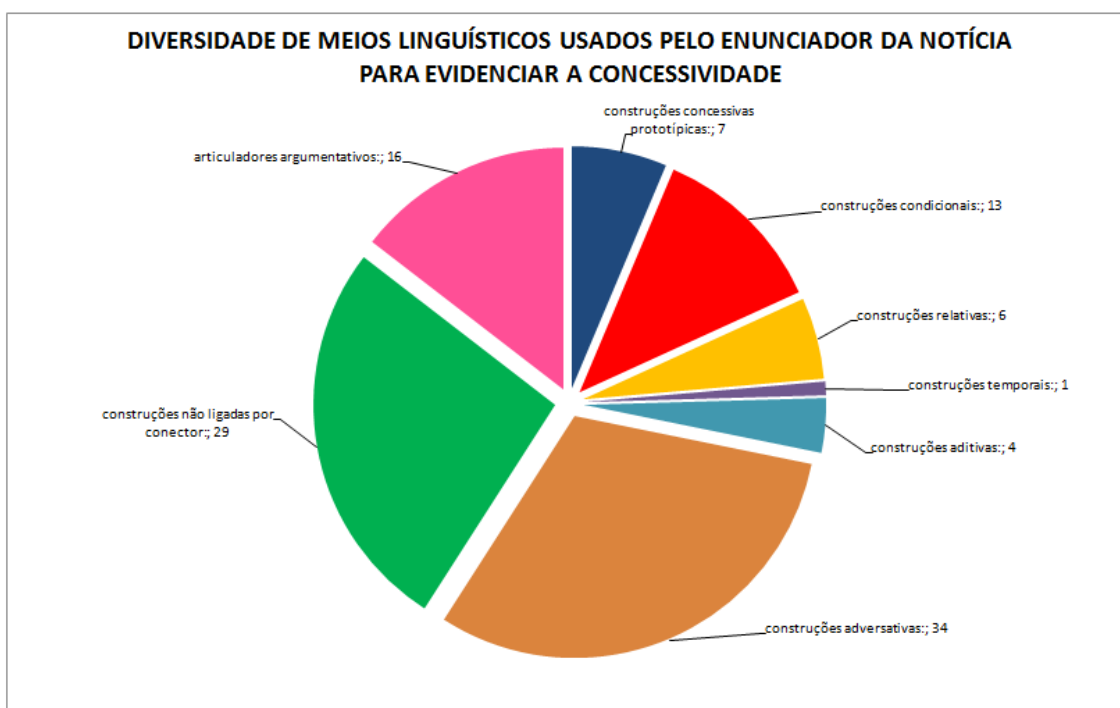
Conforme apresentamos na introdução deste trabalho, nosso objeto de pesquisa é o papel da expressão da concessividade no discurso do enunciador da notícia. Acreditamos que o uso de construções das quais emerge valor de concessão evidencia o desenvolvimento de um discurso argumentativo, mesmo num gênero como a notícia, que não se propõe argumentativo. Percebemos que, ao expressar a concessividade, o enunciador considera um

possível contradiscurso estabelecendo uma espécie de negociação com um interlocutor, iniciando um jogo argumentativo.

Como iremos correlacionar os aspectos sintático-semânticos e textual-discursivos ao desenvolvimento da argumentação no texto, após a leitura e a seleção das notícias sobre o vazamento do ENEM em 2011, publicadas em um jornal de circulação local e em um jornal de circulação nacional, procedemos à primeira parte de nossa análise no intuito de identificarmos os diferentes meios linguísticos usados pelo enunciador do gênero notícia para evidenciar a concessividade e, conseqüentemente, selecionarmos os dados de ocorrências.

Os resultados são apresentados no gráfico 1.

Gráfico 1

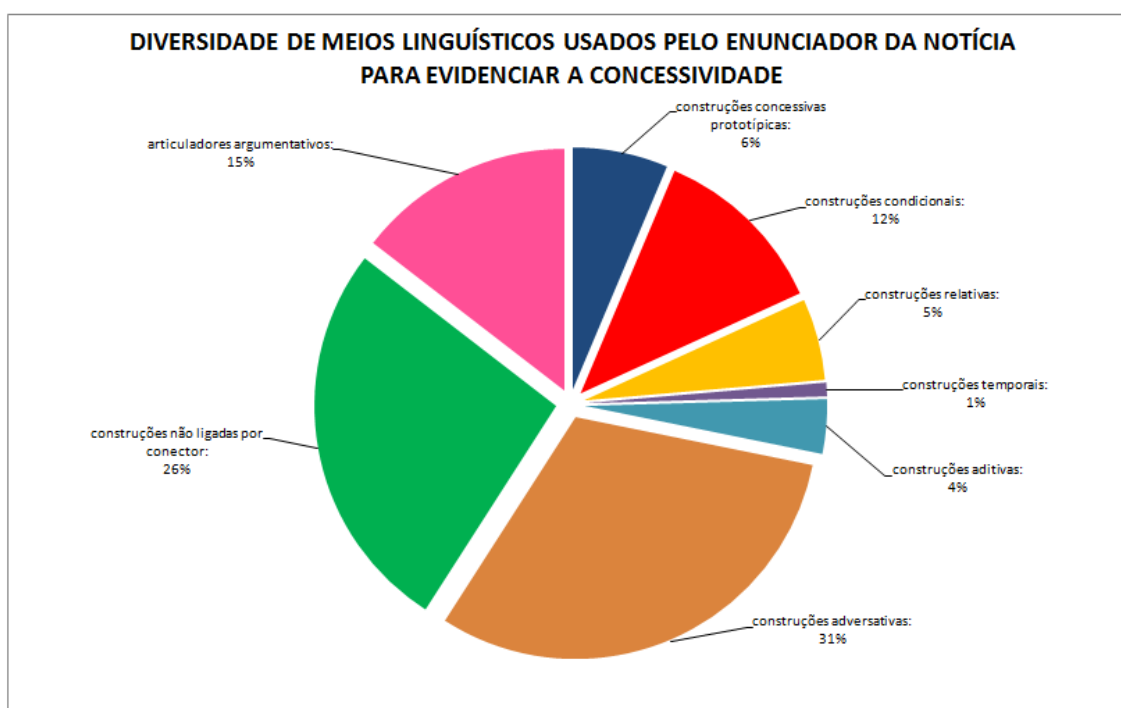


Como é possível perceber, ao observarmos o gráfico 1, a nossa hipótese de que, no texto da notícia, o enunciador usa diversos meios linguísticos para evidenciar a concessão é confirmada. Verificamos, em nosso *corpus*, uma diversidade de construções das quais emerge o valor de concessão, usadas pelo enunciador da notícia. Isso aponta para diversificadas configurações morfosintáticas dessas construções. Nos 20 textos analisados, identificamos 110 ocorrências de construções das quais emerge o valor de concessão. O tipo de construção mais usado foram as adversativas, num total de 34. Depois vieram as construções sem

conector explícito, num total de 29. Em seguida, temos 16 construções nas quais o valor de concessividade emerge de articuladores argumentativos. Estamos denominando *articuladores argumentativos* construtos nos quais o valor de concessividade emerge a partir de advérbios, locuções adverbiais, locuções prepositivas e palavras denotativas. Em seguida, identificamos 13 construções condicionais. Das 110 ocorrências identificadas, apenas 7 são prototipicamente concessivas, 6 são relativas, 4 são aditivas e 1 é temporal.

O resultado de ocorrências, em percentual, está ilustrado no gráfico 2.

Gráfico 2



A seguir, exemplificamos e comentamos o resultado obtido.

Percebemos que em 31% das ocorrências, o valor de concessão emerge de orações classificadas como adversativas. É o caso dos exemplos (01), (02) e (03).

(01) Antes do prazo estabelecido pelo juiz federal, o Inep tinha requisitado 10 dias para se manifestar previamente sobre a recomendação do MPF, “tendo em vista a complexidade do assunto”. Mas o pedido foi indeferido. (JCL 29/10/11) ⁵⁰

⁵⁰ Decidimos numerar as ocorrências do *corpus* a partir de 01 para distingui-las dos exemplos de outros autores. Alguns exemplos aparecerão em vários momentos da análise para ratificar defesas distintas.

(02) Diante da nova decisão do MEC, o Ministério Público Federal (MPF) no Ceará promete protocolar mais uma ação na tentativa de anular os 14 itens ou toda a prova para os candidatos do Brasil inteiro. O órgão já tentou isso outra vez e chegou a ganhar em primeira instância. Foi derrotado, porém, em instância superior. (JCL 22/12/11)

(03) Pais e alunos do Christus disseram que a apostila vazou a estudantes dos colégios Antares, Ari de Sá Cavalcante, Sete de Setembro e Farias Brito. As escolas negam acesso privilegiado, mas disseram que alunos do Christus podem ter repassado o material a outros estudantes. (JCN 28/10/11A)

De acordo com García (2004), há um parentesco entre as adversativas e as concessivas. Do ponto de vista genético, a adversidade é uma noção mais básica e geral que a concessividade, tanto na evolução histórica das línguas como no processo de aquisição da linguagem. Para o autor, elas compartilham uma relação de contraste, o que coaduna com as discussões apresentadas no decorrer deste trabalho.

Como a adversidade é uma noção mais básica, mais geral que a concessividade, as construções adversativas são estruturas mais simples, inclusive do ponto de vista cognitivo, constituindo-se, portanto, como estruturas *não-marcadas*; enquanto as concessivas prototípicas constituem estruturas mais elaboradas, sendo, portanto, estruturas *marcadas*⁵¹. Isso pode justificar o maior aparecimento de expressão da concessividade por meio de construções adversativas. Além disso, como no gênero notícia a linguagem usada normalmente é simples, o enunciador tende a usar estruturas mais simples no intuito de ser facilmente compreendido. Isso significa que construir a concessividade de uma determinada maneira, utilizando-se de uma estrutura linguística mais simples ou de outra mais complexa, é uma estratégia escolhida pelo enunciador a partir de sua necessidade comunicativa, com base no gênero escolhido.

Outro tipo de ocorrência bastante encontrada no *corpus* são as construções das quais emerge o valor de concessão sem a presença de um conector, que equivalem a 26% das ocorrências. Colocamos nos parênteses um conector adversativo, só para deixar mais evidente o jogo de oposição entre os enunciados. É o caso de:

(04) O Ministério da Educação afirmou não haver indício de vazamento da prova de 2011. (MAS) Tanto o governo quanto o colégio Christus sinalizaram que pode ter havido falha no sistema de pré-testagem das questões do exame nacional. (JCN 27/10/11)

⁵¹ Cf. capítulo 3, p. 44

(05) Inicialmente, o MEC identificou oito questões iguais.

(MAS) Ontem, concluiu que o simulado continha 14 questões do Enem. Elas haviam sido aplicadas no pré-teste realizado por duas turmas da escola em outubro de 2010 - os colégios que fazem o pré-teste são escolhidos por sorteio. (JCN 28/10/11A)

(06) Justiça Federal decidiu que todos os candidatos do Enem tenham acesso à própria redação. (MAS) MEC diz que irá recorrer. PF conclui inquérito e indicia 2 funcionários do colégio Christus (JCL 18/01/12)

Conforme Mattiessen & Thompson (1988), as relações de causa, concessão, condição podem ser inferidas e existem, ainda que nenhum conectivo seja utilizado. É o que percebemos nas ocorrências acima, que apresentam argumentos que se contrapõem.

Essas construções se assemelham com as adversativas do ponto de vista da independência sintática. Por outro lado, elas exigem maior raciocínio por parte do leitor, que precisa “preencher” o vazio entre as orações, o qual supostamente seria preenchido por um conector. Acreditamos que a incidência desse tipo de ocorrência se deva ao fato de a notícia não ser um gênero prototipicamente argumentativo, o que faz com que o enunciador se utilize de estratégias que reforcem o seu ponto de vista de uma maneira menos contundente. Nesse caso, o enunciador, ao manter uma aparente neutralidade, descompromete-se com o dizer (sob a aparência de não estar se posicionando sobre o que diz), colocando no leitor a responsabilidade da interpretação do enunciado.

Em 15% das ocorrências, o valor de concessão emerge de articuladores argumentativos, como as que se seguem:

(07) Estudantes de escola que publicou pelo menos 9 questões iguais ou muito parecidas às do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) terão de refazer as provas. MEC informa que novo exame acontece no fim de novembro (JCL 27/10/11)

(08) A escola é alvo de investigação da Polícia Federal por ter distribuído, 10 dias antes do Enem, apostilas contendo pontos idênticos ou muito parecidos com o pré-teste aplicado em outubro do ano passado. “Anular somente as questões dos alunos beneficiados não restabelece a isonomia. (...) De outro lado, anular as questões para todos os participantes também não restauraria a igualdade violada. (JCL 05/11/11)

(09) Um dos melhores colégios de Fortaleza antecipou em seu simulado, há duas semanas, ao menos oito questões que foram aplicadas nas provas do Enem, realizado no final de semana passado. (JCN 27/10/11)

(10) Por enquanto foram anuladas 14 questões para 639 alunos do Colégio Christus, de Fortaleza (CE). Esses estudantes tiveram contato com essas questões semanas antes do exame nacional, durante um simulado. (JCN 21/12/11)

Esses articuladores argumentativos são construções das quais o valor de concessividade emerge a partir de um advérbio ou locução adverbial, locução prepositiva ou palavra denotativa. Trata-se de expressões contrastivas, as quais exprimem a ideia de contra-expectativa que está no cerne da concessividade. Segundo Silva (2000), a contrastividade tem o papel de “demonstrar a opção do falante em relacionar um item dentre vários possíveis, conferindo-lhe realce e distinguindo-o de todos os demais, com fim de despertar a atenção do interlocutor” (SILVA, 2000, p. 233). Esse é exatamente o papel que percebemos nesses articuladores.

Em 12% das ocorrências, o valor de concessão emerge de construções tradicionalmente classificadas como condicionais, exemplificadas a seguir.

(11) Na manhã de ontem, o Ministério Público Federal no Ceará recomendou que o MEC anule o Enem. O procurador da República, Oscar Costa Filho, promete ingressar na justiça caso o MEC mantenha a decisão de anular as provas apenas de estudantes da escola de Fortaleza. (JCL 27/10/11)

(12) O Ministério Público Federal no Ceará pediu ao governo a anulação de todo o Enem, que contou com 4 milhões de participantes. Se não for atendido, o órgão diz que irá à Justiça. "O MEC procura soluções locais para um concurso que é nacional", afirmou o procurador Oscar Costa Filho. (JN 27/10/11)

Nas ocorrências (11) e (12), o argumento expresso na oração condicional não impede que o argumento expresso na oração base se realize, daí a contrastividade.

No âmbito do funcionalismo, temporalidade, causalidade, condicionalidade e concessividade estariam ao longo de um *continuum*. Para Neves (2000), a relação implicativa é asseverada nas causais, é hipotetizada nas condicionais e negada nas concessivas. Desse modo, a concessividade, estando ao final do *continuum*, constitui uma noção mais complexa.

Isso significa que, do ponto de vista cognitivo, a condicionalidade é menos complexa que a concessividade, o que pode justificar o aparecimento das condicionais em maior número que as concessivas prototípicas no *corpus*.

Apenas em 6% das ocorrências o valor de concessão emerge de construções prototipicamente concessivas. São as seguintes:

(13) A escola ressaltou “que a sistemática da TRI garante a igualdade de pontuação para a prova, mesmo que o número de questões seja diferente”. (JCL 05/11/11)

(14) O Inep informou que vai recorrer, apesar de não ter sido notificado ainda. (JCN 18/01/12)

(15) Na decisão, o presidente do TRF-5, Paulo Roberto de Oliveira Lima, disse que qualquer anulação não garantiria "em termos absolutos a neutralidade e isonomia desejáveis". Entretanto, ele afirmou que existe uma "desproporcionalidade gritante" entre alterar as notas de 639 estudantes e de 5 milhões de alunos. E, sem achar o que chamou de "solução ótima", optou por suspender a liminar. Para Lima, o problema revela falha "inconteste" na aplicação do Enem. (JCN 05/11/11)

(16) O professor afirmou que avaliava o conteúdo sem se preocupar com a origem das perguntas, sugeridas por mais de 50 professores, além de alunos e ex-alunos. (JCN 05/11/11)

(17) A direção do Christus nega irregularidades. Segundo o colégio, as questões estavam no banco de dados da escola e podem ter sido inseridas ali por alunos que fizeram o pré-teste, sem a escola saber. (JCN 31/10/11)

(18) A escola é alvo de investigação da Polícia Federal por ter distribuído, 10 dias antes do Enem, apostilas contendo pontos idênticos ou muito parecidos com o pré-teste aplicado em outubro do ano passado. “Anular somente as questões dos alunos beneficiados não restabelece a isonomia. (...) De outro lado, anular as questões para todos os participantes também não restauraria a igualdade violada. (...) Seja como for, a anulação geral também não seria neutra, ou seja, o resultado do Enem seria afetado e a lista de aprovados nos vários vestibulares sofreria várias alterações mais ou menos significativas”, argumentou Lima. (JCL 05/11/11)

(19) “O Mec pediu anulação para 639 sabendo que alunos do cursinho do colégio (320) tiveram acesso às questões. Por isso essa decisão é inexequível”. (JCL 05/11/11)

Como já mencionamos, as concessivas prototípicas são mais complexas do ponto de vista cognitivo, constituindo, portanto, estruturas *marcadas*, o que talvez justifique o aparecimento dessas construções em menor número no *corpus* analisado. Além disso, como o gênero notícia não é prototipicamente argumentativo, o enunciador, na tentativa de manter a aparente neutralidade de seu discurso, tende a usar menos estruturas que evidenciem a argumentação. Outro aspecto interessante do *corpus* é que, das sete ocorrências de concessivas prototípicas, três estão em citações, em que o enunciador se projeta como Terceiro. Vale salientar que consideramos a ocorrência (18) uma construção concessiva prototípica com base em Rosário (2012), que, ao analisar justaposições concessivas, mostra que construções como essa, em que há reduplicação do verbo com valor concessivo, “realçam o tom categórico do conteúdo da oração base” (ROSÁRIO, 2012, p. 156).

Em 5% das ocorrências, a concessividade emerge de construções relativas, como as que seguem:

(20) Durante a tarde de ontem, O Povo tentou conversar com representantes do colégio Christus. No começo da tarde, a assessoria de imprensa foi contatada e prometeu retorno, o que não aconteceu. (JCL 29/10/11)

(21) A jovem, que pediu para não ter o nome divulgado, afirma que recebeu “de forma banal” as quatro apostilas dias antes do Enem. “Todo dia a gente recebe vários materiais de várias matérias. Nos deram, mas não falaram pra gente fazer”, afirma. (JCL 31/10/11)

(22) Uma aluna do pré-vestibular do Christus, que não está no grupo que teve a prova cancelada, disse à Folha que também recebeu as questões. (JCN 31/10/11)

Como as concessivas prototípicas, as relativas explicativas são casos de hipotaxe. Portanto, tais construções se assemelham do ponto de vista sintático. As construções em análise introduzem uma informação que contrasta com a informação nuclear, daí podermos afirmar que elas apresentam um valor concessivo.

Em 4% de nossas ocorrências, a concessividade emerge de construções ligadas pelo conectivo *e*, tradicionalmente classificadas como aditivas. São as seguintes:

(23) O professor Jahilton Motta, coordenador pedagógico do colégio Christus, que entregou a alunos material com questões idênticas às do Enem, foi ouvido ontem na Polícia Federal e negou que tivesse conhecimento do vazamento das perguntas. (JCN 05/11/11)

(24) O MEC reforça não ter havido vazamento das provas do Enem, pois elas chegaram ao Ceará na sexta-feira, véspera do primeiro dia do exame, e o colégio entregou o material de revisão cerca de 10 dias antes. (JCL 27/10/11)

Em estudo realizado com advérbios espanhóis, Alárcon (2003, *apud* ROSÁRIO, 2012) identificou que o *e*, além da relação de adição, pode apresentar valor de adversidade e de concessividade. Segundo García (2004), essa interpretação contrastiva emerge do contexto linguístico e situacional. Percebemos que, nas construções apresentadas em (23) e (24), o que é expresso na oração introduzida pelo conectivo *e* contrasta com o que é expresso na oração anterior, daí seu caráter concessivo. Nesse caso, o enunciador usa um conectivo mais neutro para abrir espaço para o contradiscurso, o que ajuda a manter a aparente neutralidade do gênero notícia.

Em apenas 1% das ocorrências, o enunciador evidenciou a concessividade a partir de uma construção tradicionalmente temporal, o que equivale a apenas uma ocorrência, apresentada a seguir.

(25) Isso alterará a base de cálculos das notas dos alunos do colégio. Enquanto os demais candidatos terão 1000 pontos distribuídos nas 180 questões dos 2 dias de prova, os estudantes do Christus terão os mesmos 1000 pontos para 166 itens. (JCL 05/11/11)

Bechara (1954) aponta uma forte relação entre tempo e contraste, segundo o autor, “as relações entre o pensamento concessivo e o temporal se estreitam pelos contatos deste último com a ideia causal e condicional” (BECHARA, 1954). Pesquisas⁵² que estudam orações introduzidas pelo *quando* mostram que a incidência desse conector com valor concessivo não é muito frequente. Talvez isso explique tanto o fato de não encontrarmos nenhuma construção iniciada por esse conector em nosso *corpus*, quanto a pequena incidência de construção temporal com valor concessivo no *corpus* analisado.

No tópico seguinte, comentaremos aspectos relativos à posição das construções com valor concessivo em relação à informação base.

⁵² Cf. VARPORT <http://www.lettras.ufrj.varport>

7.1.1.1 A ordem das construções com valor concessivo

Como assumimos que a expressão da concessividade reflete a maneira como o enunciador organiza seu discurso para atingir seus propósitos comunicativos, consideramos importante analisar a posição que as construções com valor concessivo ocupam em relação ao argumento de base.

De acordo com Decat (2001), as construções concessivas caracterizam-se como opções organizacionais, ou de planejamento do discurso, portanto refletem a maneira como o falante decide transmitir seus argumentos. Isso reforça a ideia de que a ordem reflete a estratégia da qual o falante dispõe para a organização e a coesão de seus discursos.

Dada a diversificação das formas de expressão da concessividade usadas pelo enunciador da notícia, evidenciamos também uma diversidade com relação à posição das construções concessivas em nosso *corpus*.

As construções adversativas, por apresentarem rigidez quanto à posição, são sempre pospostas. Ao produzir uma construção adversativa, o falante enfatiza o membro remático, já nas concessivas a ênfase se dá no membro temático. Nas adversativas, o rema, elemento novo, não pode ser anteposto, daí a necessidade de essas construções se colocarem pospostas. É o que se observa na ocorrência (03).

(03) Pais e alunos do Christus disseram que a apostila vazou a estudantes dos colégios Antares, Ari de Sá Cavalcante, Sete de Setembro e Farias Brito. As escolas negam acesso privilegiado, mas disseram que alunos do Christus podem ter repassado o material a outros estudantes. (JCN 28/10/11A)

Como construções paratáticas, portanto com maior grau de independência sintática, as adversativas podem constituir um novo período, como se pode perceber em (01) e (02).

(01) Antes do prazo estabelecido pelo juiz federal, o Inep tinha requisitado 10 dias para se manifestar previamente sobre a recomendação do MPF, “tendo em vista a complexidade do assunto”. Mas o pedido foi interferido. (JCL 29/10/11)

(02) Diante da nova decisão do MEC, o Ministério Público Federal (MPF) no Ceará promete protocolar mais uma ação na tentativa de anular os 14 itens ou toda a prova para os candidatos do Brasil inteiro. O órgão já tentou isso outra vez e chegou a ganhar em primeira instância. Foi derrotado, porém, em instância superior. (JCL 22/12/11)

Outra característica dessas construções é que os conectores adversativos têm a possibilidade de articulação para além dos limites da frase, opondo-se ao que se diz em uma frase anterior ou até mesmo um parágrafo inteiro.

As construções aditivas com valor concessivo assemelham-se às adversativas, por isso, apresentam-se pospostas. É o que se percebe em (23).

(23) O professor Jahilton Motta, coordenador pedagógico do colégio Christus, que entregou a alunos material com questões idênticas às do Enem, foi ouvido ontem na Polícia Federal e negou que tivesse conhecimento do vazamento das perguntas. (JCN 05/11/11)

Nesse caso, percebemos que o *e* tem um papel relevante na macro-estrutura textual, visto que foge do seu papel de fazer o texto avançar buscando acréscimo para, semelhante ao *mas*, conduzir “o texto para rumos marcadamente desviantes” (NEVES, 2006, p. 254).

Nas construções sem conector explícito, a concessividade recai sobre o primeiro segmento, o que as assemelha às adversativas. É o que se percebe em (06):

(06) Justiça Federal decidiu que todos os candidatos do Enem tenham acesso à própria redação. (MAS) MEC diz que irá recorrer. PF conclui inquérito e indícia 2 funcionários do colégio Christus (JCL 18/01/12)

Nesse caso, a decisão do MEC de recorrer independe da decisão da Justiça Federal. Portanto o valor de concessão recai sobre o primeiro segmento.

As construções condicionais com valor concessivo, como as concessivas prototípicas, possuem mobilidade estrutural, por isso, podem ser antepostas, pospostas ou intercaladas. No *corpus*, a maioria é anteposta, 9 das 13 ocorrências. O exemplo (12) ilustra essa ocorrência.

(12) O Ministério Público Federal no Ceará pediu ao governo a anulação de todo o Enem, que contou com 4 milhões de participantes.
Se não for atendido, o órgão diz que irá à Justiça. "O MEC procura soluções locais para um concurso que é nacional", afirmou o procurador Oscar Costa Filho. (JCN 27/10/11)

Os articuladores argumentativos dos quais emerge concessividade se apresentam de forma bastante equilibrada no *corpus*, antepostos e intercalados. Em apenas uma ocorrência, ilustrada no exemplo (26), o articulador aparece posposto.

(26) O resultado do Enem, divulgado ontem, saiu com as anulações feitas. Os alunos atingidos tiveram 166 questões corrigidas, em vez de 180. A pontuação total da prova foi redistribuída entre os itens válidos. (JCN 22/12/11)

As concessivas prototípicas, que apresentam mobilidade quanto à posição por causa de sua função argumentativa, ocorreram no *corpus* de forma anteposta e posposta. Das 7 ocorrências, 5 foram pospostas, o que mostra que, de maneira geral, o enunciador primeiro apresentou seu ponto de vista para só depois ponderar a possível objeção do interlocutor.

As construções relativas, como se assemelham ao aposto, não permitem a anteposição. No *corpus*, a ocorrência como intercalada e como posposta foi bastante equilibrada. Das 7 ocorrências, 3 são intercaladas e 4 são pospostas.

A única construção temporal com valor concessivo que apareceu no *corpus* está anteposta ao núcleo. É o que se pode observar em (25).

(25) Isso alterará a base de cálculos das notas dos alunos do colégio. Enquanto os demais candidatos terão 1000 pontos distribuídos nas 180 questões dos 2 dias de prova, os estudantes do Christus terão os mesmos 1000 pontos para 166 itens. (JCL 05/11/11)

A posição das construções das quais emerge concessividade está relacionada a diferentes questões, dentre elas, a organização discursiva, a coesão textual e a distribuição de informação, por isso, é importante analisar o papel discursivo dessas construções. Essa análise será apresentada no tópico “Funções textual-discursivas das construções concessivas na notícia”.

7.1.2 A proposição relacional inferida

Para nossa análise, assumimos com Mann e Thompson (1983; 1985) que as proposições são inferências que emergem da articulação de orações. Baseamo-nos na análise apresentada por Decat (2001), em que a autora demonstra que, de uma mesma articulação de orações, pode emergir mais de uma proposição relacional.

Como já mencionamos, 34 das 110 ocorrências do *corpus* são adversativas. Consideramos, como Neves (2000), que dessas construções emerge uma contraposição de fatos, portanto um valor de concessão. É o que se percebe em (01) e (02).

(01) Antes do prazo estabelecido pelo juiz federal, o Inep tinha requisitado 10 dias para se manifestar previamente sobre a recomendação do MPF, “tendo em vista a complexidade do assunto”. Mas o pedido foi indeferido. (JCL 29/10/11)

(02) Diante da nova decisão do MEC, o Ministério Público Federal (MPF) no Ceará promete protocolar mais uma ação na tentativa de anular os 14 itens ou toda a prova para os candidatos do Brasil inteiro. O órgão já tentou isso outra vez e chegou a ganhar em primeira instância. Foi derrotado, porém, em instância superior. (JCL 22/12/11)

Podemos fazer a seguinte leitura: em (01), embora o Inep tenha requisitado 10 dias para se manifestar, o pedido foi indeferido; em (02), embora já tenha tentado a anulação e ganhado em primeira instância, o MPF foi derrotado.

Outro tipo de ocorrência bastante encontrada em nosso *corpus* são as construções das quais emerge o valor de concessão sem a presença de um conector. É o que podemos perceber em (06):

(06) Justiça Federal decidiu que todos os candidatos do Enem tenham acesso à própria redação. (MAS) MEC diz que irá recorrer. PF conclui inquérito e indícia 2 funcionários do colégio Christus (JCL 18/01/12)

Mesmo sem a presença do conector, podemos fazer a seguinte leitura: embora a Justiça Federal tenha decidido que todos os candidatos do ENEM tenham acesso à própria redação, o MEC diz que irá recorrer.

De acordo com García (2004), as conjunções não são totalmente fundamentais para expressar os diversos conteúdos semânticos que se estabelecem entre as orações. O autor salienta que há inúmeras línguas no mundo em que não existem conectores específicos para marcar hipotaxe ou parataxe. Decat (2001) salienta que uma análise com base, exclusivamente, no conectivo que encabeça a oração é inadequada, visto que a relação semântica que emerge desse tipo de oração não é explicitada pelo conectivo, mas reflete a relação que emerge da combinação de orações. A ideia dos autores supracitados corrobora a possibilidade de inferência que apresentamos.

Identificamos também em nosso *corpus* ocorrências de construções, classificadas pelas gramáticas tradicionais como condicionais, das quais emerge o valor de concessão, configurando a nosso ver uma construção concessiva. É o caso de (11) e (12).

(11) Na manhã de ontem, o Ministério Público Federal no Ceará recomendou que o MEC anule o Enem. O procurador da República, Oscar Costa Filho, promete ingressar na justiça caso o MEC mantenha a decisão de anular as provas apenas de estudantes da escola de Fortaleza. (JCL 27/10/11)

(12) O Ministério Público Federal no Ceará pediu ao governo a anulação de todo o Enem, que contou com 4 milhões de participantes.

Se não for atendido, o órgão diz que irá à Justiça. "O MEC procura soluções locais para um concurso que é nacional", afirmou o procurador Oscar Costa Filho. (JCN 27/10/11)

Nessas construções a possibilidade de ações opostas não impede a declaração principal. Em (11), o fato de o MEC manter a decisão não impede o procurador de ingressar na justiça; em (12), o fato de não ser atendido não impedirá o órgão de ir à justiça. Podemos perceber que há entre as concessivas e as condicionais algumas construções que mesclam características ou propriedades de ambas as construções.

A essas estruturas Givón (1994) denominou construções *condicionais-concessivas* ou *concessivo-condicionais*. Outros autores preferem chamá-las de *condicionais com matiz concessivo*⁵³. Para Gracia (2000), essas construções são híbridas, já que combinam características concessivas com características condicionais, o que é possível, neste caso, pela proximidade desses dois matizes semânticos. Da mesma forma como ocorre com as concessivas tradicionais, nas concessivo-condicionais, o contraste é estabelecido entre as duas partes da construção, e a subordinada desencadeia uma inferência contrária ao cumprimento da base.

Percebemos que, nessas orações, o conteúdo proposicional da concessiva baseia-se em uma suposição, uma hipótese, ou uma situação não-factual, por isso essas construções concessivas são do tipo eventual.

Mira Mateus *et alii*. (2003, p. 719) também abordam esse tipo de construção e as denominam *concessivas hipotéticas*. Segundo as autoras, os conectivos prototípicos para veicular essa noção são *mesmo que* e *mesmo se*, que possuem sentido simultaneamente contrastivo e condicional.

Em nossa tese, a partir do conceito de proposição relacional inferida, consideramos que podemos denominá-las construções concessivas eventuais. É interessante destacarmos que, no caso de (13), que é prototipicamente concessiva, também podemos denominar a ocorrência de construção concessiva eventual, já que ela decorre de uma suposição.

⁵³ Cf. Neves, 2000, p. 867.

(13) A escola ressaltou “que a sistemática da TRI garante a igualdade de pontuação para a prova, mesmo que o número de questões seja diferente”. (JCL 05/11/11)

Outra construção que merece destaque é a que se segue.

(27) O assessor especial do ministro, Nunzio Briguglio Filho, disse que não há nenhuma evidência de que os alunos do pré-vestibular tenham recebido as questões, mas, se isso ficar comprovado, eles podem ter de refazer o teste. (JCN 31/10/11)

Percebemos que nela há uma oposição, evidenciada pelo conector “mas”, seguida de uma hipótese evidenciada pela oração condicional, a qual já traz uma restrição.

Identificamos outra forma de construir a concessão em nosso *corpus*. É o que evidenciamos em (20).

(20) Durante a tarde de ontem, O Povo tentou conversar com representantes do colégio Christus. No começo da tarde, a assessoria de imprensa foi contatada e prometeu retorno, o que não aconteceu. (JCL 29/10/11)

O enunciador, a partir de orações tradicionalmente classificadas como adjetivas explicativas, contrapõe dois discursos: segmento nuclear “foi prometido retorno” e a expressão relativa “o retorno não aconteceu”.

Leitão (2009), estabelecendo uma relação entre as orações relativas e as hipotaxes adverbiais, também constatou em sua pesquisa que das orações relativas pode emergir o valor de concessão. A autora mostrou que a relação que aproxima essas construções das construções concessivas são os aspectos textual-discursivos.

Encontramos ainda construções ligadas pelo conectivo “e” das quais emerge o valor de concessão, como a que segue.

(23) O professor Jahilton Motta, coordenador pedagógico do colégio Christus, que entregou a alunos material com questões idênticas às do Enem, foi ouvido ontem na Polícia Federal e negou que tivesse conhecimento do vazamento das perguntas. (JCN 05/11/11)

Percebemos no exemplo um contraste de ideias, uma quebra de expectativa, ideia central das construções concessivas. Temos o contraste entre o fato de o professor ter entregado o material com questões idênticas ao exame para os alunos e o fato de ele negar o conhecimento do vazamento das perguntas. É importante destacar que o significado concessivo é acionado contextualmente, o que significa que só o contexto vai dizer qual inferência (adição ou concessão) é predominante. Outro aspecto interessante é observar que, com esse tipo de construção, o enunciador mantém a aparente neutralidade do gênero notícia.

Nesse contexto, produz-se uma ambiguidade pragmática em que tanto significado prototípico aditivo quanto o significado concessivo são acessados. Mais uma vez se comprova que, como afirma Decat (2001), a relação semântica que emerge da articulação de orações não é explicitada pelo conectivo, somente o contexto é capaz de desfazer essa ambiguidade.

Verificamos ainda no *corpus* várias ocorrências nas quais o valor de concessão emerge de “articuladores de oposição”, como em (07), (09) e (08) discutidos a seguir.

(07) Estudantes de escola que publicou pelo menos 9 questões iguais ou muito parecidas às do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) terão de refazer as provas. MEC informa que novo exame acontece no fim de novembro (JCL 27/10/11)

No exemplo (07), o enunciador abre espaço para uma possível objeção a respeito do número de questões. O articulador *pelo menos*, de acordo com Decat, limita o ponto de vista sob o qual pode ser considerada uma asserção. É interessante observarmos que, com essa “limitação”, o enunciador não pretende minimizar a situação, o efeito alcançado é justamente o contrário. É nesse caso que reside o contraste. O mesmo efeito pode ser observado em (09).

(09) Um dos melhores colégios de Fortaleza antecipou em seu simulado, há duas semanas, ao menos oito questões que foram aplicadas nas provas do Enem, realizado no final de semana passado. (JCN 27/10/11)

O articulador *ao menos* em nada ameniza o número de questões antecipadas pelo colégio, daí seu efeito contrastivo.

Vejamos as ocorrências (08) e (28).

(08) A escola é alvo de investigação da Polícia Federal por ter distribuído, 10 dias antes do Enem, apostilas contendo pontos idênticos ou muito parecidos com o pré-teste aplicado em outubro do ano passado. “Anular somente as questões dos alunos beneficiados não restabelece a isonomia. (...) De outro lado, anular as questões para todos os participantes também não restauraria a igualdade violada. (JCL 05/11/11)

(28) Com a anulação das 13 questões, muda a pontuação do Enem 2011. Por exemplo: ao invés de serem 180 itens valendo mil pontos, serão 167 valendo os mesmos mil. (JCL 01/11/11)

Os articuladores *de outro lado*, em (08), e *ao invés de*, em (28), expressam a ideia de contra-expectativa, a qual está no cerne da concessividade.

Encontramos ainda no *corpus*, como já mencionamos, uma ocorrência temporal da qual emerge valor de concessão, ilustrada a seguir:

(25) Isso alterará a base de cálculos das notas dos alunos do colégio. Enquanto os demais candidatos terão 1000 pontos distribuídos nas 180 questões dos 2 dias de prova, os estudantes do Christus terão os mesmos 1000 pontos para 166 itens. (JCL 05/11/11)

Sobre orações temporais com valor concessivo, Neves (2010) afirma que, em construções com *quando*, “o evento da principal apresenta-se como contrário à expectativa criada pelo evento temporal, e o efeito dialógico-argumentativo é o de oferecimento de objeção” (NEVES, 2010, p. 137-138). Decat (2001), como já apontamos, também analisou construções com o *quando* das quais emerge o valor de concessão.

Consideramos que, se em construções com o *quando* é possível inferir um valor concessivo, em outras construções de valor temporal isso também pode ocorrer. É o caso de (25), em que o evento principal “os estudantes do Christus terão os mesmos 1000 pontos para 166 itens” apresenta-se como contrário à expectativa criada pelo evento temporal “Enquanto os demais candidatos terão 1000 pontos distribuídos nas 180 questões dos 2 dias de prova”.

A análise aqui apresentada contribui para o ponto de vista que adotamos, de que somente considerando a natureza argumentativa da relação concessiva poderemos dar conta da complexidade dessa relação. Percebemos que, considerando as inferências que emergem da articulação das orações, o enunciador da notícia, com base em suas necessidades comunicativas, usa diferentes meios linguísticos para expressar a concessividade.

A seguir, apresentamos os aspectos textual-discursivos das construções concessivas na notícia.

7.2 Aspectos textual-discursivos

7.2.1 Funções textual-discursivas das construções concessivas na notícia

Como já mencionamos, consideramos que a concessividade resulta de um jogo opositivo entre o argumento do enunciador e aquilo que este pressupõe como objeção por parte do enunciatário. Nesse jogo de discursos, em que o enunciador conduz para o ponto de vista por ele defendido no texto, ambos os atores são construtores de sentido. Esse caráter dialógico nos faz perceber que as construções com valor de concessão constituem uma opção linguística relevante para a construção da argumentação no texto da notícia, espaço em que o enunciador organiza seu discurso não só para dar foco, relevo, mas também para construir a argumentação apresentando ressalva, avaliação, guia, ponte de transição, adendo.

Para verificar como o emissor desse gênero realiza essas opções na construção do discurso e estabelecer a relação entre forma e função, correlacionamos a ordem das construções concessivas aos conteúdos textual-semânticos e às funções textual-discursivas.

Como já mencionamos, as adversativas têm uma posição fixa. Estão sempre pospostas, como em (03) e (29):

(03) Pais e alunos do Christus disseram que a apostila vazou a estudantes dos colégios Antares, Ari de Sá Cavalcante, Sete de Setembro e Farias Brito. As escolas negam acesso privilegiado, mas disseram que alunos do Christus podem ter repassado o material a outros estudantes. (JCN 28/10/11A)

(29) No escritório do advogado da escola, Cândido Albuquerque, foi deixado um recado, mas não houve o prometido retorno. (JCL 28/10/11B)

De acordo com Neves (2001), “ao produzir uma construção de preferência (em que o sentido captado pelo receptor é *figura* e o sentido do emissor é *fundo*), o falante ou constrói uma adversativa, ou uma concessiva” (NEVES, 2001, p. 146). Percebemos, portanto, que a escolha por uma ou outra forma de estabelecer a contraposição, seja por meio de uma construção concessiva seja por meio de uma adversativa, é motivada por critérios discursivos.

No caso das adversativas, o enunciador dirige a atenção do leitor para a porção marcada pelo conector adversativo, colocando em relevo seu ponto de vista. Neves (2006) chama a atenção para o papel significativo do *mas* na organização textual. Para a autora, esse conector “é elemento de eleição privilegiada na abertura de novos caminhos que ele marca, de algum modo, divergentes ou discrepantes” (NEVES, 2006, p. 254), conduzindo o texto para rumos marcadamente desviantes.

Nos exemplos (10), (18) e (25), a construção concessiva, que está anteposta, funciona como tópico para a informação de base.

(10) Por enquanto foram anuladas 14 questões para 639 alunos do Colégio Christus, de Fortaleza (CE). Esses estudantes tiveram contato com essas questões semanas antes do exame nacional, durante um simulado. (JCN 21/12/11)

(18) A escola é alvo de investigação da Polícia Federal por ter distribuído, 10 dias antes do Enem, apostilas contendo pontos idênticos ou muito parecidos com o pré-teste aplicado em outubro do ano passado. “Anular somente as questões dos alunos beneficiados não restabelece a isonomia. (...) De outro lado, anular as questões para todos os participantes também não restauraria a igualdade violada. (...) Seja como for, a anulação geral também não seria neutra, ou seja, o resultado do Enem seria afetado e a lista de aprovados nos vários vestibulares sofreria várias alterações mais ou menos significativas”, argumentou Lima. (JCL 05/11/11)

(25) Isso alterará a base de cálculos das notas dos alunos do colégio. Enquanto os demais candidatos terão 1000 pontos distribuídos nas 180 questões dos 2 dias de prova, os estudantes do Christus terão os mesmos 1000 pontos para 166 itens. (JCL 05/11/11)

Nesses exemplos, a concessiva tem a função de orientação da oração, uma informação necessária ao que é relatado a seguir, fornecendo uma moldura à informação.

Vejamos as ocorrências (14), (19) e (20), todas pospostas ao núcleo.

(14) O Inep informou que vai recorrer, apesar de não ter sido notificado ainda. (JCN 18/01/12)

(19) “O Mec pediu anulação para 639 sabendo que alunos do cursinho do colégio (320) tiveram acesso às questões. Por isso essa decisão é inexecutável”. (JCL 05/11/11)

(20) Durante a tarde de ontem, O Povo tentou conversar com representantes do colégio Christus. No começo da tarde, a assessoria de imprensa foi contatada e prometeu retorno, o que não aconteceu. (JCL 29/10/11)

Em (14), o enunciador retoma o que acaba de asseverar, acrescentando um *adendo* à informação. Também em (20) a construção com valor concessivo, posposta, assemelha-se a um adendo, ou *afterthought*, que constitui um mecanismo de acréscimo, de explicação por realce. Desse modo, constitui uma estratégia argumentativa. Para Neves (2000), a posposição tem muito de adendo, é a porção do enunciado em que o falante volta ao que acaba de dizer, pesando, à posteriori, a objeção à sua proposição.

Em (19), a construção concessiva apresenta uma *avaliação* em relação ao que vem expresso na oração nuclear. A construção é usada pelo enunciador (no caso o procurador do MPF) para inserir um comentário avaliativo. Na sua opinião, a decisão é inexecutável exatamente porque o MEC sabia que os alunos do cursinho também tiveram acesso às questões. O aspecto avaliativo justifica a posposição da construção concessiva ao núcleo.

Identificamos no *corpus* construções com valor concessivo, pospostas e intercaladas, funcionando como uma *ressalva* a um predicado da oração nuclear. É o que percebemos em (17) e em (21).

(17) A direção do Christus nega irregularidades. Segundo o colégio, as questões estavam no banco de dados da escola e podem ter sido inseridas ali por alunos que fizeram o pré-teste, sem a escola saber. (JCN 31/10/11)

(21) A jovem, que pediu para não ter o nome divulgado, afirma que recebeu “de forma banal” as quatro apostilas dias antes do Enem. “Todo dia a gente recebe vários materiais de várias matérias. Nos deram, mas não falaram pra gente fazer”, afirma. (JCL 31/10/11)

De acordo com Neves (1997), normalmente, as construções intercaladas contribuem para a topicalização da informação nuclear. É o que percebemos em (21).

Para Givón (1990), as construções antepostas e intercaladas exercem função de reorientação temática, geralmente marcando rupturas temáticas no discurso. Os efeitos da posição se inscrevem, portanto, no domínio pragmático-discursivo.

Com a análise aqui empreendida, percebemos que a forma como a relação concessiva se apresenta na notícia reflete a maneira como o enunciador planejou seu discurso no intuito de persuadir o interlocutor e atingir seu propósito comunicativo, escolhendo deixar mais ou menos evidente o seu ponto de vista. Isso demonstra que a escolha por expressar a concessividade de uma determinada forma é motivada por aspectos pragmático-discursivos.

7.3 O papel da expressão da concessividade no discurso do enunciador da notícia

Conforme apresentamos no capítulo 4, adotamos a concepção plantiniana para o estudo da argumentação, considerada como uma interação entre discursos que se opõem. Para Plantin (1996), a interação argumentativa é uma situação de confrontação discursiva em que se adianta no discurso uma suposta divergência do interlocutor (contradiscurso). Nessa perspectiva, a argumentação é uma situação tripolar em que três actantes ocupam os papéis argumentativos de Proponente, Oponente e Terceiro.

Como intentamos analisar dois discursos divergentes dentro de um mesmo texto, buscamos identificar os papéis actanciais assumidos pelo enunciador da notícia a partir da expressão da concessividade. De acordo com Plantin (1999), um das questões importantes numa análise argumentativa é observar se se dá voz aos que se opõem e aos terceiros e como eles estão presentes em cena. Analisamos algumas ocorrências a fim de procedermos a essa investigação.

Vejamos a ocorrência que segue:

(30) De acordo com o comunicado, o colégio foi sorteado para a aplicação dos pré-testes que iriam para o banco nacional de itens. (MAS) Segundo o MEC, nem alunos nem escola sabiam que o pré-teste era para o Enem. (JCL 28/10/11A)

Em (30), temos dois argumentos que se contrapõem:

- 1 - O colégio foi sorteado para a aplicação dos pré-testes
- 2 - Nem os alunos, nem a escola sabiam que o pré-teste era para o ENEM.

Poderíamos fazer a seguinte leitura: embora tenha sido sorteado para a aplicação dos pré-testes, nem alunos, nem escola sabiam que o pré-teste era para o ENEM. Nesse contexto, o primeiro argumento, que tem valor concessivo, contraria o segundo argumento. Mesmo não havendo um conector explícito ligando as orações, percebemos essa contraposição de discursos, por isso foi possível parafraseá-la.

Temos instaurada no discurso uma questão: a escola sabia do pré-teste? A resposta lógica seria: se foi sorteada para o pré-teste, então sabia.

A partir da leitura que propomos, no primeiro segmento, o enunciador, ao pressupor uma possível objeção por parte do enunciatário, assume o papel de Oponente. No segundo

segmento, apresenta-se como Proponente, conduzindo o interlocutor para o segundo argumento que, de certa forma, isenta a escola. É interessante observarmos que na proposição, o enunciador ameniza o comprometimento do seu discurso, quando introduz o segmento argumentativo com “segundo o MEC”.

Analisemos a ocorrência (03):

(03) Pais e alunos do Christus disseram que a apostila vazou a estudantes dos colégios Antares, Ari de Sá Cavalcante, Sete de Setembro e Farias Brito. As escolas negam acesso privilegiado, mas disseram que alunos do Christus podem ter repassado o material a outros estudantes. (JCN 28/10/11A)

Em (03), temos dois argumentos que se contrapõem:

- 1 – As escolas negam acesso privilegiado
- 2 – Disseram que alunos do Christus podem ter repassado o material

Poderíamos fazer a seguinte leitura: embora tenham negado acesso privilegiado, as escolas disseram que alunos do Christus podem ter repassado o material disseram. A partir dessa proposta de leitura, percebemos que o primeiro segmento, que tem valor concessivo, contraria o segundo argumento. Temos instaurada no discurso uma questão: as escolas tiveram acesso privilegiado? A conclusão seria: se não tiveram, então os estudantes também não tiveram.

No primeiro segmento o enunciador pressupõe uma objeção por parte do enunciatário, antecipando em seu discurso, o discurso do outro, por isso assume o papel de Oponente. No segundo, ele assume o papel de Proponente. É interessante observarmos que o que prevalece é a proposição do enunciador que conduz para a conclusão de que “os alunos do Christus podem ter repassado o material...”. Esse argumento está introduzido pelo conectivo adversativo, o que confere realce ao argumento defendido pelo enunciador. Para Travaglia (2002), uma construção como essa, em que o enunciador destaca um argumento que julga fundamental para chegar a um propósito, tem *relevo argumentativo*, já que o enunciador conduz o fluxo de atenção do enunciatário para a conclusão contrária à objeção apresentada por este.

É interessante destacar que, da forma como o enunciador coloca no texto, parece que as próprias escolas assumem a possibilidade de os alunos terem acesso às questões. Nesse

sentido, ao usar o discurso reportado, o enunciador transfere a responsabilidade do que diz para a própria escola.

Analisemos a ocorrência (13):

(13) A escola ressaltou “que a sistemática da TRI garante a igualdade de pontuação para a prova, mesmo que o número de questões seja diferente”. (JCL 05/11/11)

Em (13), temos dois argumentos que se contrapõem:

- 1 – A sistemática da TRI garante igualdade de pontuação para a prova
- 2 – O número de questões é diferente

Nesse caso, é o segundo argumento que se contrapõe ao primeiro, visto que a concessão está posposta à oração de base.

Em (13), percebemos que o enunciador assume o papel de Terceiro, já que apresenta o argumento da escola. Esta, ao inserir uma construção concessiva, se antecipa a uma possível questão por parte do enunciatário do tipo: “Como garantir a igualdade de pontuação dos alunos com o número de questões diferentes?”. Para Plantin (1996), na medida em que aquilo que está em jogo na troca argumentativa ultrapassa os parceiros diretamente implicados, quais sejam Proponente ou Oponente, tem-se o Terceiro, que representa os membros do público interessado pela troca que a testemunham. No caso de (13), é um Terceiro que pressupõe uma possível objeção e a antecipa na oração concessiva, diferentemente de (30) e de (03), em que a oposição é construída pelo próprio enunciador da notícia.

A inserção do Terceiro é frequente num gênero como a notícia, já que, para atestar a veracidade dos fatos e muitas vezes para descomprometer-se com o argumento apresentado, o enunciador apresenta a “voz” dos envolvidos no fato informado. Na notícia é importante não só relatar o fato, mas abrir espaço para que o leitor possa tirar a própria conclusão dos fatos. Nesse sentido, ao assumir a voz do Terceiro, antecipando as possíveis questões por parte do enunciatário, o enunciador confere argumentatividade à notícia.

Com esses exemplos, percebemos que, na notícia, o enunciador evidencia a concessividade colocando em cena os três actantes propostos por Plantin (Proponente, Oponente e Terceiro) a partir de sua necessidade de comprometer-se mais ou menos com o seu discurso.

Do ponto de vista da argumentação, a pressuposição é fundamental. Plantin (1996), em seu modelo dialogal, chama a atenção para o fato de o argumentador, numa interação argumentativa, ter que pressupor um elemento sobre o qual seus parceiros não estão explicitamente de acordo.

No caso da concessividade, percebemos que o diálogo se estabelece a partir de pressuposições⁵⁴ que o enunciador faz no sentido de conduzir o interlocutor a determinados raciocínios.

Em (13), a intenção da escola é reforçar a ideia de que a sistemática adotada pelo Mec (TRI) garante a igualdade de pontuação na prova. Porém o enunciador prevê que o interlocutor poderia se contrapor a esse argumento com uma objeção do tipo: “mas como se o número de questões é diferente?”. A partir dessa pressuposição, o falante organiza seu discurso no sentido de chamar a atenção para o argumento por ele proposto. Nesse caso, em que a construção concessiva está proposta, ele primeiro assevera seu argumento, para depois apresentar a provável objeção.

Para Decat (1996), a forma como o falante organiza o discurso, reflete a sua intenção comunicativa. Nesse caso, o enunciador, ao colocar a suposta objeção em posição posposta, coloca o argumento do outro numa posição de desprestígio como uma estratégia argumentativa.

O exemplo (13) corrobora a ideia defendida por Neves (1999), que aponta duas etapas para o pensamento concessivo: uma de elaboração da hipótese de uma objeção do ouvinte e outra de refutação a essa objeção. Cabe ao falante, então, a partir de sua intenção, decidir se deve primeiro apresentar a possível objeção do ouvinte, para depois refutá-la, ou refutar essa possível objeção para depois admitir.

Plantin (1996) também aborda a questão de refutação no discurso argumentativo. Para ele, “do ponto de vista concreto da argumentação como interação, uma proposição é refutada quando é abandonada pelo Proponente”. No caso das relações concessivas, o argumento do Oponente, apesar de ser trazido para a argumentação em forma de concessão, é de certa forma “abandonado pelo Proponente” que conduz o interlocutor a assumir que sua objeção não é pertinente para o ponto de vista apresentado.

Para Plantin (1996), numa interação argumentativa, o Proponente reconstrói, em seu discurso, o discurso do Oponente na tentativa de prevenir as objeções que poderão “enfraquecer” a argumentação.

⁵⁴ Pressuposição diz respeito às inferências que partem de elementos não explícitos no texto.

Observamos que a expressão de concessividade evidencia exatamente essa reconstrução no discurso do Proponente, que antecipa, em seu discurso, o discurso do outro para conduzir ao argumento defendido no texto. É exatamente isso que percebemos nos exemplos anteriores.

Analisemos o exemplo (18):

(18) A escola é alvo de investigação da Polícia Federal por ter distribuído, 10 dias antes do Enem, apostilas contendo pontos idênticos ou muito parecidos com o pré-teste aplicado em outubro do ano passado. “Anular somente as questões dos alunos beneficiados não restabelece a isonomia. (...) De outro lado, anular as questões para todos os participantes também não restauraria a igualdade violada. (...) Seja como for, a anulação geral também não seria neutra, ou seja, o resultado do Enem seria afetado e a lista de aprovados nos vários vestibulares sofreria várias alterações mais ou menos significativas”, argumentou Lima. (JCL 05/11/11)

Em (18) temos um caso de “reduplicação concessiva”⁵⁵. Rosário (2012) identificou construções concessivas justapostas como essas, denominando-as meso-construções concessivas. O autor chama a atenção para o fato de construções como essa evidenciarem a busca do enunciador por uma forma mais econômica de se referir a qualquer pessoa de forma universal. No texto da notícia (JCL 05/11/2011), o foco é a queda da liminar que suspendia o ENEM para todo o país. O enunciador vinha chamando a atenção para o fato de a escola ser alvo de investigação e colocou “a fala” do juiz que suspendeu a liminar, o qual justifica a própria atitude. Nesse caso, é a voz do Terceiro, que prevê a possível crítica a sua atitude e usa a concessão para reforçar a ideia de que, qualquer que fosse a decisão, haveria prejuízo, mas aquele era o menor.

Analisemos a ocorrência (20):

(20) Durante a tarde de ontem, O Povo tentou conversar com representantes do colégio Christus. No começo da tarde, a assessoria de imprensa foi contatada e prometeu retorno, o que não aconteceu. (JCL 29/10/11)

Em (20), o enunciador destaca o fato de a instituição que ele representa ter tentado entrar em contato com o colégio e acrescenta a construção relativa, com valor concessivo, que funciona como um adendo à informação de base.

⁵⁵ Para Azeredo (1990, p. 105), a reduplicação concessiva é uma variação enfática da estrutura concessiva em que se realça o tom categórico do conteúdo da oração base.

Os exemplos analisados corroboram o que Plantin (1996) denominou de “argumentação pela circunstância”, que tem a ver com a perspectiva adotada pelo enunciador. Para o autor, “aquilo que é essencial e aquilo que é acessório numa situação é objeto de uma verdadeira montagem discursiva, que deve ser vista como uma forma argumentativa de definição”.

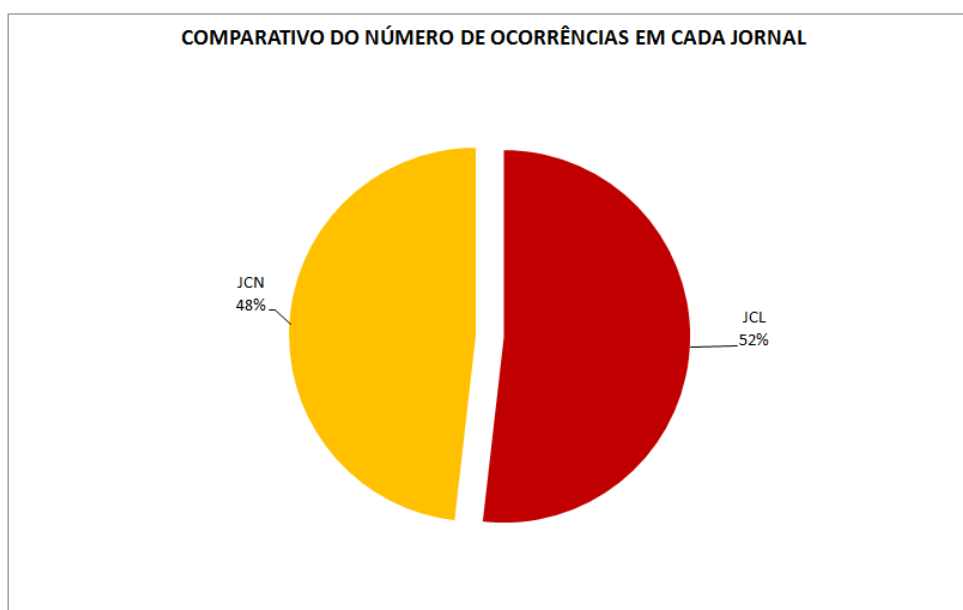
Percebemos que, no caso da notícia, o enunciador organiza o seu discurso no sentido de dar “o melhor ângulo” à informação, com vistas a fazer o enunciatário aceitar como fato aquilo que é noticiado. Assim constrói a concessividade usando diferentes construções linguísticas como recursos para conduzir a direção interpretativa do interlocutor. Ao antever uma objeção por parte do interlocutor, o enunciador a apresenta a partir de diferentes recursos linguísticos, projetando-se no discurso, ora como Proponente, ora como Oponente, ora como Terceiro, a depender do que convém para os propósitos do texto.

Por tudo que evidenciamos na análise aqui empreendida, confirmamos nossa hipótese básica de que o uso de construções com valor de concessividade evidencia o desenvolvimento de um discurso argumentativo, mesmo num gênero que não se propõe argumentativo, como a notícia.

7.4 O uso da expressão de concessividade em cada jornal

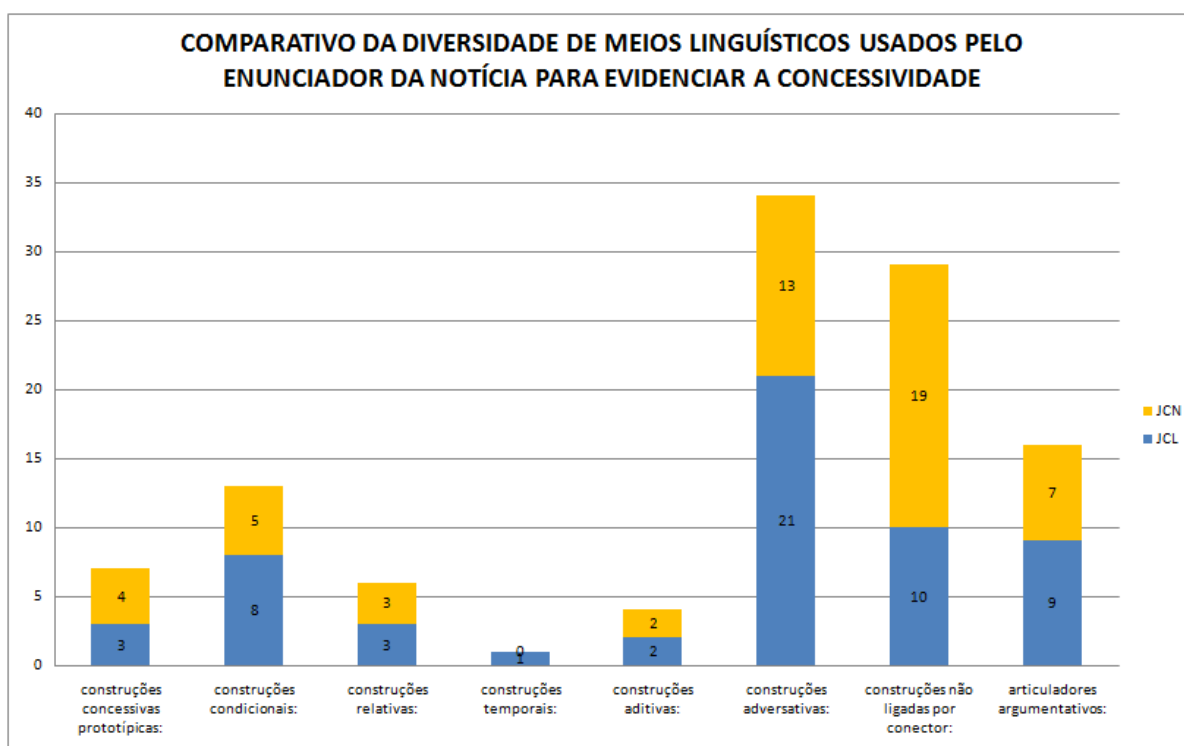
Os gráficos 3 e 4 ilustram o uso da expressão da concessividade em cada jornal.

Gráfico 3



A partir do gráfico 3 é possível perceber que, em número de ocorrências, o uso da expressão da concessividade pelos enunciadores dos dois jornais foi bastante equilibrado. Das 110 ocorrências, 48% (que equivalem a 53 ocorrências) foram usadas no jornal de circulação nacional e 52% (que equivalem a 57 ocorrências) foram usadas no jornal de circulação local.

Gráfico 4



O gráfico 4 apresenta o número de ocorrências em cada jornal por tipo de construção concessiva. Embora não tenhamos apresentado nenhuma hipótese que previsse a comparação entre os jornais, alguns casos nos chamaram a atenção e consideramos interessante mencioná-los.

Para melhor compreensão, o resultado apresentado no gráfico 4 está demonstrado no quadro 6, a seguir:

Quadro 6 – Comparativo da diversidade de meios linguísticos usados pelo enunciador da notícia para evidenciar a concessividade nos dois jornais

MEIOS LINGÜÍSTICOS USADOS PELOS ENUNCIADORES	JCL	JCN
CONCESSIVAS PROTOTÍPICAS	3	4
CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS	8	5
CONSTRUÇÕES RELATIVAS	3	3
CONSTRUÇÕES TEMPORAIS	1	0
CONSTRUÇÕES ADITIVAS	2	2
CONSTRUÇÕES ADVERSATIVAS	21	13
CONSTRUÇÕES NÃO LIGADAS POR CONECTOR	10	19
ARTICULADORES ARGUMENTATIVOS	9	7

De acordo com o quadro 4, percebemos uma distribuição bastante equilibrada de cada tipo de construção com valor concessivo no jornal de circulação local e no jornal de circulação nacional. Percebemos, porém, uma diferença acentuada no uso das construções tradicionalmente classificadas como adversativas. Das 34 ocorrências do *corpus*, 21 estão no

jornal de circulação local e 13 no jornal de circulação nacional. Outra diferença acentuada que percebemos é o uso das construções com valor de concessão sem conectivo explícito. Das 29 ocorrências do *corpus*, 10 estão no jornal de circulação local e 19 no jornal de circulação nacional.

Como analisamos no item 7.1.1, o uso dessas construções reflete a intenção do enunciador de deixar mais ou menos evidente o caráter argumentativo do seu discurso. Acreditamos que essa diferença na incidência das construções nas notícias analisadas pode ter a ver com o fato de o enunciador do texto estar mais ou menos próximo do fato noticiado, visto que, nas notícias do jornal de circulação local (que circula na cidade onde o fato aconteceu), há maior incidência do uso de construções adversativas, as quais dão relevo ao argumento do enunciador; enquanto no jornal de circulação nacional há maior incidência do uso de construções com valor de concessão sem conectivo explícito, nas quais é o leitor que constrói a oposição de argumentos. Nessa perspectiva, nas notícias publicadas no jornal de circulação local, o enunciador, ao fazer uso de construções com conectivos adversativos, torna a argumentação mais evidente em seu discurso; enquanto, nas notícias publicadas no jornal de circulação nacional, o enunciador, ao fazer uso de construções sem conectivo explícito, mantém a aparência de um discurso não argumentativo.

Como não há, em nosso trabalho, nenhuma hipótese que preveja a comparação entre os dois jornais, os resultados aqui apresentados são apenas ilustrativos, mas apontam para o fato de que o fenômeno estudado pode derivar ainda inúmeras discussões.

8 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o papel da expressão da concessividade no discurso do enunciador do gênero notícia. Para tanto, embasamo-nos, como já mencionamos, no modelo dialogal proposto por Plantin (1996 e 2008), que define a argumentação como uma forma de interação na qual atuam três actantes os quais ocupam os papéis argumentivos de Proponente, Oponente e Terceiro; e no funcionalismo linguístico, que estuda a língua em seu contexto de uso, integrando o componente pragmático à semântica e à sintaxe. Nesse paradigma, a língua é vista como instrumento de interação, considerando-se, portanto, uma necessidade se investigar como os falantes fazem uso das estruturas linguísticas para se comunicarem.

Os pressupostos apresentados por Plantin (1996 e 2008) contribuíram para que adotássemos uma perspectiva interacionista, considerando que a atividade argumentativa deve ser abordada como uma forma de interação que se caracteriza pela presença de um discurso e de um contradiscurso, que se organizam como resposta a uma questão.

Em nossa análise, consideramos que a argumentação está presente em manifestações da linguagem em que ocorre um encontro de discursos co-construídos pelos interlocutores, por isso consideramos que na notícia, texto não considerado tipicamente argumentativo, o enunciador, ao evidenciar a concessividade, desenvolve uma interação argumentativa.

Os pressupostos funcionalistas aqui apresentados trouxeram inúmeras contribuições para este trabalho, visto que nos possibilitou analisar as condições discursivas em que se verifica o uso da expressão da concessividade relacionando-a ao propósito argumentativo.

Ao analisarmos os aspectos sintáticos, verificamos, em nosso *corpus*, uma diversidade de construções das quais emerge o valor de concessão, usadas pelo enunciador da notícia, tais como: construções adversativas, construções sem conector explícito, articuladores argumentativos (advérbios, locuções adverbiais, locuções prepositivas e palavras denotativas, advérbios, locuções adverbiais, locuções prepositivas e palavras denotativas), construções concessivas prototípicas, construções relativas, construções condicionais, construções aditivas e construção temporal.

Ao analisarmos os aspectos semânticos, percebemos que o valor de concessão pode ser inferido a partir de diferentes construções, o que contribuiu para corroborar o ponto de vista que adotamos de que somente considerando a natureza argumentativa da relação concessiva poderemos dar conta da complexidade dessa relação.

Ao analisarmos os aspectos textual-discursivos, constatamos que, de uma maneira geral, as construções com valor de concessão funcionam como uma espécie de moldura da informação nuclear, constituindo-se, portanto, como *fundo*. Essas construções se organizam dentro do enunciado de acordo com a intenção do enunciador de apresentar uma avaliação ou um adendo, constituir um tópico, ou um guia para o argumento apresentado. Percebemos ainda, com a análise apresentada, que a escolha por diferentes formas de estabelecer a contraposição é motivada por critérios discursivos. De acordo com sua necessidade comunicativa, o enunciador escolhe uma construção mais ou menos marcada para expressar a concessividade e daí desenvolver a argumentação no texto.

Para a análise do papel da expressão da concessividade na construção da argumentação em notícias publicadas em jornais, adotamos uma perspectiva interacionista de argumentação na qual argumentar é pressupor uma divergência por parte do interlocutor e, nesse sentido, adiantar no discurso a suposta divergência do interlocutor, desenvolvendo um discurso argumentativo. A investigação confirmou que a expressão da concessividade evidencia exatamente esse momento da interação argumentativa, em que o enunciador da notícia, pressupondo uma possível objeção por parte do interlocutor, desenvolve uma interação argumentativa.

Ao analisarmos o papel da expressão da concessividade no discurso do enunciador da notícia, constatamos que o enunciador dá voz aos que se opõem e aos terceiros, colocando-os em cena no momento da interação. Percebemos ainda que o enunciador da notícia, ao organizar o seu discurso no sentido de dar “o melhor ângulo” à informação, constrói a concessividade usando diferentes construções linguísticas como recursos para conduzir a direção interpretativa do interlocutor. Ao antever uma objeção por parte do interlocutor, apresenta-a a partir de diferentes recursos linguísticos, projetando-se no discurso, ora como Proponente, ora como Oponente, ora como Terceiro, a depender do que convém para os propósitos do texto.

Com o estudo empreendido, confirmamos que o uso de construções com valor de concessividade evidencia o desenvolvimento de um discurso argumentativo, mesmo num gênero que não se propõe argumentativo, como a notícia.

Por tudo que foi exposto, acreditamos na contribuição de nosso trabalho para os estudos funcionalistas, já que adotamos uma reflexão para além do nível sentencial, de modo a explicar o uso da expressão da concessividade em seu contexto discursivo.

Acreditamos que nosso trabalho contribui especialmente para o estudo da argumentação, por adotarmos uma perspectiva crítica de análise nos termos de Plantin (1996 e 2008), e, conseqüentemente, para a Linguística Aplicada.

Acreditamos ainda que trabalhos como este, mesmo que de uma maneira indireta, viabiliza reflexões para um ensino de língua produtivo e, conseqüentemente, para a formação de leitores capazes de se pronunciar com criticidade e de produtores capazes de se posicionar criticamente.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. **Les textes: types et prototypes**. Paris: Naham, 1992.

_____. **Études de linguistique appliquée: testes, discours types et genres**. Paris: Nathan, 1991.

ANDERSEN, E. L. Por um tratamento polifônico-discursivo da segunda pessoa. *In*: BARBISAN, Leci Borges (org.) A construção do sentido no discurso. **Cadernos de pesquisa em linguística**, v.2, n.1. Porto Alegre-SP: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

ANSCOMBRE, J. C. Grammaire traditionnelle et grammaire argumentative de la concession. **Revue internationale de philosophie**. Langage, argumentation et pédagogie, 1985.

ANSCOMBRE, J. C. & DUCROT, O. **L'argumentation dans la langue**. Bruxelas: Mardaga, 1985.

ARÊAS, A. M. O processo concessivo-adversativo. (s/d) Disponível em <http://www.estacio.br/graduação/direito>. Acesso em 20 de junho de 2012.

AZEREDO, J. C. **Iniciação à sintaxe do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

AZEVEDO, T. M. de. Semântica argumentativa: esboço de uma descrição do sentido do discurso. *In*: BARBISAN, Leci Borges (org.) A construção do sentido no discurso. **Cadernos de pesquisa em linguística**. v.2, n.1. Porto Alegre-SP: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

BAKHITIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBISAN, L. B. Um sentido do adjetivo no discurso. *In*: BARBISAN, Leci Borges (org.) A construção do sentido no discurso. **Cadernos de pesquisa em linguística**. v.2, n.1. Porto Alegre-SP: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

BCKER, J. P. L. Descrever é argumentar: a articulação argumentativa entre sequências descritivas e sequências narrativas. *In*: BARBISAN, Leci Borges (org.) A construção do sentido no discurso. **Cadernos de pesquisa em linguística**, v.2, n.1. Porto Alegre-SP: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

_____. **Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1954.

BENASSI, M. V. B. O gênero “notícia”: uma proposta de análise e intervenção. *In*: CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS. v. 3 **Anais...** Maringá, 2009, p. 1791-1799.

BEZERRA, C. A. R. **Articulação hipotática adverbial e argumentação: uma análise do uso de orações concessivas em artigos de opinião e editoriais**. 2006. 107p. Dissertação (Mestrado em linguística). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

_____. **O ensino da articulação hipotática adverbial**. Monografia (Especialização em ensino de língua portuguesa). Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, 2004.

BIASI-RODRIGUES, B. **A diversidade de gêneros textuais no ensino: um novo modismo?** v. 20. Florianópolis: Perspectiva, 2002.

BRANDÃO, H. N. **Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobrás**. São Paulo: Unesp, 1998.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares nacionais. Língua Portuguesa: terceiro e quarto ciclos**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRONCKART, J. P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: EDUC, 1999.

CARVALHO, C. dos S. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas. **Vereadas: Conexões de orações**. v. 14/15. Juiz de Fora, 2004.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da língua Portuguesa**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Tradução Ângela S. M. Corrêa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, C. F. da. e CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, D. de A. C. da. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel e BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

DECAT, M. B. N. Relações adverbiais e gênero do discurso. **Cadernos de estudos linguísticos**, n. 28. Campinas: UNICAMP/ IEL, 1995.

_____. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: Decat *et al.* (orgs.). **Aspectos da gramática do português – uma abordagem funcionalista**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2001.

DIK, Simon C. **The theory of functional grammar**. Dordrecht- Holland/ Providence. RI-EUA: Foris Publications, 1989.

_____. **The Theory of Functional Grammar**, v. 1, 2 ed. by HENGVELD (Keess). Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

DOLZ, J. SCHNEUWLY, B. **Gêneros orais e escritos na escola**. Trad. Roxane Rojo e Glaís Sales cordeiro. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

DUCROT, O. **Dire et ne pas dire: Principes de sémantique linguistique**. Paris: Hermann, 1972.

_____. **La preuve et le dire**. Tours: Mame, 1973.

_____. **Polifonia y argumentacion**. Cali: Universidad del Valle, 1990.

_____. Quelques raisons de distinguer “locuteurs” et “énonciateurs”. *Polyphonie – linguistique ET littéraire: les polyphonistes acandinaves*. **Roskilde**. n. 3, p. 19-41, maio de 2001.

FREITAS, E. C. de. A teoria da argumentação na língua: blocos semânticos e a descrição do sentido no discurso. In: BARBISAN, Leci Borges (org.) *A construção do sentido no discurso. Cadernos de pesquisa em linguística*. v.2, n.1. Porto Alegre-SP: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

FURTADO DA CUNHA, M. A., OLIVEIRA, M. R. de e MARTELOTTA, M. E. (orgs.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GARCÍA, Á. L. Relaciones paratáticas e hipotáticas. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. (Org.). **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**. Madrid: Espasa, 2004a.

GIVÓN, T. From discourse to syntax: grammar as a processing stratgy. In: GIVÓN, Talmy. **Syntax and semantics. Discourse and syntax**. v. 12, p. 81- 112. Nova York: Academic Press, 1979.

_____. **Syntax: a functional typological introduction**. v. 2. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

_____. **English Grammar**. vol 2. Amsterdam: John Benjamins, 1994.

_____. **Functionalism and grammar**. Amsterdã: Jonh Bejamins, 1995.

GOUVÊA, L. H. M. Concessão e conectores. **Scripta**. v. 5, n. 9, 2º sem. Belo Horizonte, 2001.

GRAEFF, T. F. Resumo de texto: hierarquização de blocos semânticos e seleção de encadeamentos. In: BARBISAN, Leci Borges (org.) *A construção do sentido no discurso. Cadernos de pesquisa em linguística*. v.2, n.1. Porto Alegre-SP: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

GRIZE, J. B. **Logique et langage**. Gap: Ophrys, 1999.

HALLIDAY, M. A. K. **Explorations in the functions of language**. Londres: Edward Arnold, 1973.

_____. **An introduction to functional grammar**. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R.. **Coesion in English**. London: Longman, 1976.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. e HEINE, B. (eds) **Approaches to grammaticalization**, v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

HOPPER, P. J. e TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2002.

LAGE, N. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Linguagem jornalística**. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

_____. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 2006.

LEITÃO, R. J. **Relativas explicativas: aspectos sintático-semânticos e textual-discursivos**. Tese (Doutorado em Linguística). 2009. 216 p. Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2009.

LIMA, C. H. da R. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

LOPES, O. **Construções concessivas: Algumas reflexões formais lógico-pragmáticas**. Universidade do Porto, s/d. (mimeo).

LUCENA-SILVA, L. **A expressão da evidencialidade no discurso político: uma análise da oratória política da assembleia legislativa do Ceará**. 2008. 112 p. Dissertação. Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2008.

LUSTOSA, E. **O texto da notícia**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

MACKENZIE, J. L. **What is functional grammar?** Comunicação apresentada no XX Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes. Zurique, Suíça, MS, 1992.

MANN, W. C. & THOMPSON, S. A. **Relational propositions in discourse**. Califórnia: University of Southern Califórnia, 1983.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A., MACHADO, A. R. & BECERRA, M. A. (org.). **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

MARGARIDO, R. **Construções (coordenadas) adversativas e construções (subordinadas) adverbiais concessivas em português: pontos de contato e de contraste na língua em função**. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2010.

MATHIESSEN, C. & THOMPSON, S. The Structure of Discourse and "Subordination". In: J. Haiman & S. Thompson. **Clause Combining in Grammar and Discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1988, p. 275-329

MAURER, Karen Luciana. Aposto: uma forma de argumentação. In: BARBISAN, Leci Borges (org.) A construção do sentido no discurso. **Cadernos de pesquisa em linguística**, v.2, n.1. Porto Alegre-SP: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo, Summus, 1988.

MEDINA, L. B. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. **Revista Simposium**. n. 1. Universidade Católica de Pernambuco, 2001.

MELO, J. M. (org.) *et alli*. **Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística**: um estudo do jornal. Folha de São Paulo... São Paulo: Universidade Metodista. 1998. Trabalho apresentado no 21º Intercom, Recife, 1998. Não publicado.

MENEZES, L.C. de. **Expressões linguísticas modalizadoras deônticas em função argumentativa: um exercício de análise retórico-funcional**. 2011. 332 p. Tese (Doutorado em linguística). Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2011.

MEYER, Bernard. **A arte de argumentar**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MIRA MATEUS, M. H. *et alii*. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra: Almedina, 1983.

_____. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.

MOREIRA, M. E. O. **O processo de revisão da escrita: o que o docente privilegia no trabalho com o texto**. Tese (Doutorado em linguística). Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2009.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **A gramática do português falado**. v. VII : *Novos estudos*. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1999.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **A gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. As construções concessivas. In: _____ (Org.). **Gramática do Português Falado**. vol. 7. Campinas: Unicamp, 2002.

_____. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Ensino de língua e vivência da linguagem: temas em confronto**. São Paulo: Contexto, 2010.

NEVES, M.H. de; BRAGA, Maria Luíza; DALL'AGLIO-HATTNER, Marize Mattos. As construções hipotáticas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Unicamp, 2008.

NOGUEIRA, M. T. **A construção dos enunciados: estudos de orientação funcionalista**. Projeto integrado do Grupo de Estudos em Funcionalismo (GEF). Fortaleza: UFC, 2005.

OLIONI, R. da C. Os modificadores na argumentação do locutor. In: BARBISAN, Leci Borges (org.) **A construção do sentido no discurso. Cadernos de pesquisa em linguística**. v.2, n.1. Porto Alegre-SP: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

OLIVEIRA, M. R. de e COELHO, V. W. Linguística funcional aplicada ao ensino de português. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica, OLIVEIRA, Mariangela e MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PERELMAN, C. OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. 2 ed. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, C. **L'argumentation**. Paris: Seuil, 1996.

_____. Analyse et critique du discours argumentatif In: KOREN, Roselyne e AMOSSY, Ruth (Org.). **Après Perelman: quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques?**, Paris: L'Harmattan, 2002.

_____. **L'argumentation - Histoire, théories, perspectives**. Paris: PUF, 2005.

_____. **A argumentação: história, teorias, perspectivas**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo – SP: Parábola, 2008.

_____. Deixem dizer: a norma do discurso de um está no discurso do outro. Tradução de Rui Gracio. **Comunicação e Sociedade**. v. 16, p. 141-161, 2009.

QUIRK, R. *et al.* **A Comprehensive Grammar of the English Language**. [S.l.]: Longman, 1985.

ROSÁRIO, I. da C. do. **Expressão da concessividade em construções do português do Brasil**. 2012. 271p. Tese (Doutorado em Línguas Vernáculas). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2012.

RYPL, M. M. A construção do sentido pela substituição lexical no discurso. In: BARBISAN, Leci Borges (org.) **A construção do sentido no discurso. Cadernos de pesquisa em linguística**, v.2, n.1. Porto Alegre-SP: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

SILVA, J.Q.G. Gênero discursivo e tipo textual. Revista **Scripta**. v. 1. Belo Horizonte: Editora PucMinas, 1999.

SILVA, J. R. Mecanismos alternativos de superlativização. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. (Org.) **Procedimentos discursivos na fala de Natal: uma abordagem funcionalista**. Natal: EDUFRN, 2000.

TOLDO, C. S. O texto publicitário sob o olhar da argumentação. In: BARBISAN, Leci Borges (org.) A construção do sentido no discurso. **Cadernos de pesquisa em linguística**, v.2, n.1. Porto Alegre-SP: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

THOMPSON, S. Subordination in formal and informal discourse. In: SCHIFFRIN, Deborah (ed). **Meaning, form, and use in context: linguistic applications**. Washington: Georgetown University Press, 1984.

THOMPSON, S. A. & MANN, W. Antithesis: a study in clause combining and discourse structure. In: ROSS, Steele & TREADGOLD, Terry (eds). **Language topics**. Amsterdã: John Benjamins Publishing, 1987.

TOULMIN, S. E., RIEKE, R. e JANIK, A. **An introduction to reasoning**. Nova York: MacMillan, 1979.

TOULMIN, S. E. **Os usos do argumento**. 2ª ed. Tradução de Reinaldo Guarani. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TRAVAGLIA, L.C. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In: FÁVERO, L. L.; BASTOS, N. M. O. B.; MARQUESI, S. C. (org.). **Língua Portuguesa – pesquisa e ensino**. v. 2. São Paulo: EDC, 2007a, p. 97-117.

_____. **A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies**. São Paulo: Alfa, 2007b, p. 39-79.

VAN DIJK, T. **A Testo e contesto: studi di semantica e pragmatica del discorso**. Tradução de Giusy Collura. Bologna: Società Editrice il Mulino, 1980.

_____. Estruturas da notícia na imprensa. Tradução de Cristina T. V de Melo. In: **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 1992.

VAZ, C. A. **Processos concessivos: um estudo funcional discursivo**. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Rio de Janeiro: UFRJ, (s/d).

ZANPRONEO, Silvana. **A hipotaxe adverbial concessiva no português escrito contemporâneo do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1998.

ANEXOS

OCORRÊNCIAS ENCONTRADAS NO *CORPUS*

JORNAL O POVO (JCL)

(JCL 27/10/11)

(01) Estudantes de escola que publicou pelo menos 9 questões iguais ou muito parecidas às do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) terão de refazer as provas. MEC informa que novo exame acontece no fim de novembro (JCL 27/10/11)

(02) De acordo com o Ministério, foi identificado que pelo menos 9 itens das quatro apostilas distribuídas entre esses alunos dias antes do Enem, foram retiradas de pré-testes feitos pelo MEC em outubro de 2010. (JCL 27/10/11)

(03) O MEC reforça não ter havido vazamento das provas do Enem, pois elas chegaram ao Ceará na sexta-feira, véspera do primeiro dia do exame, e o colégio entregou o material de revisão cerca de 10 dias antes. (JCL 27/10/11)

(04) Segundo a assessoria do órgão [PF], “a tipificação (do crime) somente poderá ser aferida depois desses levantamentos, uma vez que podem ser tanto de violação de sigilo funcional, quanto de acesso não autorizado à informação”. (JCL 27/10/11)

(05) O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que coordena o Enem, diz que, caso seja identificado “envolvimento da instituição ou de terceiros” no suposto vazamento, haverá abertura de processos civil e criminal. (JCL 27/10/11)

(06) Na manhã de ontem, o Ministério Público Federal no Ceará recomendou que o MEC anule o Enem. O procurador da República, Oscar Costa Filho, promete ingressar na justiça caso o MEC mantenha a decisão de anular as provas apenas de estudantes da escola de Fortaleza. (JCL 27/10/11)

(07) “É inadequado alunos fazerem outra prova. Podem anular as questões. Mas por que penalizar? Eu não tive culpa e nem os alunos”, reforça citando, porém, que cumprirá qualquer que seja a “ordem penal”. “ Eu vou ter que respeitar a legislação”, pontua. (JCL 27/10/11)
(Fala do diretor)

(JCL 28/10/11A)

(08) De acordo com o comunicado, o colégio foi sorteado para a aplicação dos pré-testes que iriam para o banco nacional de itens. (MAS) Segundo o MEC, nem alunos nem escola sabiam que o pré-teste era para o Enem. (JCL 28/10/11A)

(09) O colégio foi sorteado para a realização do pré-teste em Fortaleza. Duas turmas (uma de 47 alunos e uma de 44) foram selecionadas “em um dia normal de aula”, como cita o Ministério. (MAS) Os cadernos usados durante o teste “foram devolvidos e devidamente conferidos”, de acordo com o MEC, que enfatiza: “não houve, portanto, extravio do material”.

(JCL 28/10/11A)

(10) Para análise dos técnicos, foi concluído que foram copiadas “questões de matemática e ciências da natureza e ciências humanas e linguagens de 2 cadernos usados no pré-teste”. Dessas, 14 estavam na prova do Enem 2011. No total, foram aplicados 32 cadernos de questões do pré-teste. (MAS) O MEC informa que há “procedimentos sigilosos” durante o pré-teste. (JCL 28/10/11A)

(11) Sobre a decisão do MEC, Lorenzo considera que “seria injusto todos os alunos fazerem de novo a prova”. (MAS) A estudante Bianca Ximenes, de 16 anos, que também organiza a manifestação, cita que os 639 alunos que precisarão refazer o teste “terão um mês a mais para estudar e serão beneficiados”. (JCL 28/10/11A)

(JCL 28/10/11B)

(12) Na terça-feira, após avaliar que o colégio se apropriou de questões do pré-teste do Enem e distribuiu entre os estudantes dias antes das provas, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do MEC, decidiu cancelar o exame de 639 alunos do Christus. Caso queiram, eles poderão refazer as quatro provas objetivas e a redação nos dias 28 e 29 de novembro. (JCL 28/10/11B)

(13) Até às 20h30 min de ontem, O POVO tentou ouvir quais ações serão feitas. Porém nenhuma das sete ligações feitas para o celular do diretor David Rocha foram atendidas. (JCL 28/10/11B)

(14) No escritório do advogado da escola, Cândido Albuquerque, foi deixado um recado, mas não houve o prometido retorno. (JCL 28/10/11B)

(JCL 29/10/11)

(15) Conforme antecipou o portal O povo Online na tarde de ontem, Malvina se reúne na manhã de segunda-feira com juiz da 1ª Vara Federal, Luís Praxedes Vieira da Silva, que ontem determinou que o Inep deve se posicionar sobre o pedido de anulação da prova até às 10h48min de segunda-feira. (JCL 29/10/11)

(16) Antes do prazo estabelecido pelo juiz federal, o Inep tinha requisitado 10 dias para se manifestar previamente sobre a recomendação do MPF, “tendo em vista a complexidade do assunto”. Mas o pedido foi indeferido. (JCL 29/10/11)

(17) Durante a tarde de ontem, O Povo tentou conversar com representantes do colégio Christus. No começo da tarde, a assessoria de imprensa foi contatada e prometeu retorno, o que não aconteceu. (JCL 29/10/11)

(JCL 31/10/11)

(18) O advogado, porém, não soube dizer como as questões chegaram ao banco de questões do Christus, de onde, segundo o colégio, saíram os itens usados no material distribuído entre os alunos. (JCL 31/10/11)

(19) Cândido Albuquerque diz que qualquer medida judicial só será tomada pela escola após decisão de ação movida pela Procuradoria da República no Ceará na Justiça Federal. (JCL 31/10/11)

(20) A assessoria de comunicação do MEC, porém, reforçou ontem ao O Povo que o colégio não era responsável por aplicação de pré-teste, mas teve responsabilidade sobre o vazamento das questões. (JCL 31/10/11)

(21) Caso a investigação da Polícia Federal mostre envolvimento da escola, informa o MEC, ela será responsabilizada criminalmente e terá de pagar as despesas para reaplicação do Enem, nos dia 28 e 29 de novembro. (JCL 31/10/11)

(22) Se for descoberto ainda que questões circularam também entre alunos de extensivo, todos os candidatos do Christus terão de refazer exame, garante a assessoria do ministério. (JCL 31/10/11)

(23) Para o Instituto Nacional de pesquisas Educacionais (Inep), o material com as 14 questões idênticas às das provas do exame circulou apenas entre os alunos do 3º ano. A informação, porém, é negada por uma estudante do extensivo do Christus entrevistada ontem pelo O Povo. (JCL 31/10/11)

(24 e 25) A jovem, que pediu para não ter o nome divulgado, afirma que recebeu “de forma banal” as quatro apostilas dias antes do Enem. “Todo dia a gente recebe vários materiais de várias matérias. Nos deram, mas não falaram pra gente fazer”, afirma. (JCL 31/10/11)

(26) (MAS) O material não teria sido utilizado em sala de aula como preparação para o Enem. “Tanto que tinha gabarito errado e nem consertaram”. (JCL 31/10/11)

(JCL 01/11/11)

(27) Juiz defende que restringir reaplicação do exame a 639 estudantes “foge da lógica do razoável”. (MAS) Ministério promete recorrer a tribunal em Recife (JCL 01/11/11)

(28) Estão anuladas 13 questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para todos os candidatos. O juiz titular da 1ª vara federal, Luís Praxedes Vieira da Silva, acatou, na noite de ontem, a ação civil pública movida pela Procuradoria da república no Ceará. Nela, o procurador Oscar Costa Filho pedia anulação de 13 questões disponibilizadas dias antes do Enem para os alunos do colégio Christus. (MAS) O Ministério da Educação (MEC) informa que irá recorrer. (JCL 01/11/11)

(29) Na decisão liminar, Praxedes cita que o acesso de candidatos às questões feriu “o princípio constitucional da isonomia e da segurança jurídica”. “Neste caso, não é o erro, mas o vazamento das questões que leva à nulidade das mesmas, por quebrar o princípio da isonomia”, escreveu o juiz. (JCL 01/11/11)

(30) A Justiça Federal anulou somente as questões apontadas pelo procurador Oscar Costa Filho como irregulares. (MAS) Para o MEC, seriam 14 os itens do Enem com problemas. (JCL 01/11/11)

(31) Com a anulação das 13 questões, muda a pontuação do Enem 2011. Por exemplo: ao invés de serem 180 itens valendo mil pontos, serão 167 valendo os mesmos mil. (JCL 01/11/11)

(JCL 05/11/11)

(32 e 33) A escola é alvo de investigação da Polícia Federal por ter distribuído, 10 dias antes do Enem, apostilas contendo pontos idênticos ou muito parecidos com o pré-teste aplicado em outubro do ano passado. “Anular somente as questões dos alunos beneficiados não restabelece a isonomia. (...) De outro lado, anular as questões para todos os participantes também não restauraria a igualdade violada. (...) Seja como for, a anulação geral também não seria neutra, ou seja, o resultado do Enem seria afetado e a lista de aprovados nos vários vestibulares sofreria várias alterações mais ou menos significativas”, argumentou Lima. (JCL 05/11/11)

(34) O total de itens cancelados, porém, chegará a 14. Em primeira mão, o Mec confirmou ao O povo ontem que vai desconsiderar a questão 25 do caderno amarelo de Ciências e suas Tecnologias dos concluintes do Christus. (JCL 05/11/11)

(35) Isso alterará a base de cálculos das notas dos alunos do colégio. Enquanto os demais candidatos terão 1000 pontos distribuídos nas 180 questões dos 2 dias de prova, os estudantes do Christus terão os mesmos 1000 pontos para 166 itens. (JCL 05/11/11)

(36) Ou seja: dependendo do desempenho de cada um, os 639 cearenses poderão ser beneficiados ou prejudicados as notas finais para entrada nas Universidades que utilizam o Enem como seu método de seleção, conforme previa o desembargador. (JCL 05/11/11)

(37 e 38) Assim, concorrentes com o mesmo número de acertos/erros poderão ter notas diferentes. “Dependendo da questão que ele (concluente do Christus) errar ou acertar, vai ter um peso maior. A TRI (Teoria da Resposta ao Item) minimiza os efeitos disso, mas não há como negar que haverá uma pequena diferença. Quase irrisória, mas vai modificar o cálculo, sim”, admite Nanzio. (JCL 05/11/11)

(39) Em nota, o colégio Christus disse “estar analisando a decisão do TRF”, mas ponderou que a medida mantém a competitividade dos alunos do colégio, “não lhes causando nenhum prejuízo”. (JCL 05/11/11)

(40) A escola ressaltou “que a sistemática da TRI garante a igualdade de pontuação para a prova, mesmo que o número de questões seja diferente”. (posposta/ hipótese) (JCL 05/11/11)

(41) (MAS) Caso o pleno mantenha o parecer do presidente, o procurador promete levar o caso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ou, em última instância, ao Supremo Tribunal Federal (STF). (JCL 05/11/11)

(42) “O Mec pediu anulação para 639 sabendo que alunos do cursinho do colégio (320) tiveram acesso às questões. Por isso essa decisão é inexequível”. (JCL 05/11/11)

(JCL 21/12/11)

(43) Por enquanto, foram anuladas 14 questões para 639 alunos do colégio Christus, de Fortaleza (CE). (JCL 21/12/11)

(44) Costa Filho é o autor da ação que pediu a anulação da prova do Enem em todo o país, mas que foi derrubado pela justiça federal. (JCL 21/12/11)

(45) Anteriormente, o MEC havia dito que as informações da Polícia Federal mostravam haver indícios que outros estudando tiveram acesso às questões, mas que não havia ainda provas. (JCL 21/12/11)

(JCL 22/12/11)

(46) Diante da nova decisão do MEC, o Ministério Público Federal (MPF) no Ceará promete protocolar mais uma ação na tentativa de anular os 14 itens ou toda a prova para os candidatos do Brasil inteiro. O órgão já tentou isso outra vez e chegou a ganhar em primeira instância. Foi derrotado, porém, em instância superior. (JCL 22/12/11)

(47) O inquérito da PF deveria ter sido concluído até 30 de novembro. Contudo, a corporação pediu mais tempo ao MPF para dar um parecer definitivo para o caso. (JCL 22/12/11)

(48) O O Povo tentou, por várias vezes, falar com a Polícia Federal na tarde de ontem para saber quando as investigações terminam, mas ninguém atendeu às ligações na assessoria do órgão. (JCL 22/12/11)

(49) Oscar Costa Filho também cobra do MEC a abertura de sindicância para o Ministério investigar, por conta própria, como se deu o vazamento das questões. (MAS) O MEC, por sua vez, argumenta que já existe um inquérito da PF apurando o caso. (JCL 22/12/11)

(JCL 18/01/12)

(50) Justiça Federal decidiu que todos os candidatos do Enem tenham acesso à própria redação. (MAS) MEC diz que irar recorrer. PF conclui inquérito e indicia 2 funcionários do colégio Christus(JCL 18/01/12)

(51) A decisão acata ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF). Contatada pelo O Povo, a assessoria de imprensa do Ministério da Educação (MEC) informou que o órgão não fora notificado oficialmente, mas irá recorrer. (JCL 18/01/12)

(52) O acesso à redação não é permitido pelo edital do Enem. A prova é avaliada por 2 corretores e, havendo discrepância de 300 pontos ou mais entre as duas notas, um terceiro corretor é convocado e a nota deste prevalece. (JCL 18/01/12)

(53) Após a divulgação das notas do Enem 2011, porém, candidatos começaram a protestar nas redes sociais contra o resultado da avaliação. (JCL 18/01/12)

(54) Segundo a Polícia Federal, um funcionário da escola teve acesso aos cadernos de prova e teria sido o responsável por copiar as questões. Já o professor foi responsável por distribuir aos alunos a apostila que continha os itens aplicados no pré-teste. (JCL 18/01/12)

(55) O inquérito deve ser encaminhado para o Ministério Público Federal no Ceará, que tem três opções: oferecer a denúncia contra os indiciados, arquivar o inquérito ou solicitar que ele retorne à PF para novas diligências. (MAS) Em nota publicada em site do colégio, a direção do Christus diz que “confia na honestidade e na lisura de seus funcionários e aguardará, considerando que as notícias expressam apenas a opinião da autoridade investigadora, uma posição equilibrada e isenta do Ministério Público Federal, de modo que, ao final, prevaleçam a verdade e a justiça”. (JCL 18/01/12)

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (JCN)

(JCN 27/10/11)

(56) Um dos melhores colégios de Fortaleza antecipou em seu simulado, há duas semanas, ao menos oito questões que foram aplicadas nas provas do Enem, realizado no final de semana passado. (JCN 27/10/11)

(57) O resultado do exame nacional servirá para selecionar ao menos 260 mil vagas em universidades. (MAS) A classificação na avaliação é usada por colégios para autopromoção. (JCN 27/10/11)

(58) O Ministério Público Federal no Ceará pediu ao governo a anulação de todo o Enem, que contou com 4 milhões de participantes.

Se não for atendido, o órgão diz que irá à Justiça. "O MEC procura soluções locais para um concurso que é nacional", afirmou o procurador Oscar Costa Filho. (JCN 27/10/11)

(59) O Ministério da Educação afirmou não haver indício de vazamento da prova de 2011. (MAS) Tanto o governo quanto o colégio Christus sinalizaram que pode ter havido falha no sistema de pré-testagem das questões do exame nacional. (JCN 27/10/11)

(60) Em tese, todos os cadernos usados nessa preparação nos colégios têm de ser devolvidos ao Inep. Pode ter havido, porém, falha na aplicação (aluno ou funcionário pode ter copiado questões) ou no envio do material ao Inep. (JCN 27/10/11)

(61) O colégio disse que também possui banco de questões para seus simulados. Em nota, a escola disse que o banco é formado por diversas fontes e sugeriu que algum aluno que participou do pré-teste pode ter enviado essas questões ao colégio. (JCN 27/10/11)

(JCN 28/10/11A)

(62) O ministro ressaltou, porém, que ainda não é possível saber quais pessoas do colégio se envolveram na ação. (JCN 28/10/11A)

(63) No Twitter, alunos disseram que "Jahilton" foi quem distribuiu o caderno. O site da escola informa que há um docente de física com esse nome. (MAS) A Folha não o localizou.

(JCN 28/10/11A)

(64) Inicialmente, o MEC identificou oito questões iguais.

(MAS) Ontem, concluiu que o simulado continha 14 questões do Enem. Elas haviam sido aplicadas no pré-teste realizado por duas turmas da escola em outubro de 2010 - os colégios que fazem o pré-teste são escolhidos por sorteio. (JCN 28/10/11A)

(65) Segundo o MEC, todos os cadernos da pré-testagem foram devolvidos, mas o conteúdo pode ter sido copiado eletronicamente. "O material [o simulado] é o conteúdo de dois cadernos, na íntegra. Está absolutamente comprovado", disse Haddad à Folha. (JCN 28/10/11A)

(66) A escola não se pronunciou ontem. Anteontem, disse que o simulado foi feito com questões de seu próprio banco de dados, que poderia ter sido abastecido com itens enviados por estudantes.

(MAS) Haddad disse que a hipótese "é uma impossibilidade lógica", devido ao número de questões coincidentes. (JCN 28/10/11A)

(67) Pais e alunos do Christus disseram que a apostila vazou a estudantes dos colégios Antares, Ari de Sá Cavalcante, Sete de Setembro e Farias Brito. As escolas negam acesso privilegiado, mas disseram que alunos do Christus podem ter repassado o material a outros estudantes. (JCN 28/10/11A)

(JCN 28/10/11B)

(68) Para o procurador, a decisão do ministério "não corrige" o problema e trata de forma desigual participantes de um concurso nacional. "Os estudantes [do Christus] não têm nada com isso e estão sendo tratados como cúmplices", afirmou.

(MAS) Para o ministro da Educação Fernando Haddad, é possível reapplicar o Enem para um grupo de pessoas que tenha sido prejudicado ou se beneficiado por alguma falha. (JCN 28/10/11B)

(69) A Polícia Federal investiga se o vazamento das questões chegou a outros colégios. A PF recebeu denúncia por e-mail de um aluno de outra escola de Fortaleza. Ele deve ser ouvido hoje. (MAS) Os policiais ainda tratam a informação com cautela. (JCN 28/10/11B)

(JCN 29/10/11)

(70) Antes de ser usadas, as questões são analisadas pelo Inep e pré-testadas em colégios sorteados. O Ministério da Educação diz que o banco do instituto tem 20 mil questões, considerando todas as suas avaliações - 6000 do Enem.

(MAS) Reservadamente, integrantes do MEC e do Inep afirmam ser improvável que o banco do Enem tenha tantos itens. (JCN 29/10/11)

(71) Oficialmente, o MEC diz que os cadernos do Christus, coincidentemente, continham perguntas-chave do exame. A versão, porém, causa dúvidas dentro do próprio ministério. (JCN 29/10/11)

(72) A Defensoria Pública da União recomendou ontem que o Inep (Instituto ligado ao Mec responsável pelo Enem) anule 14 questões da edição 2011. (...) A Defensoria recomendou ainda que, caso elas não sejam anuladas, o Inep cancele o Enem. Para o defensor federal Ricardo Salviano, objetivo é “garantir a isonomia”. (JCN 29/10/11)

(73) A recomendação serve como alerta. Se for não acatada, a Defensoria pode entrar na Justiça com ação civil pública.

(MAS) O Ministério da Educação disse que não tinha sido informado da recomendação. (JCN 29/10/11)

(74) Segundo a PF, os dois alunos do Christus que deveriam ter participado do pré-teste faltaram naquele dia faltaram naquele dia. E as questões que foram parar no simulado estavam justamente nos cadernos dos alunos ausentes. Ou seja, os cadernos ficaram em branco e ociosos durante a aplicação do pré-teste. (JCN 29/10/11)

(75) O MEC acusa o colégio de ter dado acesso antecipado a questões do Enem a seus alunos.

(MAS) A escola tem dito que o simulado foi feito com questões de seu próprio banco, que pode ter sido abastecido com itens enviados por estudantes. (JCN 29/10/11)

(76 e 77) Além de ter usado questões que alunos de Fortaleza tiveram acesso antecipadamente, o Enem contou com ao menos uma pergunta que já circulava na internet antes. (JCN 29/10/11)

(JCN 31/10/11)

(78) A direção do Christus nega irregularidades. Segundo o colégio, as questões estavam no banco de dados da escola e podem ter sido inseridas ali por alunos que fizeram o pré-teste, sem a escola saber. (JCN 31/10/11)

(79) Uma aluna do pré-vestibular do Christus, que não está no grupo que teve a prova cancelada, disse à Folha que também recebeu as questões. (JCN 31/10/11)

(80) O assessor especial do ministro, Nunzio Briguglio Filho, disse que não há nenhuma evidência de que os alunos do pré-vestibular tenham recebido as questões, mas, se isso ficar comprovado, eles podem ter de refazer o teste. (JCN 31/10/11)

(JCN 01/11/11)

(81 e 82) Segundo o texto não é possível saber se apenas os alunos do Christus tiveram acesso antecipado às questões. A decisão determina que nota dos candidatos deverá ser calculada com base nas questões remanescentes e na redação.

(MAS) O Inep havia decidido cancelar apenas as provas de 639 alunos do Christus que haviam tido acesso antecipado às questões do Enem. (JCN 01/11/11)

(83) A Polícia Federal descobriu que ao menos um caderno do pré-teste do Enem, com 48 questões, aplicado no colégio em outubro do ano passado foi totalmente reproduzido nos simulados do Christus. (JCN 01/11/11)

(84) Em novembro de 2010, a Justiça cearense suspendeu o Enem após problemas na aplicação da prova. Outra decisão do órgão também determinou que os estudantes que se sentiam prejudicados poderiam fazer uma nova prova. (MAS) Ambas foram derrubadas. (JCN 01/11/11)

(JCN 05/11/11)

(85 e 86) O Tribunal Regional Federal da 5ª região, com sede em Recife, suspendeu ontem a liminar da Justiça Federal no Ceará que anulava 13 questões do Enem no país.

Determinou ainda a anulação das questões para os 639 alunos do Colégio Christus, de Fortaleza, que tiveram acesso antecipado a elas.

(MAS) O MEC diz que anulará ainda uma 14ª questão. (JCN 05/11/11)

(87 e 88) Na decisão, o presidente do TRF-5, Paulo Roberto de Oliveira Lima, disse que qualquer anulação não garantiria "em termos absolutos a neutralidade e isonomia desejáveis". Entretanto, ele afirmou que existe uma "desproporcionalidade gritante" entre alterar as notas de 639 estudantes e de 5 milhões de alunos. E, sem achar o que chamou de "solução ótima", optou por suspender a liminar. Para Lima, o problema revela falha "inconteste" na aplicação do Enem. (JCN 05/11/11)

(89) A Polícia Federal suspeita que o colégio copiou ao menos 48 questões do pré-teste. (JCN 05/11/11)

(90) O procurador da república no Ceará Oscar Costa Filho, autor da ação, não pode recorrer, mas pediu ontem que a Procuradoria Regional da República da 5ª edição solicite uma reavaliação do TRF. (JCN 05/11/11)

(91) O professor Jahilton Motta, coordenador pedagógico do colégio Christus, que entregou a alunos material com questões idênticas às do Enem, foi ouvido ontem na Polícia Federal e negou que tivesse conhecimento do vazamento das perguntas. (JCN 05/11/11)

(92) Segundo a PF, ele disse que as 14 questões (as 13 anuladas e uma outra, que não era idêntica, mas também será cancelada) estavam no meio de um extenso material com simulados para o Enem. (JCN 05/11/11)

(93) O professor afirmou que avaliava o conteúdo sem se preocupar com a origem das perguntas, sugeridas por mais de 50 professores, além de alunos e ex-alunos. (JCN 05/11/11)

(94) Segundo o advogado, o professor disse que nem sabia que a escola havia feito o pré-teste do Enem em 2010. A Folha procurou ontem o professor, mas ele não atendeu. (JCN 05/11/11)

(95) A PF também suspeita de fiscais que aplicaram o pré-teste no colégio. A Folha apurou que seis fiscais contratados pela Fundação Cesgranrio estão na mira. Pelo menos cinco deles teriam ligações com a escola, pois estudam em uma faculdade ligada ao colégio. (JCN 05/11/11)

(JCN 21/12/11)

(96) MEC ADMITE AMPLIAR ANULAÇÃO DE QUESTÕES DO ENEM PARA CURSINHO

(MAS) Medida valerá se PF provar que mais alunos tiveram acesso às questões(JCN 21/12/11)

(97) O MEC (Ministério da Educação) informou nesta terça-feira que pode ampliar a quantidade de estudantes com questões anuladas no último Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), caso um inquérito da Polícia Federal aponte que vazamento já constatado no Ceará tenha sido mais amplo do que o levantado até agora. (JCN 21/12/11)

(98) Por enquanto foram anuladas 14 questões para 639 alunos do Colégio Christus, de Fortaleza (CE). Esses estudantes tiveram contato com essas questões semanas antes do exame nacional, durante um simulado. (JCN 21/12/11)

(99) Anteriormente, O MEC havia dito que as informações da Polícia Federal mostravam haver indícios de que outros estudantes tiveram acesso às questões, mas que não havia ainda provas. (JCN 21/12/11)

(JCN 22/12/11)

(100) O ministério havia informado que esperaria a conclusão do inquérito policial para tomar qualquer providência e que o depoimento de dois alunos não era suficiente para invalidar o processo seletivo.

(MAS) Ontem, o MEC voltou atrás e informou ter dados suficientes que dão base à anulação. (JCN 22/12/11)

(101 e 102) O resultado do Enem, divulgado ontem, saiu com as anulações feitas. Os alunos atingidos tiveram 166 questões corrigidas, em vez de 180. A pontuação total da prova foi redistribuída entre os itens válidos. (JCN 22/12/11)

(MAS) O inquérito policial sobre o caso deverá ser finalizado em março de 2012, pois a procuradora responsável pelo caso solicitou que fossem feitas investigações extras e estendeu o prazo de conclusão em 90 dias. (JCN 22/12/11)

(103)Em sua decisão, a juíza federal Clara da Mota Santos deu prazo de cinco dias para o pagamento, após o recebimento da citação. Até ontem, no entanto, o grupo ainda não tinha sido notificado. (JCN 22/12/11)

(JCN 18/01/12)

(104) JUSTIÇA MANDA QUE MEC MOSTRE REDAÇÕES

Pela decisão, alunos terão acesso ainda à grade de correção, o que pode provocar questionamentos das notas. (JCN 18/01/12)

(105) Com isso, resultado do Sisu, que saiu na semana passada, pode mudar; (MAS) o Inep já disse que pretende recorrer. (JCN 18/01/12)

(106) A Justiça Federal no Ceará determinou na noite de ontem que o Inep, órgão ligado ao Ministério da Educação, dê acesso às cópias da redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e à grade de correção a todos os candidatos. (MAS) Cabe recurso. (JCN 18/01/12)

(107) O texto da decisão afirma ainda que os candidatos poderão optar por pedir revisão das provas. Em caso de mudanças no resultado, os candidatos poderão usar as novas notas no Sisu (sistema de seleção para instituições federais que usa nota do Enem). (JCN 18/01/12)

(108) Essa decisão, portanto pode modificar a situação do Sisu. As inscrições foram encerradas na quinta-feira e o resultado foi divulgado no dia seguinte. (MAS) Alunos que eventualmente tiverem suas notas modificadas, por exemplo, poderão recorrer na Justiça. (JCN 18/01/12)

(109) O Inep informou que vai recorrer, apesar de não ter sido notificado ainda. (JCN 18/01/12)

(110) Um dos indiciados é o professor Jahilton Motta, que teria entregue aos alunos um caderno com as questões vazadas. O outro não teve sua identidade revelada pela PF, mas é o responsável por aplicar um pré-teste (quando questões que podem compor o exame são testadas) do Enem no local. (JCN 18/01/12)

JCL (27/10/2011)

Enem] 639 estudantes de Fortaleza terão de refazer as provas

Estudantes de escola que publicou pelo menos nove questões iguais ou muito parecidas às do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) terão de refazer as provas. MEC informa que novo exame acontece no fim de novembro

Mariana Lazari
marianalazari@opovo.com.br

O Ministério da Educação (MEC) anulou as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) realizadas por 639 alunos do Colégio Christus. A partir da informação de que estudantes da escola tiveram acesso a questões das provas dias antes da aplicação do exame, o MEC considerou que houve "quebra de isonomia" (igualdade legal).

De acordo com o Ministério, foi identificado que pelo menos nove itens das quatro apostilas distribuídas entre esses alunos, dias antes do Enem, foram retirados de pré-testes feitos pelo MEC em outubro de 2010. A pré-testagem de questões é prática comum antes da aplicação das provas. O MEC fez isso duas ou três vezes ao ano.

Para o pré-teste do Enem 2011, foram elaborados 16 cadernos de prova, cada um com 24 questões. O conteúdo foi aplicado no ano passado em escolas de cidades sorteadas pelo MEC. No Ceará, o colégio foi uma das sedes do processo.

O MEC reforça não ter havido vazamento das provas do Enem, pois elas chegaram ao Ceará na sexta-feira, véspera do primeiro dia do exame, e o

O quê

ENTENDA A NOTÍCIA

A nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é utilizada por muitas instituições públicas de ensino superior do País como meio de acesso à graduação. Ela pode ser usada ainda em programas de financiamento estudantil.

colégio entregou o material de revisão cerca de dez dias antes. No Ceará, foram 118.418 inscrições no Enem.

Por causa da situação, a Polícia Federal foi acionada. Um inquérito foi instaurado e a PF realiza "levantamentos prévios" sobre o caso. Segundo a assessoria do órgão, "a tipificação (do crime) somente poderá ser aferida depois desses levantamentos, uma vez que podem ser tanto de violação de sigilo funcional, quanto de acesso não autorizado à informação".

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que coordena o Enem, diz que, caso

seja identificado "envolvimento da instituição ou de terceiros" no suposto vazamento, haverá abertura de processos civil e criminal.

Os 639 estudantes que tiveram a prova anulada serão contatados pelo MEC nos próximos dias. Eles poderão realizar novas provas nos dias 28 e 29 de novembro, quando o Enem será aplicado em presídios e centros educacionais.

Ministério Público

Na manhã de ontem, o Ministério Público Federal no Ceará recomendou que o MEC anule o Enem. O procurador da República, Oscar Costa Filho, promete ingressar na Justiça caso o MEC mantenha a decisão de anular as provas apenas de estudantes da escola de Fortaleza. "A solução tem que ser nacional porque o concurso é nacional. Em um concurso público, os candidatos estão unidos juridicamente, não interessa onde fizeram o concurso", frisa.

Para o procurador, uma solução seria a anulação das três questões que ele diz serem idênticas. "A nulidade parcial era única medida jurídica que traria menos transtorno". (Colaborou Thiago Mendes)

LEIA MAIS NA 4 E EDITORIAL, 6



No Ceará, 118.418 alunos fizeram a prova no último fim de semana

Diretor da escola diz que "não houve crime"

O diretor do Colégio Christus, David Rocha, afirmou estar "com a consciência tranquila" em relação ao vazamento de questões. "Não houve crime. O material que entregamos tinha questões que eram do banco de questões do colégio e coincidiu com serem questões que estavam no Enem, possivelmente usadas nos pré-testes. E alguns alunos fizeram pré-teste do Enem", diz.

"É inadequado alunos fazerem outra prova. Podem anular as questões. Mas por que penalizar? Eu não tive culpa e nem os alunos", reforça, citando, porém, que cumprirá qualquer que seja a "ordem penal". "Eu vou ter que respeitar a legislação", pontua.

Sobre o material com as questões iguais ou parecidas às do exame não ter identificação da escola, Rocha afirma que a pressa de entregar revisões para os estudantes fez com que a logomarca fique ausente em alguns momentos.

JCL-A (28/10/2011)

Enem 2011] MEC confirma que questões eram do pré-teste

Em nota no site, o Ministério da Educação admite que as questões divulgadas em colégio fizeram parte do pré-teste, feito há um ano

MAURI MELO



Mais um transtorno envolvendo o Exame põe em xeque a fragilidade da segurança do Enem

Daniela Nogueira
danielanogueira@opovo.com.br

As questões do Enem 2011 que foram divulgadas em material do colégio Christus, dias antes da prova, estavam no pré-teste aplicado na escola em outubro de 2010. A informação foi confirmada pelo Ministério da Educação (MEC) em nota publicada no site. De acordo com o comunicado, o colégio foi sorteado para a aplicação dos pré-testes que iriam para o banco nacional de itens. Segundo o MEC, nem alunos nem escola sabiam que o pré-teste era para o Enem.

O colégio foi sorteado para a realização do pré-teste em Fortaleza. Duas turmas (uma de 47 alunos e uma de 44) foram selecionadas "em um dia normal de aula", como cita o Ministério. Os cadernos usados durante o teste "foram devolvidos e devidamente conferidos", de acordo com o MEC, que enfatiza: "Não houve, portanto, extravio do material".

Pela análise dos técnicos, foi concluído que foram copiadas "questões de matemática e ciências da natureza e ciências humanas e linguagens de dois" cadernos usados no pré-teste. Dessas, 14 estavam na prova do Enem 2011. No total, foram aplicados 32 cadernos de questões do pré-teste. O MEC informa que há "procedimentos sigilosos" durante o pré-teste. "Apenas os alunos têm acesso aos cadernos durante a aplicação" e três fiscais estavam em cada turma.

O MEC chama de "justiça" a decisão de cancelar as provas dos alunos do colégio. "Baseia-se unicamente no princípio da isonomia (...). Na medida em que os estudantes do colégio tiveram acesso a essas questões, eles

Por quê ENTENDA A NOTÍCIA

Com a informação que alunos do colégio Christus tiveram acesso a questões do Enem antes da prova, o MEC anulou os testes dos 639 alunos do colégio. Eles terão de refazer o Enem em novembro.

passaram a ter vantagem em relação aos demais participantes", cita do comunicado.

Teoria da Resposta

Em outros textos publicados no site oficial do Ministério, o MEC esmiúça a Teoria de Resposta ao Item (TRI) que é usada para a elaboração das provas do Enem. O MEC explica que todas as questões são testadas antes da prova e ganham um peso que varia conforme o desempenho dos estudantes no pré-teste. "Quanto mais alunos acertam uma determinada pergunta, menor o peso que ela terá na prova", acrescenta o Ministério.

Para o ano que vem, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão do MEC responsável pelo Enem, quer disponibilizar ao candidato uma escala que indique ao estudante quais áreas ele teve melhor desempenho.

O MEC informa que uma prova que faz parte do pré-teste reúne itens de difícil, média e fácil resolução. O número de questões pode variar a cada teste. Depois de aplicadas as questões, o Inep avalia e decide se elas farão parte do banco de itens. O pré-teste é realizado em dez estados do País.

LEIA MAIS NA 3

Saiba mais

A repercussão do Enem gerou agressão aos nordestinos. Na rede social Twitter, foram muitas as ofensas. Veja algumas.

@GabrielReesende
galerinha que fez o Enem Se F**** kkk se fosse eles soltava uma bomba no nordeste que matava quem antecipo a prova e todos os nordestinos

@oversodoiverso
Falar de curitibano, paulista e carioa tudo bem. Mas vai lá falar de nordestino e tomar

um processo nas costas.

@bisdelimao sotaque nordestino é a 2ª coisa mais ruim do mundo, a 1ª é ser nordestino

@brunascito eu realmente espero que não cancelem o enem, ninguém vai ter paciência pra fazer tudo de novo... só podia ser coisa de nordestino mesmo :p

@Thiago_Caetano
Nome: nordestino. Função: se ofender com tudo o que escrevem dele na internet.

"ENEMGANADOS"

Estudantes cearenses realizam protesto hoje

Um protesto, marcado para hoje à tarde, questiona a educação no País. A manifestação "ENEMGANADOS" está sendo organizada por alunos cearenses. Começará às 16 horas e se concentrará na Praça da Imprensa, no bairro Dionísio Torres. Os participantes são convidados a irem vestidos de roupa preta. Lorenzo Marcello, de 17 anos, um dos organizadores, cita que esse transtorno no Enem 2011 é apenas um mote para a discussão. "Queremos questionar o que acontece no cenário da educação no Brasil, a ética na escola. A gente está triste pelo que está acontecendo", conta. A cor preta, segundo ele, representa o "luto pela educação".

O estudante, que tenta uma vaga para o curso de Arquitetura, cita que mais de duas mil pessoas já haviam

confirmado a participação no protesto, até ontem à noite, pela rede social Facebook. Sobre a decisão do MEC, Lorenzo considera que "seria injusto todos os alunos fazerem de novo a prova". A estudante Bianca Ximenes, de 16 anos, que também organiza a manifestação, cita que os 639 alunos que precisarão refazer o teste "terão um mês a mais para estudar e serão beneficiados".

Por isso, Bianca acha que até quem não vai refazer o Exame poderá ser prejudicado com a decisão. Ela quer concorrer a uma vaga para o curso de Engenharia Civil.

Em novembro do ano passado, centenas de estudantes se reuniram na avenida da Universidade contra a desorganização na aplicação da prova - outro transtorno, em 2010. (DN)

JCL-B (28/10/2011)

Enem 2011] Ministério Público pede a anulação de todas as provas

Para o procurador geral da República no Ceará, Oscar Costa Filho, ao cancelar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) apenas dos 639 estudantes do Colégio Christus, MEC provoca "discriminação odiosa contra os alunos"

Saiba mais

Caso a decisão do MEC seja mantida, os alunos do Christus poderão fazer novas provas do Enem nos dias 28 e 29 de novembro. A data já estava prevista em edital para que presos façam o exame.

Segundo o MEC, as provas já foram elaboradas. Como o exame segue a Teoria da Resposta ao Item (TRI), que permite a elaboração de provas diferentes, mas com o mesmo grau de dificuldade, o MEC garante que elas terão o mesmo nível.

Os estudantes deverão refazer todas as provas, inclusive a redação.



Oscar Costa Filho acredita que juízes devem acatar a recomendação do MPF

Mariana Lazari
marianalazari@opovo.com.br

Certo de que está havendo tratamento desigual aos candidatos do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o procurador geral da República, Oscar Costa Filho, ingressou ontem com ação civil pública pedindo que o Ministério da Educação (MEC) suspenda a decisão de reaplicar as provas apenas para alunos do colégio Christus, de Fortaleza.

Na terça-feira, após avaliar que o colégio se apropriou de questões do pré-teste do Enem e distribuiu entre os estudantes dias antes das provas, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do MEC, decidiu cancelar o exame de 639 alunos do Christus. Caso queiram, eles poderão refazer as quatro provas objetivas e a redação nos dias 28 e 29 de novembro.

Além da suspensão, o Ministério Público Federal (MPF) recomenda na ação que o MEC suspenda o processo e reaplique provas a todos os 5.366.780 candidatos do Brasil. No texto, o procurador indica como segunda opção que sejam anuladas somente as 13 questões iguais ou similares entre o pré-teste e as apostilas do colégio.

"O que está precisando ser corrigido é o que está na prova feita no último fim de semana. É na prova que tem que fazer correções da igualdade que foi ferida", frisou o procurador, em entrevista à imprensa, na tarde de ontem. Para Oscar Costa Filho, a decisão do ministério representa uma "antecipação de pena" para os alunos e um "preconceito" localizado.

O procurador reforçou ainda que não há qualquer conclusão da investigação iniciada terça-feira pela Polícia Federal a pedido do Ministério. "Estão fazendo uma premissa perigosa", diz. "O critério adotado pelo Inep para corrigir a isonomia quebrada foi aleatório e arbitrário. É uma justificativa que representa discriminação odiosa contra os alunos", pontuou. Sobre a ação movida por ele, disse ser "pouco provável ter juízes que não acatem" o recomendado. Oscar Costa Filho lembrou ainda que, individualmente, os pais de alunos do colégio podem ingressar na Justiça.

E agora

ENTENDA A NOTÍCIA

Segundo o Ministério Público Federal, a ação civil pública foi protocolada no final da tarde de ontem na Justiça Federal no Ceará. Para o procurador da República Oscar Costa Filho, o julgamento deve ocorrer rapidamente por causa da notoriedade da situação.

O colégio divulgou, na tarde de ontem, uma nota direcionada a alunos e familiares. No texto, a direção cita que a base para a decisão tomada pelo MEC é uma "coincidência de questões entre um trabalho dirigido de responsabilidade do Colégio Christus e a prova do Enem" e defende-se afirmando que "não houve a prática de ilícitos, razão pela qual a exclusiva medida possível é a anulação das questões coincidentes".

Colégio

Até as 20h30min de ontem, o **POVO** tentou ouvir quais ações serão feitas. Porém, nenhuma das sete ligações feitas para o celular do diretor David Rocha foram atendidas. No escritório do advogado da escola, Cândido Albuquerque, foi deixado recado, mas não houve o prometido retorno.

Ao final da nota, o colégio diz que "promoverá a defesa dos direitos de seus alunos na esfera administrativa e judicial". Até as 20h30min de ontem, o **POVO** tentou ouvir quais ações serão feitas. Porém, nenhuma das sete ligações feitas para o celular do diretor David Rocha foram atendidas. No escritório do advogado da escola, Cândido Albuquerque, foi deixado recado, mas não houve o prometido retorno.

NOTA

Estudantes do Christus divulgam apoio ao colégio

Alunos e ex-alunos do colégio Christus divulgaram uma nota de apoio à escola. Foi escrita pela ex-aluna Eurídice Cavalcante, mas tem a chancela dos estudantes. Veja trechos do comunicado.

"Vimos (...) expressar nosso sentimento de indignação à postura assumida pelo INEP e pelos demais colégios de Fortaleza."

"É triste percebermos o quanto os demais colégios são inconsequentes no seu comportamento com o caso."

"Apesar de todas as acusações e conversas de baixo calão que temos presenciado, nós, alunos Christus, não duvidamos, em nenhum momento, da integridade e da idoneidade da instituição."

"Não precisamos de qualquer tipo de auxílio ilícito para conseguir alcançar nossos objetivos. (...) fomos amparados por profissionais que

trabalharam incansavelmente durante um ano para assegurar o nosso sucesso."

"Pedimos que, antes de haver os julgamentos precipitados que podem gerar frutos irreversíveis, todas as acusações devem ser baseadas em fatos concretos e não em suposições maldosas feitas por pessoas sem escrúpulos."

"Vale ressaltar nossa enorme indignação pelo fato de alunos do Colégio Christus estarem sendo humilhados e agredidos verbalmente, sem motivo."

"Repudiamos (...) as pessoas e suas ações que imputam ao Colégio Christus um crime sem o direito à ampla defesa. Quem estuda ou estudou no Christus conhece a idoneidade da instituição."

"É fato que os melhores índices de aprovação dentro das maiores instituições de ensino são de nordestinos. É uma pena! Deveríamos ser uma nação!"

JCL (29/10/2011)

Justiça] Presidente do Inep vem à Capital defender Enem

Malvina Tuttman, presidente do instituto coordenador do Enem, terá reunião com juiz da 1ª Vara Federal, que ontem deu prazo para posicionamento do Inep até a manhã de segunda-feira

Mariana Lazari
marianalazari@opovo.com.br

A presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Malvina Tuttman, virá a Fortaleza para defender que a anulação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não seja para todos os candidatos. Conforme antecipou o portal O POVO Online na tarde de ontem, Malvina se reúne na manhã de segunda-feira com o juiz da 1ª Vara Federal, Luís Praxedes Vieira da Silva, que ontem determinou que o Inep deve se posicionar sobre o pedido de anulação da prova até as 10h48min de segunda-feira.

Em ação civil pública movida na Justiça pelo Ministério Público Federal (MPF) no Ceará, o procurador da República, Oscar Costa Filho, recomenda ao Inep que anule o Enem de todos os candidatos ou somente as 14 questões do exame às quais alunos do Colégio Christus tiveram acesso dias antes das provas. Na quinta-feira, o MEC confirmou que o conteúdo estava no pré-teste do Enem, aplicado em outubro de 2010 em todo o Brasil, inclusive para alunos do Christus.

Antes do prazo estabelecido pelo juiz federal, o Inep tinha requisitado 10 dias

E agora ENTENDA A NOTÍCIA

Segunda-feira deve sair o resultado da medida liminar solicitada pelo Ministério Público Federal à Justiça Federal. Ela pede a suspensão da anulação das provas de apenas 639 alunos. Após isso, dependendo da decisão, a ação continua em trâmite na Justiça.

para se manifestar previamente sobre a recomendação do MPF, "tendo em vista a complexidade do assunto". Mas o pedido foi indeferido.

De acordo com a assessoria de comunicação MEC, além da presidente, participaram da audiência os procuradores do Inep e do ministério, além de representantes da Advocacia Geral da União (AGU).

Estudantes que se sentiram prejudicados com a decisão do Inep e realizaram passeia-

ta ontem prometem manifestação em frente ao prédio da Justiça Federal, no Centro, na manhã de segunda-feira.

Na tarde de ontem, o Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais (Sinep-MG) protocolou representação no MPF pedindo cancelamento do Enem em todo o País. Segundo a assessoria do MEC, será provado na Justiça que o exame foi realizado em "perfeita lisura e o ocorrido (vazamento de

questões) foi localizado".

Durante a tarde de ontem, O POVO tentou conversar com representantes do Colégio Christus. No começo da tarde, a assessoria de imprensa foi contatada e prometeu retorno, o que não aconteceu. No escritório do advogado da escola, Cândido Albuquerque, a reportagem foi informada de que ele não daria entrevista. O celular do diretor da instituição de ensino não foi atendido durante toda a tarde.

Extensivo

Os 639 estudantes que tiveram o Enem anulado e poderão refazê-lo nos dias 28 e 29 de novembro são exclusivamente alunos das turmas de 3º ano do colégio. Segundo o MEC, estudantes das turmas de extensivo não tiveram acesso às apostilas com questões do pré-teste e, portanto, as provas deles não foram anuladas.

LEIA MAIS NA 4 e 11

PRÉ-TESTE

Especialista diz que prova deveria ser diferente

Para o doutor em avaliação educacional e professor associado da Universidade Federal do Ceará (UFC), Wagner Bandeira Andriola, a pré-testagem de itens do Inep deveria ter mais quesitos de segurança.

"Efetivamente, essa não é melhor forma de se fazer um pré-teste. Esse é um procedimento que carecia de alguma melhor preparação, melhor planejamento e execução adequada", diz, reforçando ser essa uma opinião particular, não correspondendo, necessariamente, ao posicionamento institucional. "Por que é que o MEC não faz em uso das próprias instituições federais de ensino superior que já têm esse know-how de aplicação de provas, testes de rendimento?", questiona.

De acordo com nota divulgada pelo MEC na quinta-feira, foi identificado que o vazamento dos 14 itens que aparecem nas provas do Enem

aconteceu durante a pré-testagem feita em outubro de 2010. No Christus, duas turmas (uma com 44 e outra com 47 alunos) fizeram a prova.

O Ministério reforçou não ter havido extravio de material.

O professor doutor reforça que a execução de pré-testagem de itens "é uma etapa imprescindível na preparação da prova final" de exames que usam a Teoria da Resposta ao Item (TRI) como metodologia. (ML)



No Ceará, mais de 118 mil alunos fizeram o Enem no último fim de semana

JCL (31/10/2011)

Enem] Colégio não foi responsável por pré-teste, diz advogado

Para o assessor jurídico do colégio onde vazaram 14 questões do Enem, devem ser responsabilizados os aplicadores do pré-teste

Mariana Lazari
marianalazari@opovo.com.br

O Colégio Christus não teve responsabilidade pela aplicação do pré-teste do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). É o que afirma o advogado Cândido Albuquerque, assessor jurídico da escola onde alunos tiveram acesso a 14 questões iguais às do Enem dias antes das provas. "Responsabilidade por aplicar e manter o sigilo da prova era de empresa contratada pelo MEC (Ministério da Educação)", pontua.

O advogado, porém, não soube dizer como as questões chegaram ao banco de questões do Christus, de onde, segundo o colégio, saíram os itens usados no material distribuído entre os alunos. "Como vazou? É preciso saber quem era o responsável pelo sigilo. A direção não tomou conhecimento. O colégio só cedeu os alunos. Gostaria de saber se a empresa responsável vai dar informação sobre qual equipe que veio aplicar. Não foi paga empresa pra isso?", questiona.

Cândido Albuquerque diz que qualquer medida judicial só será tomada pela escola após decisão de ação movida pela Procuradoria da República no Ceará na Justiça Federal. Na manhã de hoje, a presidente do Inep, Malvina Tuttman, entrega a defesa do instituto ao juiz da 1ª Vara Federal, onde trami-



Cândido Albuquerque diz que espera decisão da ação da Procuradoria da República

Como ENTENDA A NOTÍCIA

O pré-teste de itens do MEC aconteceu em escolas sorteadas. Em 2010, 91 alunos do Christus fizeram as provas, em um dia de aula. O

ministério diz que houve fraude e questões vazaram de dois cadernos de pré-teste.

ta ação que pede anulação das provas dos candidatos de todo o Brasil ou das 14 questões com problemas.

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, o ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou que reapplicar provas de todos os candidatos é uma "tese estapafúrdia".

Pré-teste

De acordo com o MEC, a Fundação Cesgranrio foi a responsável pelo pré-teste do Enem, realizado em outubro do ano passado. Os fiscais de prova foram contratados pela fundação. A assessoria de comunicação

do MEC, porém, reforçou ontem ao **O POVO** que o colégio não era responsável por aplicação de pré-teste, mas teve responsabilidade sobre o vazamento das questões.

Caso a investigação da Polícia Federal mostre envolvimento da escola, informa o MEC, ela será responsabilizada criminalmente e terá de pagar as despesas para reapplicação do Enem, nos dias 28 e 29 de novembro. Se for descoberto ainda que questões circularam também entre alunos de extensivo, todos os candidatos do Christus terão de refazer exame, garante a assessoria do ministério.

QUESTÕES

Aluna de cursinho diz ter recebido material

A anulação das provas do Enem foi restrita pelo Ministério da Educação (MEC) aos 639 concluintes do Colégio Christus. Para o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), o material com as 14 questões idênticas às das provas do exame circulou apenas entre os alunos do 3º ano. A informação, porém, é negada por uma estudante do extensivo do Christus entrevistada ontem pelo **O POVO**.

A jovem, que pediu para não

ter o nome divulgado, afirma que recebeu "de forma banal" as quatro apostilas dias antes do Enem. "Todo dia a gente recebe vários materiais de várias matérias. Nos deram, mas não falaram pra gente fazer", afirma.

O material não teria sido utilizado em sala de aula como preparação para o Enem. "Tanto que tinha gabarito errado e nem consertaram", reforça a estudante, que estuda na sede do bairro Dionísio Torres e tentará vaga em

Arquitetura e Urbanismo.

Ela diz ter achado injusto o cancelamento ser somente para os alunos do 3º ano. "Eu mesma passei o material para amiga minha, que fez tudo e não estuda no Christus, como muitas outras pessoas fizeram. Ou cancela para todo mundo ou só as questões, respeitando o princípio de isonomia, porque são as mesmas vagas disputadas para todo o Brasil", pontua a aluna. "O colégio não tem culpa", afirma. (ML)

Saiba mais

Na manhã de hoje, a presidente do Inep, Malvina Tuttman, apresenta, em Fortaleza, a defesa do instituto à Justiça Federal.

Na sexta-feira, o juiz da 1ª Vara Federal deu prazo até as 10h48min de hoje para o Inep se posicionar sobre o pedido de anulação movido pelo Ministério Público Federal.

JCL (01/11/2011)

Enem] Juiz anula 13 questões em todo o País; MEC recorre na quinta

Juiz defende que restringir reaplicação do exame a 639 estudantes “foge da lógica do razoável”. Ministério promete recorrer a tribunal em Recife

IGOR DE MELO



Presidente do Inep, Malvina Tuttman, veio a Fortaleza acompanhar o caso

Bruno de Castro
brunobrito@opovo.com.br

Mariana Lazari
marianalazari@opovo.com.br

Estão anuladas 13 questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para todos os candidatos. O juiz titular da 1ª Vara Federal, Luís Praxedes Vieira da Silva, acatou, na noite de ontem, a ação civil pública movida pela Procuradoria da República no Ceará. Nela, o procurador Oscar Costa Filho pedia anulação de 13 questões disponibilizadas dias antes do Enem para alunos do Colégio Christus. O Ministério da Educação (MEC) informa que irá recorrer.

Na decisão liminar, Praxedes cita que o acesso de candidatos às questões feriu “o princípio constitucional da isonomia e da segurança jurídica”. “Neste caso, não é o erro, mas o vazamento das questões que leva à nulidade das mesmas, por quebra do princípio da isonomia”, escreveu o juiz. A Justiça Federal anulou somente as questões apontadas pelo procurador Oscar Costa Filho como irregulares. Para o MEC, seriam 14 os itens do Enem com problemas.

A decisão foi divulgada nove horas depois de a pre-

Por quê

ENTENDA A NOTÍCIA

O juiz federal usou como argumentos para a decisão fatos como não ser possível afirmar que apenas os 639 alunos indicados pelo Inep tiveram acesso às questões antes do Enem. Anular todo o exame foi citado pelo magistrado como “algo desproporcional”.

sidente do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), Malvina Tuttman, entregar pessoalmente à Justiça Federal a defesa do instituto organizador do Enem. O Inep queria que fossem anuladas apenas as provas de alunos que tiveram acesso a apostilas com questões iguais às do exame. O número, segundo Tuttman, poderia passar dos 639 apontados pelo Inep inicialmente. A defesa, segundo a pedagoga, baseou-se em

“argumentos sempre pedagógicos, sempre técnicos”.

Com a anulação das 13 questões, muda a pontuação do Enem 2011. Por exemplo: ao invés de serem 180 itens valendo mil pontos, serão 167 valendo os mesmos mil pontos.

Para o procurador Oscar Costa Filho, a decisão representa vitória. “Significa que, graças a Deus, ainda tem justiça nesse país”, comemorou. Ele deve conceder entrevista coletiva à imprensa, na manhã de hoje.

Recurso

Por entender que “a decisão foi excessiva e desproporcional”, o MEC informou ao **O POVO**, através da assessoria de comunicação, que irá recorrer da liminar. “Entendemos que a decisão é injusta”, pontuou a assessoria. Na quinta-feira, o ministério deve ingressar com recurso no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife.

Leia mais na 3 e 4

Saiba mais

Foram anuladas as questões da prova amarela 87, 46, 50, 74, 57, 34, 32 e 33 (aplicadas no 1º dia) e 113, 180, 141, 173 e 154 (aplicadas no 2º dia).

O POVO tentou conversar com algum representante do Colégio Christus durante toda a tarde e começo da noite de ontem. Foi informado que a diretoria estava em reunião e não poderia conversar com a reportagem.

A investigação da Polícia Federal continua acontecendo. Segundo o MEC, somente a PF poderá indicar como o colégio teve acesso a questões do pré-teste aplicado em outubro de 2010.

Caso o MEC reverta a situação e fique provado que o colégio teve responsabilidade na antecipação de questões, o ministério pedirá na justiça que o ônus pela reaplicação da prova seja do Christus. Cada prova custa R\$ 45.

Multimídia

Veja trechos da entrevista coletiva de Malvina Tuttman no Portal O Povo Online
www.opovo.com.br

Trechos da decisão judicial

O erro gravíssimo

do instituto requerido foi não usar questões inéditas no Enem deste ano. As questões do pré-teste jamais poderiam ser utilizadas no ano seguinte, principalmente porque não estavam lidando com instituições comandadas por Irmãs Carmelitas Descalças, e

sim por entidades com um alto grau de disputa entre as elas, para angariar novos alunos.

Não se sabe se

apenas os 639 alunos do 3º ano do ensino médio do Colégio Christus tiveram acesso. Comenta-se que também os alunos do mesmo

colégio, integrantes do cursinho, pouco mais de 300 alunos, também tiveram acesso. E quantos mais de amigos ou via redes sociais também não tiveram acesso?

Há uma afronta

grave ao princípio da isonomia nesta

atitude do Inep de anular o Enem para apenas os 639 alunos do Colégio Christus. Acho que a grande maioria dos alunos jamais aceitaria participar de uma situação como esta.

Luís Praxedes Vieira da Silva, juiz da 1ª Vara Federal no Ceará, na decisão da ação civil pública

JCL (05/11/2011)

Enem] Liminar cai e itens são anulados só para 639 alunos

Os 13 itens cancelados na última segunda-feira para todo o País serão desconsiderados apenas de alunos do Christus. Isso modifica a base de cálculo da nota dos estudantes

Bruno de Castro
brunobrito@opovo.com.br

Durou quatro dias a liminar concedida pelo juiz da 1ª Vara Federal, Luís Praxedes Vieira da Silva, em favor do Ministério Público Federal (MPF) para a anulação de 13 questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em todo Brasil. Ontem pela manhã, o presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), desembargador federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, acatou recurso do Ministério da Educação (MEC) pedindo a derrubada da decisão. A solicitação foi protocolada na tarde anterior.

Com isso, somente os 639 alunos do colégio Christus, em Fortaleza, terão os itens cancelados. A escola é alvo de investigação da Polícia Federal por ter distribuído, dez dias antes do Enem, apostila contendo pontos idênticos ou muito parecidos com o pré-teste aplicado em outubro do ano passado. "Anular 'somente' as questões dos alunos beneficiados não reestabelece a isonomia. (...) De outro lado, anular as questões para 'todos' os participantes também não restauraria a igualdade violada. (...) Seja como for, a anulação geral também não seria neutra, ou seja, o resultado do Enem seria afetado, e a lista de aprovados nos vários vestibulares sofreria alterações mais ou menos significativas", argumentou Lima.

O total de itens cancelados, porém, chegará a 14. Em primeira mão, o MEC confirmou ao **O POVO** ontem que vai desconsiderar a questão 25 do caderno amarelo de Ciências Humanas e suas Tecnologias dos concluintes do Christus.

Até então, o Ministério apenas cogitava a medida, também reivindicada pelo procurador da República no Ceará, Oscar Costa Filho, anunciou, ontem à tarde, que conversou com o procurador regional da República, Francisco Rodrigues, para um recurso à decisão de ontem ser apresentado até terça-feira, 8. O resultado sairá no dia seguinte.



Diversos protestos de estudantes já foram realizados em Fortaleza após o vazamento das questões do pré-teste

ANULAÇÃO NACIONAL

MPF entra com novo recurso no TRF-5

Autor da ação que resultou em cancelamento das 13 questões para todo Brasil, o procurador da República no Ceará, Oscar Costa Filho, anunciou, ontem à tarde, que conversou com o procurador regional da República, Francisco Rodrigues, para um recurso à decisão de ontem ser apresentado até terça-feira, 8. O resultado sairá no dia seguinte.

A ideia é tentar fazer o pleno do TRF-5 derrubar a posição do próprio presidente. O argumento do MPF será o mesmo utilizado até agora: a quebra do princípio da isonomia. "Quando a administração pública causa dano a alguém, isso não pode ser individualizado. Essa decisão não distribui o prejuízo. Ela individualiza", diz Oscar.

Caso o pleno mantenha o parecer do presidente, o procurador promete levar o caso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ou, em última instância, ao Supremo Tribunal Federal (STF). "O MEC pediu anulação para 639 sabendo que alunos do cursinho do colégio (320) tiveram acesso às questões. Por isso, essa decisão é inexequível".

Por quê

ENTENDA A NOTÍCIA

TRF considerou como "solução evidentemente pior" da Justiça Federal no Ceará de cancelar 13 questões em caráter nacional. Desembargador diz que comparar 639 alunos com cinco milhões de candidatos é "desproporção gritante".

Desempenho e nota

Isso alterará a base de cálculo das notas dos alunos do colégio. Enquanto os demais candidatos terão 1.000 pontos distribuídos nas 180 questões dos dois dias de provas, os estudantes do Christus terão os mesmos 1.000 pontos para 166 itens.

Ou seja: dependendo do desempenho de cada um, os 639 cearenses poderão ser

beneficiados ou prejudicados com as notas finais para entrada nas universidades que utilizam o Enem como seu método de seleção, conforme previu o desembargador.

Assim, concorrentes com o mesmo número de acertos/erros poderão ter notas diferentes. "Dependendo da questão que ele (concluinte do Christus) errar ou acertar, vai ter um peso maior. A TRI (Teoria de Resposta ao Item) minimiza os efeitos disso, mas não há como negar que haverá uma pequena diferença. Quase irrisória, mas vai modificar o cálculo, sim", admite Nunzio.

Em nota, o colégio Christus disse "estar analisando a decisão do TRF", mas ponderou que a medida mantém a competitividade dos alunos do colégio, "não lhes causando nenhum prejuízo". A escola ressaltou "que a sistemática da TRI garante a igualdade de pontuação para a prova, mesmo que o número de questões seja diferente".

Para entender o caso

22 e 23 de outubro
Enem é realizado em todo o País. Cerca de cinco milhões de pessoas inscreveram-se.

25 de outubro
Circulam na Internet imagens de questões pertencentes a uma apostila atribuída ao Christus com itens idênticos ou muito similares aos do pré-teste do Enem, aplicado um ano antes.

26 de outubro
MEC anuncia o cancelamento das provas dos 639 alunos do Christus e anuncia os dias 28 e 29 de novembro como datas de reaplicação dos testes.

27 de outubro
Ministério confirma que questões eram, de fato, de dois cadernos de pré-testes aplicados no Christus. MPF

pede anulação do Exame ou de 13 questões para todo o Brasil.

28 de outubro
Justiça estipula 72 horas para MEC apresentar defesa ao pedido do MPF.

31 de outubro
Cúpula do Inep vem a Fortaleza defender o cancelamento do Enem ou das 13 questões somente para o Christus. Justiça anula 13 itens em caráter nacional.

3 de novembro
MEC recorre de decisão judicial ao TRF-5.

Ontem
TRF-5 diz que as questões devem ser anuladas só para o Christus. MPF informa que vai recorrer.

MEC

Em nota, o MEC explicou o reflexo da anulação. "Na análise, pressupõe-se que essas questões não foram apresentadas aos estudantes. Portanto, para os cálculos das proficiências serão consideradas 41 questões em ciências humanas, 40 em ciências da natureza, 44 em linguagens e 41 em matemática. (...) A TRI é mais adequada para avaliar provas com número de itens diferentes, uma vez que o cálculo considera o padrão de respostas em relação ao item. Essa medida permite uma melhor precisão para os outros 4 milhões de participantes e as proficiências obtidas com um número menor de questões estarão circunscritas a um número diminuto de alunos".

JCL (21/12/2011)

Enem] Mais estudantes pode ter questões anuladas, diz MEC

Segundo o Ministério, a decisão será tomada caso a Polícia Federal aponte que o vazamento no Ceará foi mais amplo que o já constatado

O Ministério da Educação (MEC) informou ontem que pode ampliar a quantidade de estudantes com questões anuladas no último Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), caso um inquérito da Polícia Federal aponte que vazamento já constatado no Ceará tenha sido mais amplo do que o apurado até agora.

A previsão é que o inquérito da polícia seja concluído já nos próximos dias.

Por enquanto, foram anuladas 14 questões para 639 alunos do Colégio Christus, de Fortaleza (CE). Esses estudantes tiveram contato com essas questões semanas antes do exame nacional, durante um simulado.

Segundo a Polícia Federal, um professor da instituição copiou dois cadernos de prova quando o ministério aplicou um pré-teste para

O quê

ENTENDA A NOTÍCIA

As questões do Enem 2011 que foram divulgadas em material do colégio Christus, dias antes da prova, estavam no pré-teste aplicado na escola em outubro de 2010. A informação foi confirmada pelo Ministério da Educação (MEC). Segundo o Ministério, nem os alunos nem a escola sabiam que o pré-teste era para o Enem.

alunos do colégio há um ano.

O pré-teste é a aplicação, em caráter experimental, de uma prova a estudantes de determinados colégios para avaliar se questões elaboradas para o Enem podem compor o banco de reserva do exame.

O Ministério Público Federal do Ceará afirma que o vazamento de questões não beneficiou apenas os 639 alunos do último ano do ensino médio do Colégio Christus.

Segundo o órgão, o MEC tinha a informação de que as questões suspeitas foram transmitidas também para alunos do cursinho pré-vestibular e para um outro colégio da mesma rede.

Só do pré-vestibular do Christus, outros 300 alunos podem ter sido beneficiados, diz o Ministério Público.

O procurador Oscar Costa Filho, que investiga o vaza-

mento na esfera cível, afirmou à que o Inep —órgão ligado ao MEC responsável pelo Enem— encaminhou à Polícia Federal um ofício no dia 10 de novembro questionando se outros alunos da mesma rede do colégio de Fortaleza tiveram acesso às questões que vazaram.

De acordo com o Ministério Público, a resposta à pergunta foi afirmativa.

Costa Filho é o autor da ação que pediu a anulação da prova do Enem em todo o país, mas que foi derrubada pela Justiça Federal.

Anteriormente, o MEC havia dito que as informações da Polícia Federal mostravam haver indícios de que outros estudantes tiveram acesso às questões, mas que não havia ainda provas. (da agência Folhapress)

LEIA MAIS NA PÁGINA 17

JCL (22/12/2011)

Enem] MEC cancela 14 questões para mais 500 alunos cearenses

Com base em investigações da Polícia Federal, ministério entendeu que estudantes de cursinho também foram beneficiados

BANCO DE DADOS



Agora são 1.139 estudantes do Christus afetados pela decisão do MEC de anular 14 questões

Bruno de Castro
brunobrito@opovo.com.br

Aumentou em 500 o número de participantes cearenses no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2011 com questões canceladas por vazamento de itens antes da prova. Agora são 1.139 estudantes afetados pela decisão do Ministério da Educação (MEC). Todos do Colégio Christus, de Fortaleza. A entidade é acusada de copiar dois cadernos do pré-teste aplicado ano passado e distribuir para os alunos dias antes do Enem, em outubro último.

Até o fim da manhã de ontem, somente os 639 candidatos da escola que cumpriam o terceiro ano do ensino médio regular tinham as 14 questões anuladas. Segundo o MEC, a extensão do cancelamento para os membros do cursinho toma como base o inquérito da Polícia Federal aberto para apurar como o material vazou.

A partir de depoimentos, inspeções e pareceres prévios da PF, o ministério concluiu que todos os participantes da escola no Enem beneficiaram-se do esquema. Essa era uma hipótese levantada pela cúpula do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Professor Anísio Teixeira

E agora ENTENDA A NOTÍCIA

A novela promete novos capítulos para janeiro. Assim que a Justiça Federal voltar do recesso, MPF promete protocolar nova ação na tentativa de cancelar os itens para todo o País. Até lá, vale a decisão atual do MEC.

ra (Inep), responsável pela aplicação do Enem, desde o começo do escândalo, na penúltima semana de outubro.

Procurado pelo **O POVO**, o colégio disse que não se pronunciará sobre o assunto enquanto as investigações da PF estiverem em andamento. "Não é justo estender! Assim como eu, muita gente não recebeu (as cópias). E muita gente que recebeu não se preparou por elas. A galera teria bom desempenho independente disso. Ou cancela pra todo mundo ou pra ninguém", defende uma aluna do cursinho que pede para não ser identificada.

Diante da nova decisão do MEC, o Ministério Público Federal (MPF) no Ceará promete protocolar mais uma ação na tentativa de anular os 14 itens ou toda a prova

para os candidatos do Brasil inteiro. O órgão já tentou isso outra vez e chegou a ganhar em primeira instância. Foi derrotado, porém, em instância superior.

Essa segunda ação será protocolada tão logo a Justiça Federal retorne do recesso de fim de ano. A volta está marcada para 7 de janeiro. "O sistema foi violado. Portanto, o vazamento foi muito maior. Falar em vazamento pontual de pré-teste é desconhecer a sistemática do exame", argumenta o procurador Oscar Costa Filho.

Por isso, ele diz que pedirá à Justiça a suspensão dos efeitos do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) até a conclusão do inquérito da Polícia Federal. Ao **O POVO**, a assessoria do MEC disse que o ministério não se posicionaria a respeito.



A nota do Enem pode ser acessada no endereço
<http://sistemasenem2.inep.gov.br/resultadosenem/>

É preciso ter CPF e senha cedida pelo MEC em mãos.

Para entender

22 e 23 de outubro. Enem é realizado em todo o País.

25 de outubro. Circulam na Internet questões pertencentes a uma apostila atribuída ao Christus com itens iguais ou parecidos com os do pré-teste do Enem.

26 de outubro. MEC anuncia anulação de provas dos 639 alunos do Christus.

27 de outubro. MPF pede anulação do Enem ou de 13 questões para todo o Brasil.

28 de outubro. Justiça dá 72 horas para MEC apresentar defesa.

31 de outubro. Presidente do Inep vem a Fortaleza. Justiça anula nacionalmente 13 itens.

1 de novembro. MPF diz que mais uma questão deve ser anulada, totalizando 14.

3 de novembro. MEC recorre ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), em Recife/PE.

4 de novembro. TRF-5 diz que as questões devem ser anuladas só para o Christus. MPF recorre, mas recurso é rejeitado.

Ontem. MEC anuncia o cancelamento das 14 questões também para os 500 alunos do cursinho do Christus e MPF fala em nova ação civil pública para a anulação ser nacional. Diz que também solicitará suspensão dos efeitos do Sisu até a conclusão das investigações da PF.

Saiba mais

O inquérito da PF devia ter sido concluído até 30 de novembro. Contudo, a corporação pediu mais tempo ao MPF para dar um parecer definitivo sobre o caso.

O POVO tentou, por nove vezes, falar com a Polícia Federal na tarde de ontem para saber quando as

investigações terminam, mas ninguém atendeu às ligações na assessoria do órgão.

Caso a Justiça aceite o pedido do MPF (de suspender os efeitos do Sisu e cancelar as questões para todo o País), o resultado do Sisu poderá sofrer alterações. O calendário letivo das universidades e institutos

federais também pode ser afetado.

Oscar Costa Filho também cobra do MEC a abertura de sindicância para o ministério investigar, por conta própria, como se deu o vazamento das questões. O MEC, por sua vez, argumenta que já existe um inquérito da PF apurando o caso

JCL (18/01/2012)

Enem] Justiça determina que todos tenham acesso à redação

Justiça Federal decidiu que todos os candidatos do Enem tenham acesso à própria redação. MEC diz que recorrerá. PF conclui inquérito e indiciou dois funcionários de Colégio Christus

Mariana Lazari
marianalazari@opovo.com.br

Todos os candidatos do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) devem ter acesso à redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e aos espelhos de correção. Essa é a decisão liminar do juiz Luís Praxedes Vieira da Silva, da 1ª Vara da Justiça Federal no Ceará, proferida na tarde de ontem.

Na decisão, o juiz federal cita o artigo 5º da Constituição Federal, que diz: "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral". Para o magistrado, houve "ofensa ao princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório" por parte do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que não disponibiliza a redação aos candidatos.

A decisão acata ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF). Contatada pelo **O POVO**, a assessoria de imprensa do Ministério da Educação (MEC)

E agora ENTENDA A NOTÍCIA

A Justiça determinou que o MPF tem até cinco dias para se manifestar sobre a decisão. O Inep deve cumprir urgentemente o decidido disponibilizando a redação. O instituto informou, porém, que vai recorrer.

informou que o órgão não fora notificado oficialmente, mas irá recorrer.

No texto que determina a disponibilização da redação, o juiz cita que "o fundamento receio de dano irreparável é evidente, tendo em vista o prazo para inscrição no Sis", que já terminou. O sistema inicia

amanhã a matrícula da primeira chamada.

O acesso à redação não é permitido pelo edital do Enem. A prova é avaliada por dois corretores e, havendo discrepância de 300 pontos ou mais entre as duas notas, um terceiro corretor é convocado e a nota deste prevalece.

Após a divulgação das notas do Enem 2011, porém, candidatos começaram a protestar nas redes sociais contra o resultado da avaliação. Muitos ingressaram na Justiça pedindo acesso à prova. No Ceará, pelo menos 12 estudantes conseguiram judicialmente receber o espelho da própria redação. O MPF, então, ingressou na Justiça pedindo que o direito fosse ampliado.

Indiciados

Ontem, foi divulgado também que a Polícia Federal indiciou dois funcionários do Colégio Christus. A instituição distribuiu entre os alunos, dias antes do Enem, apostilas com itens iguais ou muito parecidos com os do exame. (colaborou Tiago Braga)

Leia mais na 16



A decisão permite que todos os candidatos tenham acesso à redação

INQUÉRITO

PF indiciou professor e um outro funcionário do Colégio Christus

A Polícia Federal (PF) indiciou um professor e um outro funcionário do Colégio Christus pelo vazamento das questões do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Por meio de uma apostila distribuída pela escola, os alunos tiveram acesso antecipado a 14 questões que foram cobradas na prova de outubro do ano passado. O inquérito conduzido pela PF na última sexta-feira confirmou que os itens vazaram da fase de pré-teste da qual o Christus participou, em 2010.

Segundo a Polícia Federal, um funcionário da escola teve acesso aos cadernos de prova e teria sido o responsável por copiar as questões. Já o professor foi o responsável por distribuir aos alunos a apostila que continha os itens aplicados no pré-teste. Os dois foram indiciados pelo crime de estelionato. Os nomes não foram divulgados.

O inquérito deve ser encaminhado hoje para o Ministério Público Federal no Ceará, que tem três opções: oferecer a denúncia contra os indiciados, arquivar o inquérito ou solicitar que ele retorne à PF para novas diligências.

Em nota publicada no site do colégio, a direção do Christus diz que "confia na honestidade e na lisura de seus funcionários e aguardará, considerando que as notícias expressam apenas a opinião da autoridade investigadora, uma posição equilibrada e isenta do Ministério Público Federal, de modo que, ao final, prevaleçam a verdade e a justiça".

O advogado da escola, Cândido Albuquerque, afirmou que ainda não havia sido notificado oficialmente sobre a conclusão do inquérito. "O colégio apenas cedeu seus alunos para fazer o pré-teste. Tem que investigar e quem veio aplicar essas provas em Fortaleza", disse. (Tiago Braga, com agências)

Saiba mais

A prova do Enem é composta por questões que integram um banco de itens do Inep. Antes de entrar para esse banco, cada questão passa por um pré-teste, que avalia se o item é válido e qual é o grau de dificuldade.

Os alunos que participam do pré-teste são escolhidos aleatoriamente e, após responder ao caderno de questões, devolvem o material, que deve ser incinerado.

Segundo o MEC, 91 alunos do Colégio Christus participaram do pré-teste em 2010, que foi base para a prova de 2011, e as questões foram copiadas de dois dos 32 cadernos de prova aplicados na escola.

1.139 alunos do colégio e do pré-vestibular tiveram 14 questões do Enem anuladas.

A nota obtida no Enem é utilizada no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que, em 2012, possibilita acesso a 95 instituições de ensino superior de todo o País. No Ceará, UFC, IFCE e Unilab utilizam o sistema.

JCN (27/10/2011)

Teste de escola antecipou questões do Enem

Enunciados e respostas de simulado de colégio de Fortaleza são idênticos aos usados no exame nacional dias depois

639 alunos terão de refazer a prova; PF vai investigar, e procurador pede cancelamento da avaliação no país todo

DE SÃO PAULO
DE BRASÍLIA

Um dos melhores colégios de Fortaleza antecipou em seu simulado, há duas semanas, ao menos oito questões que foram aplicadas nas provas do Enem, realizado no final de semana passado.

Enunciados e respostas de cinco delas eram idênticos. De três, muito parecidos. O Enem deste ano teve 180 questões, além da redação.

O resultado do exame nacional servirá para selecionar ao menos 260 mil vagas em universidades. A classificação na avaliação é usada por colégios para autopromoção.

Após ver circular a informação sobre as questões em redes sociais, o Ministério da Educação cancelou ontem a participação dos 639 alunos da escola Christus no Enem. Eles terão de refazer a prova.

A Polícia Federal vai investigar o caso, a pedido do MEC. O Ministério Público Fede-

ENEM FALHA, DE NOVO MEC admite que alunos no Ceará resolveram questões semanas antes da prova

SIMULADO APLICADO NO INÍCIO DO MÊS

Mal sabe voar
Nossa irmã, a barata
Bichinha mais chata
É prima da borboleta
Que é uma careta
Nosso irmão, o grilo
Que vive dando estrilo
Só pra chatear.

MORAES, V. A anta de Noel: poemas infantis. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

O poema acima sugere a existência de relações de afinidade entre os animais citados e nós, seres humanos. Respeitando a liberdade poética dos autores, a unidade taxonômica que expressa a afinidade existente entre nós e estes animais é

a) o filo. d) a família.
b) o reino. e) a espécie.
c) a classe.

PROVA DO ENEM DE 22 DE OUTUBRO

na etapa II, energia potencial
na etapa I, energia potencial
na etapa III, energia potencial
na etapa IV, energia potencial

É prima da borboleta
Que é uma careta
Nosso irmão, o grilo
Que vive dando estrilo
Só pra chatear

MORAES, V. A anta de Noel: poemas infantis. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

O poema acima sugere a existência de relações de afinidade entre os animais citados e nós, seres humanos. Respeitando a liberdade poética dos autores, a unidade taxonômica que expressa a afinidade existente entre nós e estes animais é

a) o filo.
b) o reino.
c) a classe.
d) a família.
e) a espécie.

EN - 1ª dia | Caderno 2 - AMARELO - Página 28

Fotos publicadas em rede social mostram questões idênticas a aplicadas no Enem em um simulado do colégio Christus, de Fortaleza

Colégio informou que as questões foram usadas em pré-testes realizados pelo MEC na instituição em 2010



ral no Ceará pediu ao governo a anulação de todo o Enem, que contou com 4 milhões de participantes.

Se não for atendido, o órgão diz que irá à Justiça. "O MEC procura soluções locais para um concurso que é na-

cional", afirmou o procurador Oscar Costa Filho.

O Ministério da Educação afirmou não haver indício de vazamento da prova de 2011.

Tanto o governo quanto o colégio Christus sinalizaram que pode ter havido falha no

sistema de pré-testagem das questões do exame nacional.

Antes de formular a prova, o Inep (instituto de pesquisas do MEC) testa, em colégios sorteados, centenas de questões sugeridas por docentes. O Christus participou do pré-

teste de outubro de 2010, cujas perguntas foram utilizadas na edição deste ano.

O Inep corrige o pré-teste e escolhe quais questões se encaixarão no padrão da prova.

De um banco com cerca de 20 mil perguntas, são selecio-

nadas as 180 do Enem.

Em tese, todos os cadernos usados nessa preparação nos colégios têm de ser devolvidos ao Inep. Pode ter havido, porém, falha na aplicação (aluno ou funcionário pode ter copiado questões) ou no envio do material ao Inep.

O colégio disse que também possui banco de questões para seus simulados.

Em nota, a escola disse que o banco é formado por diversas fontes e sugeriu que algum aluno que participou do pré-teste pode ter enviado essas questões ao colégio.

O Enem enfrenta problemas desde que foi reformulado, em 2009. Naquele ano, precisou ser todo reaplicado por causa do vazamento da prova. No ano passado, houve confusão nos cadernos de questões e a prova teve de ser refeita por parte dos alunos. O tema da redação também vazou para alunos de Petrolina, em Pernambuco.

O novo problema pode afetar os planos do ministro da Educação, Fernando Haddad, de se tornar candidato do PT à Prefeitura de São Paulo.

(FELIPE LUCHETE, LARISSA GUIMARÃES, LUIZA BANDEIRA E FÁBIO TAKAHASHI)

» LEIA MAIS na pág. C4

JCN-A (28/10/2011)

FOLHA DE S. PAULO
SEXTA-FEIRA, 28 DE OUTUBRO DE 2011, C3

cotidiano

Colégio copiou questões do Enem, afirma ministro

Segundo Haddad, fraude ocorreu em pré-teste feito na escola cearense em 2010

Aluno diz no Twitter que 'Jahilton' passou simulado com questões; escola tem professor de física com esse nome

DE SÃO PAULO
DE ENVIADO ESPECIAL A FORTALEZA

O ministro da Educação, Fernando Haddad, acusou ontem o colégio Christus de dar acesso antecipado a questões do Enem a seus alunos.

Um simulado realizado pela escola de Fortaleza há duas semanas trazia testes idênticos aos aplicados pelo exame nacional no final de semana passado em todo o país.

O ministro disse que integrantes da escola chegaram a pedir a alunos que não comentassem que o simulado continha questões do Enem.

Haddad disse que alguém do Christus copiou irregularmente dois dos 32 cadernos com questões pré-testadas no ano passado no colégio. O pré-teste avalia o grau de dificuldade das questões, que depois são incluídas em banco do exame nacional.

O ministro ressaltou, porém, que ainda não é possível saber quais pessoas do colégio se envolveram na ação.

No Twitter, alunos disseram que "Jahilton" foi quem distribuiu o caderno. O site da escola informa que há um docente de física com esse nome. A Folha não o localizou.

O problema veio a público após alunos escreverem em redes sociais, no final de semana, que o colégio havia conseguido antecipar questões.

Inicialmente, o MEC identificou oito questões iguais.

Ontem, concluiu que o simulado continha 14 questões do Enem. Elas haviam sido aplicadas no pré-teste realizado por duas turmas da escola em outubro de 2010 — os colégios que fazem o pré-teste são escolhidos por sorteio.

Segundo o MEC, todos os cadernos da pré-testagem foram devolvidos, mas o conteúdo pode ter sido copiado eletronicamente. "O material [o simulado] é o conteúdo de dois cadernos, na íntegra. Está absolutamente comprovado", disse Haddad à Folha.

As provas dos 639 alunos do Christus que fizeram o Enem foram anuladas. Elas serão reaplicadas nos dias 28 e 29 de novembro. Ao todo, 4 milhões de estudantes participaram do exame nacional.

A escola não se pronunciou ontem. Anteontem, disse que o simulado foi feito com questões de seu próprio banco de dados, que poderia ter sido abastecido com itens enviados por estudantes.

Haddad disse que a hipótese "é uma impossibilidade lógica", devido ao número de questões coincidentes.

Pais e alunos do Christus disseram que a apostila vazou a estudantes dos colégios Antares, Ari de São Cavalcante, Sete de Setembro e Farias Brito. As escolas negam acesso privilegiado, mas disseram que alunos do Christus podem ter repassado o material a outros estudantes.

(FÁBIO TAKAHASHI E FÁBIO GUIBU)



Alunos em frente a uma das unidades do colégio Christus

JCN-B (28/10/2011)

Ministério Público pede anulação do Enem

Para procurador, realização de novas provas apenas para estudantes de colégio de Fortaleza 'não corrige problema'

Pais e alunos afirmam que estudantes de outras escolas da cidade também tiveram acesso às questões do exame

FÁBIO GUIBU
ENVIADO ESPECIAL A FORTALEZA

O Ministério Público Federal no Ceará pediu à Justiça a anulação total ou parcial das provas do Enem deste ano.

Na ação, o procurador Oscar Costa Filho pede também que a determinação do Ministério da Educação — para a realização de novas provas para os 639 alunos do Colégio Christus que tiveram acesso antecipado a questões do exame — seja anulada.

Para o procurador, a decisão do ministério "não corrige" o problema e trata de forma desigual participantes de um concurso nacional.

"Os estudantes [do Christus] não têm nada com isso e estão sendo tratados como cúmplices", afirmou.

Para o ministro da Educação Fernando Haddad, é possível replicar o Enem para um grupo de pessoas que tenha sido prejudicado ou se beneficiado por alguma falha.

O procurador defende que

mulado da escola que constaram do Enem dias depois sejam anuladas para todos os 4 milhões de estudantes que participaram do exame. O Enem teve 180 questões.

'BULLYING'

Pais e alunos do colégio Christus, em Fortaleza, afirmam que as questões do Enem também vazaram para

PASSO A PASSO DO ENEM

Pré-testagem faz parte da seleção de questões

COMO FUNCIONA O PRÉ-TESTE



1 O MEC convida professores de todo o país a elaborar perguntas nos moldes do Enem para compor um banco de questões



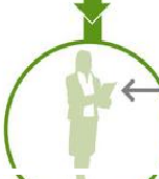
2 Essas questões são aplicadas para alunos dos ensinos fundamental, médio e até superior com o objetivo de avaliar seu grau de dificuldade



3 O MEC define por sorteio os colégios que farão o pré-teste. Em 2010, foram duas aplicações em escolas públicas e particulares de dez Estados — entre elas, o colégio Christus, de Fortaleza



4 Em tese, a escola e os alunos não sabem se se trata de um pré-teste do Enem — mas apenas de uma avaliação do governo federal. Avaliações como a Prova Brasil e o Saeb também são pré-testadas



5 Após a aplicação por fiscais sem vínculo com a escola, os cadernos são devolvidos ao MEC; o colégio não pode ficar com nenhum

A SUSPEITA: Segundo o Ministério da Educação, a escola conseguiu copiar o conteúdo de dois dos 32 cadernos (ou 268 questões) a que teve acesso

estudantes de outras escolas. "Todos [estudantes] trocam informações, independentemente da escola", diz a

advogada Iris Gadelha, mãe de uma aluna do Christus.

A advogada e um grupo de pais reuniram-se com representantes da escola e pediram acompanhamento psicológico para os filhos, que, segundo ela, estão "desmotivados" e sendo alvo de "bullying".

"São taxados de patri-

A presença da imprensa em frente à escola incomodou pais e alunos. Ontem, houve confusão na saída do turno da manhã, quando duas alunas e uma mãe tentaram tomar a câmera de um fotógrafo.

Nenhum estudante ouvido pela **Folha** responsabiliza a escola pelo problema.

Colaboraram LUIZA BANDEIRA e FELIPE LUCHETE

OUTROS COLÉGIOS

PF INVESTIGA SE VAZAMENTO FOI MAIOR

A Polícia Federal investiga se o vazamento das questões chegou a outros colégios. A PF recebeu denúncia por e-mail de um aluno de outra escola de Fortaleza. Ele deve ser ouvido hoje. Os policiais ainda tratam a informação com cautela.

PERGUNTAS SEM RESPOSTA

? O MEC constatou que as questões apresentadas no simulado do colégio faziam parte de 2 dos 32 cadernos usados no pré-teste. Foi somente esse o conteúdo copiado?

? Como a escola conseguiu acertar 14 perguntas de um universo de 20 mil que compõem o banco de questões? O vazamento foi só no pré-teste?

Para Haddad, problemas estão sob controle

DE SÃO PAULO

Para o ministro da Educação, Fernando Haddad, o problema deste ano no Enem "foi controlado". (rj)

Folha • Como o sr. avalia a edição 2011 do Enem?

Fernando Haddad: O Enem vem ganhando importância e tem sofrido ações criminosas. Mas os problemas de 2010 e 2011 foram controlados.

O simulado circulou com alunos de outros colégios?

Nosso monitoramento não apontou. Não podemos prejudicar 4 milhões com base em boatos.

É possível fazer Enem sem problemas?

Li no "New York Times" que sete alunos foram processados por terem fraudado o SAT [prova nacional americana]. O que o Enem precisa é ter antidoto contra ações desse tipo. Precisamos fortalecer controles.

samos fortalecer controles.

O problema deste ano prejudica sua pré-candidatura à Prefeitura de SP?

Nunca misturo ações do MEC com atividades político-partidárias.

JCN (29/10/2011)



Estudantes fazem passeata contra o Enem em Fortaleza

Novo problema revela escassez de questões disponíveis para exame

FÁBIO TAKAHASHI
DE SÃO PAULO

A antecipação de questões do Enem pelo colégio Christus (CE) pode ter trazido a público um problema até então desconhecido do exame: a escassez de questões aptas a compor a prova nacional.

Antes de ser usadas, as questões são analisadas pelo Inep e pré-testadas em colégios sorteados. O Ministério da Educação diz que o banco do instituto tem 20 mil questões, considerando todas as suas avaliações — 6.000 do Enem.

Reservadamente, integrantes do MEC e do Inep afirmam ser improvável que o banco do Enem tenha tantos itens.

Para eles, isso ficou claro pelo fato de o colégio ter an-

tecipado num simulado 14 das 180 questões do Enem.

No pré-teste em 2010, o colégio conseguiu, diz o MEC, copiar dois cadernos com 24 questões cada. Assim, seria estatisticamente improvável que, com 50-48 questões à disposição, a escola conseguisse acertar 14 entre 6.000.

Na avaliação de um professor que já prestou consultoria ao Inep, provavelmente o banco do Enem está com o mínimo necessário, o que obriga o exame a usar perguntas pré-testadas apenas um ano antes do exame.

Oficialmente, o MEC diz que os cadernos do Christus, coincidentemente, continham perguntas-chave do exame. A versão, porém, causa dúvidas dentro do próprio ministério.

Defensoria recomenda que MEC anule questões do Enem

Se medida não for tomada, exame deve ser cancelado, acredita órgão da União

Segundo PF, perguntas reproduzidas em simulado estavam em cadernos de pré-teste devolvidos em branco

DE BRASÍLIA
DE SÃO PAULO

A Defensoria Pública da União recomendou ontem que o Inep (instituto ligado ao MEC responsável pelo Enem) anule 14 questões da edição 2011.

Nove delas foram reproduzidas de forma idêntica num simulado do colégio Christus, de Fortaleza, duas semanas antes do exame. Nas demais, havia semelhanças.

A Defensoria recomendou ainda que, caso elas não sejam anuladas, o Inep cancele o Enem. Para o defensor federal Ricardo Salviano, objetivo é "garantir a isonomia".

A recomendação serve como alerta. Se for não acatada, a Defensoria pode entrar na Justiça com ação civil pública.

O Ministério da Educação disse que não tinha sido informado da recomendação.

Segundo a investigação da Polícia Federal, as questões reproduzidas no simulado estavam em dois cadernos do pré-teste do Enem que foram devolvidos em branco ao MEC. A pasta confirma a informação.

Em outubro de 2010, o MEC enviou ao Christus 32 tipos diferentes de cadernos para um

pré-teste do Enem, quando as questões são testadas antes de ser escolhidas para a prova.

Após o Enem, foi revelado que nove questões idênticas às do Enem constavam, duas semanas antes, de um simulado do Christus.

Segundo a PF, os dois alunos do Christus que deveriam ter participado do pré-teste faltaram naquele dia. E as questões que foram parar no simulado estavam justamente nos cadernos dos alunos ausentes. Ou seja, os cadernos ficaram em branco e ociosos durante a aplicação do pré-teste.

O que os investigadores querem saber é se alguém copiou as questões nesse tempo.

O MEC acusa o colégio de ter dado acesso antecipado a questões do Enem a seus alunos. A escola tem dito que o simulado foi feito com questões de seu próprio banco, que pode ter sido abastecido com itens enviados por estudantes.

Ontem, o professor Jahilton, apontado por alunos do Christus como responsável pela distribuição de simulado, deu aula e negou a responsabilidade.

Além de ter usado questões que alunos de Fortaleza tiveram acesso antecipadamente, o Enem contou com ao menos uma pergunta que já circulava na internet antes.

A pergunta 137 da prova amarela, que cobrava que o aluno lesse um relógio de luz, pode ser encontrada em blogs, como o do professor Nico-

lau Gilberto Ferraro. Também foi usada num simulado em setembro do grupo de ensino Bernoulli, de Belo Horizonte.

Segundo o colégio, foi apenas "coincidência". A reportagem não localizou Ferraro.

O MEC disse que não há problema no fato de algumas questões serem públicas, pois a prova tem 180 questões e usa um sistema em que perguntas fáceis praticamente não interferem no resultado.

JCN (31/10/2011)

MEC vai a juiz para evitar outro Enem

Inep se reúne hoje com juiz federal para argumentar que apenas alunos de colégio em Fortaleza repitam a prova

Fernando Haddad ameniza vazamento e diz que sempre haverá tentativas de burlar o sistema de segurança

DE SÃO PAULO

A presidente do Inep (órgão do MEC responsável pelo Enem), Malvina Tuttman, se reúne hoje em Fortaleza com o juiz federal Luiz Praxedes Vieira da Silva para defender que o exame não seja anulado em todo o país.

O MEC quer que apenas os 639 concluintes do ensino médio do colégio Christus refaçam o exame.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, voltou a dizer ontem, em evento político em São Paulo, que “basta aplicar uma nova prova aos alunos que foram, inadverti-

damente, beneficiados”.

Haddad amenizou o vazamento das questões. “Sempre haverá tentativas de burlar o sistema de segurança.”

Disse também que somente o inquérito da Polícia Federal irá esclarecer como as questões do Enem vazaram.

A Justiça Federal no Ceará deu prazo até hoje para o Inep se manifestar sobre o pedido do Ministério Público Federal, que quer cancelar o exame nacionalmente.

Outra alternativa proposta pela Procuradoria é a anulação de 14 questões do Enem entregues a alunos do Christus antes da prova.

A direção do Christus nega irregularidades. Segundo o colégio, as questões estavam no banco de dados da escola e podem ter sido inseridas ali por alunos que fizeram o pré-teste, sem a escola saber.

Uma aluna do pré-vestibu-

lar do Christus, que não está no grupo que teve a prova cancelada, disse à Folha que também recebeu as questões.

O assessor especial do ministro, Nunzio Briguglio Filho, disse que não há nenhuma evidência de que os alunos do pré-vestibular tenham recebido as questões, mas, se isso ficar comprovado, eles podem ter de refazer o teste.

EM CAMPANHA

O ministro participou ontem de novo evento político na capital onde pretende concorrer à prefeitura em 2012.

Ele se irritou quando questionado sobre como encontra tempo para dedicar-se a esse tipo de reunião em meio a uma crise do Enem.

“Isso está me tirando duas horas. Não posso visitar minha família? Não posso conversar com meus amigos?”

(LUIZA BANDEIRA E ROGÉRIO PAGNAN)



Fernando Haddad, que esteve em SP no fim de semana

“Se essas pessoas já tivessem na universidade, aí sim, seria um prejuízo. Mas conseguimos detectar o problema antes das inscrições para os processos seletivos.”

FERNANDO HADDAD
ministro da Educação

Basta aplicar uma nova prova aos alunos que foram, inadvertidamente, beneficiados por algo que eles não deram causa

IDEM

JCN (01/01/2011)

Justiça do CE anula 13 questões do Enem

Liminar considera que alunos do colégio Christus de Fortaleza tiveram acesso antecipado às questões da prova

Ministro da Educação disse ontem que cabe ao Inep recorrer da decisão; para órgão, decisão é 'excessiva'

LUÍZA BANDEIRA
GUSTAVO HENNEMANN
DE SÃO PAULO

A Justiça Federal no Ceará decidiu de forma liminar, na noite de ontem, anular 13 questões do Enem para estudantes de todo o país.

Em entrevista ao programa "Roda Viva", da TV Cultura, o ministro Fernando Haddad (Educação) disse que cabe ao Inep (instituto ligado ao MEC responsável pela realização da prova) recorrer da decisão.

As questões anuladas estavam em apostilas entregues a alunos do colégio Christus, de Fortaleza, dias antes da realização da prova.

A decisão da Justiça cearense diz que a exposição antecipada fere "o princípio constitucional da isonomia e da segurança jurídica".

Segundo o texto, não é possível saber se apenas os alunos do Christus tiveram acesso antecipado às questões. A decisão determina que a nota dos candidatos deverá ser calculada com base nas questões remanescentes e na redação.

O Inep havia decidido cancelar apenas as provas de 639 alunos do Christus que haviam tido acesso antecipado às questões do Enem.

A Polícia Federal descobriu que ao menos um caderno do pré-teste do Enem, com 48 questões, aplicado no colégio em outubro do ano passado, foi totalmente reproduzido

MENOS TREZE

Com decisão da Justiça, nota do Enem 2011 será composta por 167 questões mais a redação



A PROVA
Enem é aplicado a mais de 4 milhões de candidatos nos dias 22 e 23.out

O VAZAMENTO
Alunos do colégio Christus, de Fortaleza, comentam na web que questões do exame eram idênticas a um simulado da escola

AS QUESTÕES ANULADAS EM CADA COR DE PROVA

Amarela	Branca/Cinza	Azul	Rosa
32	29	32	27
33	31	30	28
34	38	36	37
46	46	49	51
50	49	50	48
57	52	56	54
74	73	70	73
87	84	87	87
113	110	113	115
141	148	148	143
154	151	151	152
173	178	176	180
180	173	179	174

nos simulados do Christus.

A descoberta reforça a tese de que o pré-teste foi copiado de forma ilegal. Das nove questões no simulado do Christus, cinco estavam no caderno do pré-teste e quatro em outro.

'DESpropORCIONAL'

O Inep, segundo a assessoria de imprensa, avaliou a decisão como "excessiva" e "desproporcional". A assessoria disse que técnicos do órgão consideraram a liminar injusta porque "pune" o país inteiro em razão de uma "trapalhada de uma escola

de elite de Fortaleza".

A suspeita sobre o vazamento surgiu depois que alunos colocaram em redes sociais fotos de apostilas distribuídas no Christus com questões idênticas às do exame.

O colégio não respondeu aos recados da **Folha** ontem.

Em novembro de 2010, a Justiça cearense suspendeu o Enem após problemas na aplicação da prova. Outra decisão do órgão também determinou que os estudantes que se sentiam prejudicados poderiam fazer uma nova prova. Ambas foram derrubadas.

Colaborou a sucursal de BRASÍLIA

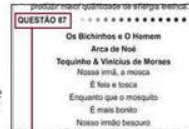
O RECONHECIMENTO
Primeiro, MEC diz que 8 questões eram iguais às do Enem; para a pasta, a fraude ocorreu no pré-teste das questões, feito um ano antes em várias escolas, inclusive no Christus

MAIS QUESTÕES
Depois, o ministro Fernando Haddad reconhece que as questões idênticas eram 14

DUAS ALTERNATIVAS
Ministério Público sugere que novo exame seja aplicado a todos os candidatos ou que 13 das questões — idênticas sejam anuladas em todas as provas

A PREFERIDA
Haddad diz que a opção mais viável é reaplicar as provas apenas aos 639 alunos do colégio Christus que fizeram o Enem

A DECISÃO
Justiça decide que 13 questões devem ser anuladas



Trecho da prova amarela

BATALHAS NA JUSTIÇA EM 2010

> Um erro na folha de respostas de parte das provas amarelas obrigou o MEC a reaplicar a prova para parte dos alunos; apenas alguns foram convocados

> Outros prejudicados pelo país conseguiram direito de refazer a prova após reclamarem na Justiça

> Também a data escolhida para a refeitura da prova, um dia útil, provocou uma guerra de liminares

PERGUNTAS E RESPOSTAS

1 As questões anuladas serão contadas como certas? Não. A nota do aluno será calculada a partir das 167 restantes e da redação

2 Se eu fiz a prova e acertei as questões anuladas, eu saio perdendo? Sim. Você deixa de ter vantagem sobre os candidatos que erraram essas questões

3 O MEC ainda pode recorrer? Sim, e já disse que vai

4 A decisão da Justiça anula a ideia do MEC de reaplicar a prova para os alunos do Christus? Sim. Os alunos do colégio não precisarão fazer outra prova, a menos que o recurso do MEC seja aceito

REPERCUSSÃO

“Cabe recurso para demonstrar que essa decisão é desfavorável a 99,9% dos alunos que não têm nada a ver com esse problema”

FERNANDO HADDAD
ministro da Educação

Foram anuladas [as questões] e eu acertei. É Enem, você sempre decepcionando

LETÍCIA POLIZELI
candidata, no Twitter

E a gente que não tem nada com isso [vazamento do Enem] faz o quê?!

FABIANA MARTINS
candidata, no Twitter

Agora a Justiça Federal acaba com a minha chance de tentar o Enem, prejudicando a minha nota

FERNANDO CARDOSO
candidato, no Twitter

O que chamam de Justiça, eu chamo de piada. #Enem

JULIANA MAGALHÃES
candidata, no Twitter

JCN (05/11/2011)

Justiça derruba liminar que anulava questões do Enem

Perguntas deixarão de valer só para os 639 alunos que tiveram acesso a elas

Estudantes de colégio em Fortaleza terão as notas recalculadas sem a necessidade de fazer uma nova prova

FÁBIO GUIBU
DE RECIFE
FELIPE LUCHETE
DE SÃO PAULO

O Tribunal Regional Federal da 5ª região, com sede em Recife, suspendeu ontem a liminar da Justiça Federal no Ceará que anulava 13 questões do Enem no país.

Determinou ainda a anulação das questões para os 639 alunos do Colégio Christus, de Fortaleza, que tiveram acesso antecipado a elas.

O MEC diz que anulará ainda uma 14ª questão.

O peso das questões anuladas será distribuído entre as restantes, e a nota dos alunos será recalculada, sem a necessidade de um novo exame.

Na decisão, o presidente do TRF-5, Paulo Roberto de Oliveira Lima, disse que qualquer anulação não garantiria "em termos absolutos a neutralidade e isonomia desejáveis".

Entretanto, ele afirmou que existe uma "desproporção gritante" entre alterar as notas de 639 estudantes e de 5 milhões de alunos. E, sem achar o que chamou de "solução ótima", optou por suspender a liminar. Para Lima, o problema revela falha "inconteste" na aplicação do Enem.

PRÉ-TESTE

As questões que provocaram polêmica neste ano já haviam sido aplicadas em 2010 em um pré-teste do MEC para estudantes de todo o país, entre eles alunos do Christus.

A Polícia Federal suspeita

que o colégio copiou ao menos 48 questões do pré-teste.

A decisão de anular as perguntas no país foi tomada no dia 31 pela Justiça Federal no Ceará, a pedido do Ministério Público Federal no Estado.

O MEC informou que poderá anular as questões de outros 320 alunos do pré-vestibular do Christus, caso eles também tenham recebido a apostila com as questões.

Para o ministro Fernando Haddad, a decisão foi "justa". "Não podíamos aceitar que estudantes de todo o país fossem prejudicados por conta de uma guerra fratricida movida por instituições privadas e de elite da capital cearense", disse, em nota.

O procurador da República no Ceará Oscar Costa Filho, autor da ação, não pode recorrer, mas pediu ontem que

a Procuradoria Regional da República da 5ª Região solicite uma reavaliação do TRF.

Já os alunos do Christus não consideram definitiva a decisão e afirmam que se preparam para a eventual realização de um novo Enem.

O advogado da escola, Cândido Albuquerque, disse que o importante é que os estudantes não precisem refazer a prova, como queria antes o MEC.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

1 O que acontece agora após a decisão do Tribunal Regional Federal?

Somente os 639 estudantes do colégio Christus, de Fortaleza, que fizeram o simulado terão as 13 questões do Enem anuladas. O MEC estuda anular ainda questões dos alunos do cursinho, caso fique comprovado que eles também tiveram acesso prévio a elas.

2 Haverá recurso?

O colégio Christus afirmou que não pretende recorrer. Cabe agora à Procuradoria Regional da 5ª Região solicitar ao plenário do TRF-5 (Tribunal Regional Federal da 5ª Região) que reveja a decisão, mas esse pedido não foi feito.

3 Como fica o cálculo da nota desses estudantes?

Os 1.000 pontos da prova, correspondentes a 180 questões, serão agora redistribuídos nas 167 restantes. As questões mais difíceis, que valiam mais, continuam com peso maior.

4 Os alunos com questões anuladas ficarão em desvantagem?

Não. A anulação das questões afeta apenas 0,1% das notas, porque elas são calculadas com base em uma série de fatores além do número de questões.

Fontes: MEC, Ministério Público Federal no Ceará, Procuradoria Regional da República da 5ª Região e TUIJI MACHADO SOARES, professor da UFF (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Professor afirma à PF que não sabia origem de perguntas

DE SÃO PAULO
DE BRASÍLIA

O professor Jahilton Motta, coordenador pedagógico do colégio Christus, que entregou a alunos material com questões idênticas às do Enem, foi ouvido ontem na Polícia Federal e negou que tivesse conhecimento do vazamento das perguntas.

Segundo a PF, ele disse que as 14 questões (as 13 anuladas e uma outra, que não era idêntica, mas também será cancelada) estavam no meio de um extenso material com simulados para o Enem.

O professor afirmou que avaliava o conteúdo sem se preocupar com a origem das perguntas, sugeridas por mais de 50 professores, além de alunos e ex-alunos.

Segundo o advogado do colégio, Cândido Albuquerque, Motta analisou mais de cem CDs com simulados.

Motta negou, segundo a PF, que tenha dito a alunos para não mostrarem o material a escolas concorrentes.

Segundo o advogado, o professor disse que nem sabia que a escola havia feito o pré-teste do Enem em 2010. A **Folha** procurou ontem o professor, mas ele não atendeu.

FISCAIS SOB SUSPEITA

A PF também suspeita de fiscais que aplicaram o pré-teste no colégio. A **Folha** apurou que seis fiscais contratados pela Fundação Cesgranrio estão na mira.

Pelo menos cinco deles teriam ligações com a escola, pois estudam em uma faculdade ligada ao colégio.

JCN (21/12/2011)

MEC admite ampliar anulação de questões do Enem para cursinho

Medida valerá se PF provar que mais alunos tiveram acesso às questões

RENATO MACHADO
DE BRASÍLIA

O MEC (Ministério da Educação) informou ontem que pode ampliar a quantidade de estudantes com questões anuladas no último Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) caso um inquérito da Polícia Federal aponte que vazamento já constatado no Ceará tenha sido mais amplo do que o apurado até agora.

A previsão é que o inquérito da polícia seja concluído já nos próximos dias.

PRÉ-TESTE

Por enquanto, foram anuladas 14 questões para 639 alunos do Colégio Christus, de Fortaleza (CE). Esses estudantes tiveram contato com essas questões semanas antes do exame nacional, durante um simulado.

Segundo a Polícia Federal,

um professor da instituição copiou dois cadernos de prova quando o ministério aplicou um pré-teste para alunos do colégio há um ano.

O pré-teste é a aplicação, em caráter experimental, de uma prova a estudantes de determinados colégios para avaliar se questões elaboradas para o Enem podem compor o banco de reserva do exame.

MAIS BENEFICIADOS

O Ministério Público Federal do Ceará afirma que o vazamento de questões não beneficiou apenas os 639 alunos do último ano do ensino médio do Colégio Christus.

Segundo o órgão, o MEC tinha a informação de que as questões suspeitas foram transmitidas também para alunos do cursinho pré-vestibular e para um outro colégio da mesma rede.

Só do pré-vestibular do Christus, outros 300 alunos podem ter sido beneficiados, diz o Ministério Público.

O procurador Oscar Costa Filho, que investiga o vazamento na esfera cível, afirmou à **Folha** que o Inep — órgão ligado ao MEC responsável pelo Enem — encaminhou à Polícia Federal um ofício no dia 10 de novembro questionando se outros alunos da mesma rede do colégio de Fortaleza tiveram acesso às questões que vazaram.

De acordo com o Ministério Público, a resposta à pergunta foi afirmativa.

INDÍCIOS

Anteriormente, o MEC havia dito que as informações da Polícia Federal mostravam haver indícios de que outros estudantes tiveram acesso às questões, mas que não havia ainda provas.

JCN (22/12/2011)

MEC anula 14 questões do Enem de mais estudantes

500 alunos de cursinho de Fortaleza também têm parte do exame invalidada

Governo não espera a conclusão de inquérito que apura vazamento; resultado da prova já está disponível

DE BRASÍLIA

O Ministério da Educação estendeu a anulação das questões do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) que vazaram em Fortaleza para mais 500 alunos, do curso pré-vestibular Christus, também da capital cearense.

Até então, somente os 639 alunos do colégio Christus haviam tido as questões anuladas. Agora, a decisão também atinge os estudantes do cursinho.

No total, serão 1.139 alunos com 14 questões invalidadas por causa do vazamento devido à realização de um pré-teste do Enem no colégio, em outubro de 2010. Em todo o país, 4 milhões de pessoas fizeram a prova.

A avaliação sobre a possível anulação de mais provas teve início quando a Polícia Federal do Ceará instaurou inquérito para investigar o vazamento das questões. Os policiais ouviram o depoimento de dois alunos que afirmaram ter tido acesso às questões antes do exame.

O ministério havia informado que esperaria a conclusão do inquérito policial para tomar qualquer providência e que o depoimento de

dois alunos não era suficiente para invalidar o processo seletivo.

Ontem, o MEC voltou atrás e informou ter dados suficientes que dão base à anulação.

Segundo o ministério, 91 alunos do colégio Christus participaram dos testes e as questões foram copiadas de dois dos 32 cadernos de prova aplicados na escola.

O material deveria ter sido

devolvido ao Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), responsável pela realização do exame, e incinerado.

O resultado do Enem, divulgado ontem, saiu com as anulações feitas. Os alunos atingidos tiveram 166 questões corrigidas, em vez de 180. A pontuação total da prova foi redistribuída entre os itens válidos.

O inquérito policial sobre o caso deverá ser finalizado em março de 2012, pois a procuradora responsável pelo caso solicitou que fossem feitas investigações extras e estendeu o prazo de conclusão em 90 dias.

(CAROLINA SARRES)

FOLHA.COM
Acesse o resultado
folha.com/ne1024677

ENTENDA O CASO DAS QUESTÕES COPIADAS

APLICAÇÃO

Nos dias 22 e 23.out, Enem é aplicado em todo o país. Cerca de 5,4 milhões de estudantes estavam inscritos

VAZAMENTO

Alunos do colégio Christus, do Ceará, ainda no final de semana do exame, divulgam na internet imagens de questões idênticas ao Enem, aplicadas semanas antes em simulado interno da escola

INVESTIGAÇÃO

O colégio teve acesso às questões em um pré-teste realizado em 2010. Segundo o MEC, as questões foram copiadas indevidamente

BATALHAS JUDICIAIS

Diante dos indícios de vazamento, Ministério Público e representantes dos alunos tentam, na Justiça, medidas que iam desde a suspensão de todo o Enem até a anulação das questões copiadas

VITÓRIA DO MEC

Ministério consegue direito de não ter de reaplicar exame

ANULAÇÕES

MEC decide anular 14 questões para os 639 alunos do colégio; agora, anulações atingem mais 500 alunos —do curso pré-vestibular do Christus— que também tiveram acesso prévio a parte das questões do Enem

Juíza manda grupo pagar R\$ 73 mi após vazar prova de 2009

DE SÃO PAULO

A Justiça Federal deu a primeira decisão favorável à União no caso do vazamento da prova do Enem em 2009. Na época, R\$ 38 milhões já tinham sido pagos ao consórcio Connasel, responsável pela aplicação do exame.

Em agosto, a Advocacia-Geral da União entrou na Justiça para cobrar o valor, que já atingia mais de R\$ 73 milhões, já atualizados.

A AGU argumentou que, após o furto de um exemplar da prova e o vazamento das questões, foi necessário contratar emergencialmente outras entidades e que isso trouxe prejuízos à União.

Em sua decisão, a juíza federal Clara da Mota Santos deu prazo de cinco dias para o pagamento, após o recebimento da citação. Até ontem, no entanto, o grupo ainda não tinha sido notificado.

O Connasel era formado pela Consultec, Funrio e pelo Instituto Cetpro. A Consultec disse que só se pronunciaria após ser notificada. A **Folha** não conseguiu contato com os outros membros do consórcio.

JCN (18/01/2012)

Justiça manda que MEC mostre redações

Pela decisão, alunos terão acesso ainda à grade de correção, o que pode provocar questionamento das notas

Com isso, resultado do Sisú, que saiu na semana passada, pode mudar; o Inep já disse que pretende recorrer

RENATO MACHADO
DE BRASÍLIA
LUÍZA BANDEIRA
DE SÃO PAULO

A Justiça Federal no Ceará determinou na noite de ontem que o Inep, órgão ligado ao Ministério da Educação,

dê acesso às cópias da redação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e à grade de correção a todos os candidatos. Cabe recurso.

O texto da decisão afirma ainda que os candidatos poderão optar por pedir revisão das provas. Em caso de mudanças no resultado, os candidatos poderão usar as novas notas no Sisú (sistema de seleção para instituições federais que usa nota do Enem).

Essa decisão, portanto, pode modificar a situação do Sisú. As inscrições foram encer-

radas na quinta-feira e o resultado foi divulgado no dia seguinte. Os alunos que tiverem suas notas modificadas poderão recorrer na Justiça.

A decisão do juiz Luís Praxedes Vieira da Silva afirma que o "receio de dano irreparável é evidente". Silva atendeu a um pedido do Ministério Público Federal no Ceará.

O juiz baseou sua decisão na Constituição Federal, que assegura o acesso dos cidadãos a informações, ao contraditório e à ampla defesa.

O Inep informou que vai re-

correr, apesar de não ter sido notificado ainda.

O Ministério da Educação já havia afirmado que todos os alunos terão acesso pela internet de uma cópia da redação a partir do Enem 2012.

O governo e o Ministério Público Federal assinaram um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) prevendo que o procedimento de vistas da prova seja automatizado.

A medida não foi disponibilizada na última edição por conta de questões técnicas, afirmou o ministério.

PF indiciou funcionários de escola no CE

DE BRASÍLIA

A Polícia Federal no Ceará indiciou dois funcionários do Colégio Christus pelo vazamento para alunos da instituição de questões do último Enem. Ambos vão responder por estelionato.

Um dos indiciados é o professor Jahilton Motta, que teria entregue aos alunos um caderno com as questões vazadas. O outro não teve a identidade revelada pela PF, mas é o responsável por aplicar um pré-teste (quando questões que podem compor o exame são testadas) do Enem no local.

Em nota, a direção do Colégio Christus afirmou que "confia na honestidade e na lisura de seus funcionários".